

Giuliano Gomes de Assis Pimentel
Cleber Mena Leão Junior
(ORGANIZADORES)

*Contribuições no tempo
presente e perspectivas de inovação*

LAZER E RECREAÇÃO

 Clube dos
recreadores
EDITORA

**GIULIANO GOMES DE ASSIS PIMENTEL
CLEBER MENA LEÃO JUNIOR**
(Organizadores)

LAZER E RECREAÇÃO

Contribuições no tempo presente e perspectivas de inovação

**Maringá, Paraná, Brasil
2021**

Copyright

©2021 by Editora Clube dos Recreadores
www.clubedosrecreadores.com.br/editora
Rua Osvaldo Herecek, 92B. Jardim Paris III. CEP: 87083-500.
Maringá, Paraná, Brasil.

Projeto Gráfico (Capa) e Diagramação (Miolo)

Cleber Mena Leão Junior / Editora Clube dos Recreadores

Observação:

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores a emissão de conceitos, bem como, a revisão dos textos.

Este livro está de acordo com as mudanças propostas pelo novo acordo Ortográfico que entrou em vigor em 2009.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Clube dos Recreadores.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/1998 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Foi feito o depósito legal.

Esta obra foi submetida à avaliação por pares em dois processos editoriais: conselho editorial e avaliadores ad hoc.

L431

Lazer e recreação: contribuições no tempo presente e perspectivas de inovação / Giuliano Gomes de Assis Pimentel ; Cleber Mena Leão Junior (org.). -- Maringá-PR Clube dos Recreadores , 2021.

ISBN :978-65-86423-18-1

1. Lazer. 2. Recreação. 3. Educação física - Estudo e ensino - Lazer. I. Pimentel, Giuliano Gomes de Assis (org.). II. Leão Junior, Cleber Mena (org.). III. Título.

CDD 790.01

Catálogo na publicação- Ficha catalográfica elaborada por Daiana Ellen Canato - CRB 9/1930



Maringá, Paraná, Brasil
2021

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Alexandre Paulo Loro (UFFS)

Dr. Giuliano Gomes de Assis Pimentel (UEM)

Dr. João Eloir Carvalho (PUCPR)

Dr. Marcio Alessandro Cossio Baez (UNIPAMPA)

Dra. Juliana de Paula Figueiredo (UDESC)

Dr. Franklin Castillo Retamal (Universidad Católica del Maule/CL)

Me. Carlos Eduardo Sampaio Verdiani (FGP)

Me. Tatyane Roiek Lazier (Clube dos Recreadores)

Me. Yara Maria Kuster (UTP)

Contribuíram com o processo de avaliação ad hoc:

Profa. Dra. Andressa Ribeiro Contreira (UEA)

Profa. Dra. Elizandra Garcia da Silva (UFF)

Prof. Dr. Felipe Canan (UEA)

Prof. Dr. Felipe de Oliveira Matos (UEM)

Profa. Me. Liana Lima Rocha (SEDUC/CE)

Profa. Dra. Raquel Firmino Magalhães Barbosa (CENII/CPII/RJ)

PREFÁCIO

A história é bem conhecida. Entre o final do século 19 e os princípios do século 20, reflexões a respeito do modo de se ocupar o tempo livre resultaram em dispositivos disciplinares nesta esfera da vida social. “Teorias da recreação” é o nome pelo qual pode se chamar esse conjunto de ideias, articuladas, principalmente, na Alemanha e nos Estados Unidos. Parques infantis, bibliotecas populares ou clubes operários foram algumas das principais iniciativas desdobradas a partir daí.

O Brasil não esteve fora desse concerto. Ao longo da primeira metade do século 20, conhecemos também nossos serviços e departamentos de recreação. Por volta das décadas de 1960 e 1970, porém, uma inflexão se inicia. Pouco a pouco, a noção de recreação vai dando lugar a de lazer. Desde então, recreação tende a ser vista como simples técnicas de jogos e brincadeiras, implícita ou explicitamente concebidas como mais ou menos destituídas de capacidades transformadoras, enquanto lazer descreveria fenômenos de natureza mais sociológica sobre os modos de se ocupar o tempo fora do trabalho.

Na medida em que a noção de lazer se lapidava, a de recreação foi perdendo a sua áurea, até o ponto em que praticamente entrou em desuso nos círculos acadêmicos dedicados ao assunto. De

outro modo, nossos colegas latino-americanos seguem refletindo e atuando sobre a noção de “recreación”. Nos Estados Unidos, de maneira semelhante, encontra-se também toda uma densa rede de eventos e publicações acadêmicas dedicadas ao assunto, não obstante o crescimento das “ciências do lazer”, como eles dizem. Diferente de nós, os Yankees não renunciaram a recreação em favor do lazer. Ao invés de escolher entre um e outro, ficaram com os dois.

Este livro, já no título, desafia parte dos fundamentos que deram lugar aos destinos da recreação e do lazer nos departamentos universitários brasileiros. Aqui, lazer e recreação aparecem em sintonia. Mais que o título, a publicação vem à luz por meio da casa editorial do Clube dos Recreadores, ao mesmo tempo em que é o marco comemorativo de duas décadas de funcionamento do Grupo de Estudos do Lazer, da Universidade Estadual de Maringá. Novamente, lazer e recreação aqui não estão em conflito, mas em sinergia.

Os que já estiveram em Maringá por ocasião de eventos organizados pelo Grupo de Estudos do Lazer, conhecem e reconhecem que há tempos encontra-se ali um esforço em construir pontes entre pesquisas universitárias sobre o lazer e iniciativas profissionais do campo da recreação. Não é um esforço fácil, tampouco trivial. Para alguém treinado nos ditames dos conceitos de lazer, tal como elaborado pela sociologia europeia e usualmente praticado entre nós, pode ser até difícil classificar o que tem lugar nesses eventos. Há ali qualquer coisa de diferente.

Em muitas esferas, a sociedade brasileira precisa de novas e melhores soluções. Problemas, afinal, não faltam no Brasil. Serviços exigem aprimoramentos, trabalhadores demandam qualificação e informações precisam ser apuradas por meio de pesquisas e interpretações. O lazer, a recreação ou o nome que quiserem dar a este conjunto difuso de fenômenos e práticas não é uma exceção a essas circunstâncias gerais. Pensar e atuar de maneira original e inovadora é tão necessário no âmbito do lazer e da recreação quanto em qualquer outro campo de atividades. Nesse sentido, a longa e permanente disposição dos pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Estudos em Lazer em abrir o campus universitário, transgredir as convenções, se disporem ao experimentalismo criativo e se colocarem a serviço da sociedade, é mais do que louvável, é tocante. Vida longa ao Grupo de Estudos em Lazer.

Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias

Doutor em Educação Física (Unicamp) e Mestre em História Comparada (UFRJ). Professor da Unidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Dedicado à pesquisa na área dos estudos do lazer e do esporte, particularmente à história desses fenômenos.

APRESENTAÇÃO

“Lazer: contribuições no tempo presente e perspectivas de inovação”. Esse tema é um manifesto que desafiou tanto profissionais quanto pesquisadores a responderem sobre a importância do lazer - e seus derivados - na vida das pessoas. De fato, reconhecer o lazer como um direito social instiga a sociedade a produzir os dispositivos para viabilizar sua ocorrência no aqui e no agora. Nosso grupo de pesquisa, nascido em março de 2000, é apenas uma linha dentre a ampla teia de experts que diuturnamente busca dar respostas sobre o usufruto do tempo livre.

Enfim, criticamos o passado, agimos no presente e arquitetamos o futuro por meio de um conjunto de conhecimentos, que recebe a denominação de Estudos do lazer. Questões como teoria da recreação, vivência do risco como opção de lazer ou novos métodos de Educação Física estão presentes nas pesquisas do Grupo de Estudos do Lazer (GEL). Por isso, não nos descuidamos de informar a prática, o que sempre tem nos possibilitado desenvolver conhecimento científico/tecnológico afeito às políticas públicas e à atuação profissional na área.

Este livro, todavia, é mais do que apenas registrar - na efemeridade da vida - o marco temporal deste que é um dos grupo de pesquisa mais longevos em atividade no campo. A comemoração

simbólica da maturidade, isto é, os seus 21 anos de existência do GEL, foi momento fortuito para falar menos de nós e dar visibilidade a todos que atuam para o desenvolvimento do campo.

Assim, este livro agrega a produção de outros coletivos, revelando a produção nacional, mesmo em tempos de distanciamento social pela pandemia de Covid-19. Para essa festa de aniversário, já em 2020, convidamos a todos que quisessem qualificar a presente obra. Para tanto, decidimos pela realização da obra em edital aberto, como uma forma de agregar pesquisadores no país que vislumbram outros olhares sobre o lazer.

O livro conta com 19 autores e 16 autoras, cujos endereços variam entre Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe. A obra contempla 15 capítulos, os quais foram divididos em 4 blocos, sendo eles:

- Práticas, Políticas e Produção do Conhecimento;
- Práticas Socioculturais de Lazer;
- Concepções sobre o Lazer; e
- Intervenções entre a Recreação e a Educação do Lazer.

O primeiro bloco é resultado das falas de pesquisadoras convidadas para o X Seminário de Estudos do Lazer (SEL), ocorrido em 2020 e que privilegiou o protagonismo feminino na área.

Principiamos com Christianne Luce Gomes, desafiada a sintetizar o estado da arte no campo no lazer, pontuando os desafios e perspectivas em tela. Jacqueline da Silva Nunes discorre sobre a relação de idosos com a dança por meio de trabalhos educativos. E, com ênfase no que afinal se faz na gestão do lazer, Giselle Helena Tavares apresenta um panorama atual sobre o tema.

O bloco seguinte apresenta um conjunto diversificado de práticas socioculturais que ocorrem no tempo livre. Os dois primeiros capítulos enfatizam a aventura na natureza, seja percorrendo trilhas na região serrana fluminense ou pedalando sob o contexto singular do baixo parnaíba maranhense. Em seguida, a bocha no Espírito Santo é discutida como uma forma de sociabilidade que envolve até mesmo a rivalidade jocosa entre os praticantes. Encerra o segundo bloco, capítulo sobre a presença dos videogames que tematizam o skate e até o simulam no universo virtual.

O bloco 3 evidencia o lazer como um objeto de estudos (saber) e de disputa (poder). Portanto, a compreensão do significado desse objeto é mote frequente nos capítulos, começando pela análise bibliográfica do que se publica sobre lazer na área do Turismo. Dois capítulos tratam de representações sociais, trazendo questionamento do que é aventura para a configuração social de diferentes povos nativos no Amazonas e desvelando a percepção do que é lazer para professores paraenses em formação. Por fim, em outras duas produções as políticas públicas são discutidas tanto do ponto de vista

macro, das propostas eleitorais, quanto na realidade de um grupo praticante de ginástica.

E, para finalizar esta obra, apresentamos as vozes da intervenção. A realização de ações com recreação e iniciação esportiva impacta na educação para/pelo lazer, sendo uma possibilidade de ampliar o potencial biossocial humano. Os três capítulos que tratam, respectivamente de maratona recreativa, recreio escolar e ensino de parkour - não obstante seus referenciais serem diferentes - são, a nosso ver, boas práticas educativas no ambiente escolar. Portanto, é uma satisfação concluir uma obra que discute as perspectivas de inovação na área com textos voltados à dimensão do “fazer”.

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Cleber Mena Leão Junior

SUMÁRIO

BLOCO 1 - PRÁTICAS, POLÍTICAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....17

1. OS ESTUDOS DO LAZER NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....19
Christianne Luce Gomes

2. A DANÇA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA A INSERÇÃO DO IDOSO AO LAZER.....29
Jacqueline da Silva Nunes

3. A GESTÃO NO CAMPO DO LAZER: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS.....45
Giselle Helena Tavares

BLOCO 2 - PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DE LAZER.....55

4. LAZER E RECREAÇÃO EM PETRÓPOLIS: UMA AVENTURA NAS TRILHAS DA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO.....57
Marcelo Faria Porretti; Fernando Amaro Pessoa

5. CICLOTURISMO E VIVÊNCIA CRIATIVA DO LAZER NA REGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE.....77
Rodrigo Olavo Costa Sousa; Karoliny Diniz Carvalho

6. CANCHA DE BOCHA: LAZER E SOCIABILIDADE.....103
Saulo Kuster; Juliana Guimarães Saneto

7. VIDEOGAMES DE SKATE E SEU POTENCIAL USO COMO MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL INTERATIVO.....123

Cleber Mena Leão Junior; Tayanne Roiek Lazier-Leão; Giuliano Gomes de Assis Pimentel

BLOCO 3 - CONCEPÇÕES SOBRE O LAZER.....143

8. ESTUDOS SOBRE O LAZER EM PERIÓDICOS DE TURISMO: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDOS PUBLICADOS.....145

Juliana Ferreira dos Santos; José Ribamar Junior; Aline Andrade Santos; Raquel da Mota Câmara

9. INTERFACES E SENTIDOS DA AVENTURA NA ALDEIA INDÍGENA BEIJA-FLOR I NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA NO AMAZONAS.....167

João Luiz da Costa Barros; Adenildo Vieira de Souza; Gisele Maria Schwartz

10. REFLEXÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DE LAZER DOS ALUNOS CONCLUINTE DO PARFOR – UEPA – CAMPUS CASTANHAL – PA.....193

Claudio Nascimento da Costa; Tadeu João Ribeiro Baptista; Patrícia do Socorro Chaves de Araujo

11. A ATENÇÃO DADA AO LAZER NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2018.....217

Temistocles Damasceno Silva; Fabrício dos Santos Palmito; Giuliano de Assis Gomes Pimentel; Fernando Augusto Starepravo

12. LAZER, SOCIABILIDADE E PROMOÇÃO DA SAÚDE: A GINÁSTICA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA.....241

Caroline Giolo-Melo; Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

BLOCO 4 – INTERVENÇÕES ENTRE A RECREAÇÃO E A EDUCAÇÃO DO LAZER.....263

13. MARATONA RECREATIVA: CONTRIBUIÇÃO DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA NA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA EM PERNAMBUCO.....265
Karlla Giselle Coelho Farias da Silva; José Morais Souto Filho

14. RECREIO ESCOLAR: POSSIBILIDADES EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSPIRADA NA PEDAGOGIA WALDORF.....285
Nathalia Dória Oliveira; Karine dos Anjos Santos; Monike Rayane Silveira de Menezes; Jose Américo Santos Menezes

15. PROJETO PARKOUR PARA CRIANÇAS.....307
Marcelo Vieira; Dimitri Wuo Pereira

SOBRE OS AUTORES.....321

BLOCO 1

PRÁTICAS, POLÍTICAS E

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

OS ESTUDOS DO LAZER NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Christianne Luce Gomes

Primeiramente, agradeço os organizadores deste 10º Seminário de Estudos do lazer (SEL) pelo convite para realizar uma videoconferência sobre os desafios e perspectivas para os Estudos do Lazer neste século XXI. Algumas das principais ideias que foram compartilhadas com os participantes do evento estão registradas neste texto.

Para contextualizar o tema em debate, principio fazendo um breve recuo no tempo. Há cerca de 20 anos participei de uma mesa redonda no Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) realizado na Univali/Balneário Camboriú. Depois de realizar estudos e análises fundamentadas em Pierre Bourdieu (1983), afirmei nessa ocasião que o lazer era um campo em processo de constituição em nosso País (WERNECK, 2000).

Hoje, considero que o cenário dos estudos sobre lazer no Brasil é bem diferente daquela época, pois, este campo encontra-se

consolidado em nosso país. Só para citar alguns exemplos, atualmente existem:

a) uma atuante Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL).

b) 249 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (resultado da busca feita em 10/08/2020 pela palavra “lazer” na base corrente do diretório dos grupos desse órgão, considerando nome do grupo, linha de pesquisa ou palavra-chave).

c) dois periódicos científicos dedicados exclusivamente à temática do lazer (Licere e Revista Brasileira de Estudos do Lazer - RBEL).

d) um programa de pós-graduação interdisciplinar em Estudos do Lazer consolidado, com mestrado e doutorado (UFMG), que até agosto de 2020 titulou mais de 160 mestres e mais de 60 doutores.

e) realização de cursos técnicos sobre o tema (no Amapá, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo), de graduação (Bacharelado em Lazer e Recreação da USP) e vários cursos de pós-graduação *lato sensu*.

f) vários eventos dedicados ao tema, como o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL), o ENAREL e o GTT Lazer e sociedade do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), entre outros, como este Seminário de Estudos do Lazer (SEL).

g) avanços na produção de conhecimento e na gestão de políticas públicas e sociais de esporte recreativo e lazer, entre outras

temáticas relevantes, decorrentes do apoio do extinto Ministério do Esporte às pesquisas desenvolvidas, por meio da Rede CEDES, em universidades e instituições públicas de todo o país no período 2003-2019.

h) inúmeras publicações sobre a temática do lazer, em formatos diversos, entre várias outras iniciativas que poderiam ser citadas.

Apesar dessas conquistas, muitos desafios ainda se colocam neste percurso. Entre outros autores, Chris Rojek afirmou, no início deste século, que os estudos do lazer estavam em declínio (ROJEK, SHAW, VEAL, 2006). Apesar desta visão “pessimista”, as análises de alguns autores estrangeiros constataam avanços sobre os estudos do lazer no cenário internacional (SPRACKLEN; LASHUA; SHARPE; SWAIN, 2017), evidenciando assim que há controvérsias em torno do tema. Para eles, nos últimos 10 anos renasceu o interesse pelos chamados estudos críticos de lazer.

Esse interesse é evidenciado, por exemplo:

- a) No número cada vez maior de participantes nos eventos internacionais, como, por exemplo, se constata nas sessões de trabalho organizadas pelo Comitê Científico do Lazer (*Research Committe 13 – Sociology of leisure*) da Associação Internacional de Sociologia.
- b) No histórico de *downloads* das publicações internacionais sobre o lazer.

- c) No fato de revistas internacionais, como a *Leisure Studies*, continuar recebendo um grande número de artigos para serem avaliados.
- d) Se seguirmos os padrões científicos tradicionais, não podemos desconsiderar o significativo fator de impacto dessas revistas internacionais.

Essas são algumas das razões que evidenciam o porquê desses autores considerarem que os estudos do lazer continuam se expandindo nos círculos acadêmicos (SPRACKLEN; LASHUA; SHARPE; SWAIN, 2017). Este evento virtual é um exemplo disso: há muita gente disposta a jogar esse jogo, se tivermos em mente as questões colocadas pela teoria de campo, de Bourdieu (1983).

Contudo, nós também precisamos reconhecer que essas conquistas não são definitivas, e que ainda há muito por ser feito. É justamente por isso que as conquistas mencionadas anteriormente abrem muitas perspectivas e colocam vários desafios para os estudos do lazer neste século XXI – tanto no Brasil, como em outros países. O fato do campo seguir avançando não significa que não existam pendências para os estudos do lazer.

Sobre esse aspecto, ressalta-se a urgência de ampliar o foco dos “velhos” estudos do lazer, englobando conteúdos próprios do Sul global. Para alguns estudiosos, a maior falha que marca esse campo de estudos é a falsa noção de que o lazer foi algo inventado na modernidade ocidental. Eles alertam que é preciso quebrar o foco no

Norte global e explorar o que o lazer significa considerando outras visões de mundo, outras epistemologias e outras teorias (GOMES, 2011; 2014; GOMES; ELIZALDE, 2012; SPRACKLEN; LASHUA; SHARPE; SWAIN, 2017).

Magnani (2015) também chamou atenção para esse aspecto. Para ele, o contexto da reflexão teórica sobre o lazer está demarcado pela perspectiva ocidental, aquela que ainda dá o tom dominante aos estudos sobre esse tema. Sensível a essas questões, considero imprescindível acolher as complexidades, contradições e ambiguidades do lazer, reconhecendo sua existência em diferentes contextos que não são necessariamente ocidentalizados, industrializados e urbanizados, pois, as coletividades são coexistentes (GOMES, 2011; 2014).

É preciso superar a produção da “não existência” do lazer, o que implica repensarmos nossos (pré)conceitos. Para isso, torna-se relevante ampliar os diálogos com estudiosos do lazer pertencentes a países situados no hemisfério Norte, e, sobretudo, no hemisfério Sul, numa relação de reciprocidade (SANTOS, 2008).

É preciso analisar com mais atenção as teorias e conceitos de lazer, tanto de ontem, como de hoje. Será que eles contemplam as mudanças que acometem o lazer, o trabalho e a nossa vida social como um todo, no momento presente? Especialmente hoje, em que praticamente todos os países do mundo estão “às avessas”, em decorrência da pandemia da COVID-19.

Deixo essa questão intencionalmente aberta, mas saliento alguns detalhes para instigar reflexões. Dumazedier colaborou sobremaneira com os estudos sobre o lazer no Brasil e em outros países latino-americanos, principalmente. Mas, as pesquisas deste autor foram realizadas em meados do século passado. Dumazedier ainda é um dos autores, senão o principal autor, citado nos estudos do lazer no Brasil. Na época de Dumazedier, computador era um equipamento desconhecido por ser de uso restrito à NASA. Não existia smartphones, tablets, mídias e redes sociais online, computação em nuvem, e uma infinidade de inovações que hoje nos permitem interagir em tempo real com qualquer pessoa que tenha acesso a uma conexão de internet, em qualquer local do planeta. Inovações tecnológicas que estão presentes, hoje, até nas aldeias indígenas que ainda subsistem.

Contudo, ainda estamos presos a teorias e conceitos de lazer que ignoram não apenas que o mundo agora é outro, e que seguem invisibilizando diferentes coletividades humanas por não serem consideradas “modernas, urbanas e industriais”. Nesse sentido, a crítica ao uso descontextualizado da produção teórica de Dumazedier, autor que tomei aqui como um exemplo, pode ser estendida a outras produções teóricas.

Seguindo essa linha de interpretação, é preciso indagar: até quando estaremos presos a visões parciais, limitadas e descontextualizadas do lazer? Tratei disso em um artigo publicado na

Revista Licere, denominado Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento (GOMES, 2011), mas, muitas lacunas seguem abertas, carecendo de novos aprofundamentos. No meu entender, insistir neste tipo de análise é necessário e urgente. Por isso, quando ponderamos sobre o avanço dos conhecimentos sobre o lazer, seja no Brasil como em outras partes do mundo, é fundamental relativizar o discurso das conquistas comentadas anteriormente.

Nessa direção, é relevante fazer valer o princípio de que o lazer é um campo multi/interdisciplinar, e respeitar as abordagens próprias de cada disciplina. Para tanto, torna-se fundamental decifrar e apreender diferentes linguagens do lazer, pois, muitas vezes, as ações nesse campo ainda contemplam apenas os conteúdos físico-esportivos. Sensibilizar o campo de atuação profissional e acadêmica do lazer, ou seja, o mercado, quanto à importância de absorver os profissionais que tiveram uma formação consistente nessa área. Além disso, é preciso aproximar nossa sociedade dos conhecimentos produzidos na universidade, numa via de mão dupla. E ampliar as possibilidades para que isso aconteça (GOMES et al, 2019).

Essas e outras questões abrem instigantes perspectivas para vivenciar e pesquisar o lazer neste século XXI. Considero que esse exercício será mais interessante na medida em que as pessoas (e não apenas os estudiosos) conseguirem superar a noção restrita e dicotômica de que o lazer é um refém do trabalho. Essa compreensão ainda assume, como referência de análise, elementos que dizem

respeito à primeira revolução industrial, negligenciando as diferentes etapas que a sucederam e que colocam boa parte da população mundial, hodiernamente, no seio da quarta revolução industrial, na qual impera a indústria 4.0 – baseada na interconexão de todas as etapas da produção e na superação de fontes de energia não renováveis, sendo marcada por um novo fenômeno tecnológico: a digitalização e uso de dados e informações de forma interconectada.

Apesar das inúmeras desigualdades que marcam o mundo em que vivemos, é inegável que tudo isso afeta o lazer em nossa vida cotidiana e, justamente por isso, torna-se ao mesmo tempo um desafio e uma instigante perspectiva para avançarmos os estudos e as vivências sobre o tema.

Finalizo essas reflexões reiterando que ainda temos muitos desafios pela frente, e são eles que abrem instigantes perspectivas para o avanço do campo de estudos do lazer neste século XXI. Por isso, convido todas as estudiosas e estudiosos interessados no lazer para contribuírem com esta tarefa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

GOMES, C. L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430>. Acesso em: 10/08/2020.

GOMES, C.L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. In: **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.3, p.1-25, set./2011. Disponível em < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/762>> Acesso em: 10/08/2020.

GOMES, C.L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer/Horizontes latinoamericanos del ocio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. https://grupootium.files.wordpress.com/2012/06/horiz_latino_american_n_lazer_junho_2012.pdf Acesso em: 10/08/2020.

GOMES, C. L. et al (Org.). **Lazer, práticas sociais e mediação cultural**. Campinas: Autores Associados, 2019. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Livro%20Lazer,%20pr%C3%A1ticas%20sociais%20e%20media%C3%A7%C3%A3o%20cultural.pdf>. Acesso em: 10/08/2020.

SANTOS, B.S. (Org). Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 5-10, mar. 2008.

SPRACKLEN, K.; LASHUA, B.; SHARPE, E.; SWAIN, S. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Leisure Theory**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

WERNECK, C. L. G. A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: **Anais...** Encontro Nacional de Recreação Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú.

Coletânea... Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000. p. 77-88. Disponível em: <https://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/a-constituic3a7c3a3o-do-lazer-como-um-campo-de-estudos-cientc3adficos-no-brasil.pdf> . Acesso em: 10/09/2020.

A DANÇA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA A INSERÇÃO DO IDOSO AO LAZER

Jacqueline da Silva Nunes

Iniciar um diálogo sobre um tema tão importante como a dança enquanto opção de lazer para o idoso em tempos de pandemia (Covid-19), onde o isolamento social tem sido uma constância diária, me remete a refletir que esse momento pode ser ao mesmo tempo uma possibilidade de ruptura de paradigmas que nos leva a pensar em construir novas estratégias para romper com essa triste realidade que acaba se tornando tão próximas em suas singularidades. Isolamento é algo natural no envelhecimento. Há pouco tempo é que essa realidade tem sido transformada, isso porque o país está envelhecendo.

Witter et al (2013), descrevem em dados demográficos que tem- se apresentado um aumento significativo da população idosa em todo o mundo. Estima-se que, no ano de 2025, aproximadamente 15% da população brasileira será composta por pessoas acima de 60 anos. Destacam que junto a esse crescimento, observa-se uma transição epidemiológica, expressa pelo crescente aumento de doenças crônicas

degenerativas nesta faixa etária, aumentando ainda mais a necessidade de profissionais e serviços de atenção à saúde dos idosos.

Pesquisas recentes de Sepúlveda-Loyola et al (2020) apontam os impactos do isolamento social devido ao covid-19 na saúde do idoso. Os resultados destacam a importância de manter programas e projetos de atividade física em instituições de longa permanência, uma vez que a saúde mental e física de idosos é afetada negativamente durante o distanciamento social. Chegam à conclusão que durante o período de isolamento os idosos ficam mais suscetíveis a apresentam um grau elevado de ansiedade, depressão, má qualidade do sono e inatividade física. A pesquisa evidencia a importância de construir novas estratégias cognitivas que aumente os níveis de atividade física usando aplicativos, vídeos on-line, telesaúde, segundo os pesquisadores essas tem sido as principais recomendações internacionais.

O que requer ao profissional da saúde, nesse caso, da Educação Física adquirir novos conhecimentos acerca de atividades práticas que proporcionem ao idoso outro olhar sobre a necessidade de realizar atividade física.

No entanto, para mim a temática dança como opção de atividade física para o idoso sempre esteve presente em minha vida profissional, por isso, antes de iniciar o debate sobre esse assunto, gostaria de apresentar como pretendo estabelecer esse diálogo buscando delimitar todo o caminho de conhecimento construído,

vendo a dança como uma opção de atividade favorável a ser realizada nesse momento, mesmo que distante, pois trata-se de uma linguagem corporal que proporciona descontração, alegria e entretenimento na fase do envelhecimento.

Uma das características do profissional de Educação Física, é a alegria, a descontração, mais aí lanço a pergunta? Em meio a esse quadro de isolamento social, há tantas limitações e dificuldades com o contato físico, de isolamento, como podemos levar alegria e a dança como opção de lazer para essas pessoas? Quais estratégias podemos construir para modificar o distanciamento e a falta de empatia com o idoso?

Para tentar ajudá-los a refletir sobre as indagações, quero instigá-los a pensar sobre o outro, sobre empatia e mudança de atitude.

Buscando facilitar esse contexto quero propor um exercício de olhar para si mesmo, para suas trajetórias de vida e enxergar nesse processo pontos positivos que os levem a pensar sobre a construção de novas ferramentas de ensino possíveis de realizar no contexto da intervenção com grupos da terceira idade, após esse diálogo.

Nesse caminho quero compartilhar com vocês o meu exercício, essa temática se entrelaça com a minha trajetória de vida, em que as práticas corporais sempre fizeram parte da minha formação humana e visão de mundo. Tive uma infância muito feliz, e a sorte de morar em um bairro com muita natureza, espaço para correr, brincar, nadar, o que me levou a gostar da atividade física desde pequenina. Minha Vó

tanto materna, quanto, paterna tiveram ainda grande influência em minha formação, pois me ensinaram a cozinhar, a costurar, a fazer crochê e me possibilitaram a conviver e aprender a respeitar as pessoas mais velhas. A infância ativa e a influência materna incentivaram a buscar novos conhecimentos e assim, desde os nove anos de idade, comecei a fazer várias atividades, como: escola de teatro, danças folclóricas, jazz, dança de salão, ginástica rítmica, escoteiro, entre outras práticas corporais.

Desde criança, meu corpo falava por meio da dança e das brincadeiras, e foi a minha sensibilidade corporal que me levou a construir uma trajetória profissional na educação, como docente e pesquisadora, em especial na Educação Física, a estudar e desenvolver práticas corporais que contemplassem a ludicidade enquanto método de ensino. Desse modo, vou construindo um projeto de vida que me oportunizou desenvolver várias ações de formação, tais como: danças populacanchres na escola; festival de ginástica geral; espetáculos de dança; ginástica em academia; alongamento; expressão corporal e dança no envelhecimento; jogos e brincadeiras.

Essas experiências, sejam nos cursos livres ou nas escolas, me levaram a perceber que o movimento corporal sempre estaria próximo de minha construção de vida e que eu poderia não só aprender, mas também ensinar. Essa consciência me levou a escolher a profissão do magistério e me impulsionou a trabalhar em escolas, desde a Educação

Infantil até o Ensino Superior, com atividades corporais, em especial com a cultura do movimento.

Nessa trajetória acadêmica, os estudos sobre dança, ginástica e recreação foram se consolidando em minha formação, desde o estágio de Prática de Ensino, aos estágios extracurriculares, em projetos de dança, como o “Viva o Verão¹”, até mesmo no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre dança e hidrogenástica. Como não poderia deixar de ser, também na pós-graduação, quando foi possível desenvolver uma pesquisa científica por meio da execução de um projeto social para o envelhecimento, intitulado “**A Dança na Terceira Idade e as Possibilidades de Ressignificar o Corpo**”, no qual pude trabalhar por quatro anos no SESC de Maringá. Depois dessa grata experiência, nunca mais deixei de desenvolver projetos com essa faixa etária. Foram seis anos de projeto “**Qualidade de vida para o idoso**” (Unicesumar/Mga/Paraná); três anos com o projeto de extensão universitária em Barra do Garças e Pontal do Araguaia com mais de 80 idosos no projeto “**Atividade física, dança e lazer para o adulto e o idoso**” (UFMT/MT) com mais de 80 idosos assíduos no projeto semanalmente. E atualmente um novo desafio com o grupo

¹ Programa do Governo do Estado do Paraná, em que profissionais da Educação Física trabalham com atividades de lazer, esporte e cultura na alta temporada do verão em todo litoral paranaense.

Travessias² levando a dança de forma virtual para o lar dos Idosos de Dourados. (UFGD/MS)

Desse modo posso dizer que tenho tido a felicidade de trabalhar por mais de 15 anos com esse público, no entanto, é importante dizer que esse é um público que também é marginalizado, desprezado e ignorado pela sociedade; para mim, esse grupo requer cuidados especiais. Além de que, eles são mais que especiais, eles nos ensinam o tempo todo sobre a vida, muito mais do que nós os ensinamos. Suas histórias, seus sofrimentos, alegrias são compartilhados o que muitas vezes nos levam a refletir sobre nossas ações.

No entanto, quando direciono o olhar para a formação de recurso humanos para atuar junto a esse público, é importante entender que a percepção de seu papel nesse processo, não deve estar atrelado a sua experiência com o idoso. Mas sim fazê-lo perceber que em algum momento de sua vida, seja na vida profissional ou na vida pessoal, já esteve em contato com algum idoso e caso ainda não tenha tido essa experiência um dia isso acontecerá. Sendo assim, é importante que esse profissional se aproxime e compartilhe com os idosos o seu interesse em trabalhar com eles, no sentido de estabelecer

² O grupo de dança Travessias é um projeto de ensino, pesquisa e extensão coordenado pela professora Jacqueline Nunes cadastrado no **Sigproj** que desenvolve atividades de dança e ginástica para a formação de estudantes e áreas afins. O grupo existe desde 2014, no qual já produziu mais de seis espetáculos, ofereceu oficinas de dança, aula de dança no âmbito escolar e comunidade externa de forma gratuita.

os primeiros laços de romper qualquer medo ou empatia mais de estabelecer resiliência.

Portanto, enquanto profissional da área da educação física, que desenvolve projetos de recreação e lazer ou estudos sobre contribuições no tempo presente e perspectivas de inovação, temática desse seminário (V-SEL). É que devemos construir um novo fazer, precisamos nos preparar para essa nova realidade do mundo. A tendência é que os recreadores passem a atender idosos ao invés de crianças nas colônias de férias, que a dança não esteja apenas nos salões sociais, ou nas festas organizadas para os idosos em associações, mas que seja uma constância nos asilos, nas casas de recuperação como uma atividade que pode ressignificar a sua imagem corporal, a sua percepção de tempo e espaço. E quanto o movimento corporal pode tirá-lo do isolamento e do abandono de seus familiares e da sociedade, pode integrar o idoso nas relações sociais, no bem-estar físico e emocional. Neste contexto, a dança vem contribuir significativamente na melhora e/ou manutenção de várias dimensões que estão inseridas no cotidiano do idoso, entre elas a integração social, a adaptação às condições preexistentes e a aptidão funcional.

Para Garcia et. al (2009), a dança é vista como atividade física auxilia o idoso a sair do isolamento muitas vezes provocado pela aposentadoria, oportuniza a independência social, melhora a condição geral do indivíduo por meio das relações sociais que vão se estabelecendo como o contato com o outro.

Nesse processo, gostaria de citar o artigo de Olmos (2015) “*Empatia: algumas reflexões*”, que destaca a importância do vínculo para a construção da subjetividade humana e para a forma como nos relacionamos uns com os outros. O autor busca refletir sobre os sentidos no processo educativo e adverte sobre a importância da família e das relações sociais para a formação humana.

O profissional de educação física, nesse caminho deve assumir sua responsabilidade nos processos de formação e transformação social, deve estar atento as mudanças, deve caminhar num processo de formação que não se finalize com o término da graduação, mas que se prolongue por todo o seu período de atuação profissional. Sacristán (2000) reforça essa ideia, ao descrever o fazer pedagógico sob o olhar da prática pedagógica como processo de educação, que valoriza toda a experiência acumulada ao longo da vida: “[...] toda a bagagem cultural consolidada acerca da atividade educativa, que denominamos propriamente como prática ou culturas sobre a prática” (SACRISTÁN, 2000, p. 74). Desse modo, é por meio das relações sociais, dos conflitos e das experiências que podemos construir a nossa ação docente seja num clube de recreação, uma clínica de recuperação, ou um ambiente escolar, sempre seremos formadores de opinião.

E nesse caminho quero que pensemos sobre a importância de construirmos ferramentas pedagógicas que mesmo distantes nos levem a se aproximar do idoso por meio da dança enquanto uma linguagem corporal.

Construo meu olhar na certeza de que temos que trabalhar com o corpo. Vivemos em uma época na qual as pessoas, de modo geral, não conseguem mais ter muito tempo para se movimentar, o que leva muitos idosos a perderem a mobilidade corporal. Essa dificuldade, sobretudo para o idoso, acaba refletindo em sua saúde física e mental, pois se ele não consegue desenvolver uma prática diária, sobre a importância do movimento, seja, por meio da dança, dos jogos ou das brincadeiras, dificilmente conseguirá em seu tempo livre reconhecer a importância da prática corporal e, assim, a suas mobilidades e suas relações sociais ficam cada vez mais comprometidas e limitadas.

Schneider e Irigaray (2008) ao pesquisarem o envelhecimento, destacam que na sociedade atual o tempo tem sido marcado por diferentes aspectos: o tempo do indivíduo e o tempo social. As regras sociais determinam o tempo para ir à escola, começar uma carreira, casar, ter filhos, ter netos e se aposentar. O tempo social é imposto às crianças, adolescentes, adultos e idosos e é um modelo linear de desenvolvimento do qual não se pode fugir. E nesse caminho o tempo define também em que momento as pessoas são consideradas velhas. Desta forma, os autores alertam que a velhice é uma construção social e cultural, sustentada pelo preconceito de uma sociedade que quer viver muito, mas não quer envelhecer.

Portanto, é de suma importância que enquanto profissionais da área da saúde, e da educação tratemos deste tema com seriedade porque o professor nesse momento tem o papel de ensinar, e nesse

caso, ao utilizar o corpo como instrumento de ensino e de aprendizagem do movimento corporal, poderá permitir que o idoso se perceba em seu próprio tempo de vida , que reconstrua o seu olhar sobre o desenvolvimento de signos de memórias que suscitam um processo que pode denominar linguagem corporal ao logo de sua vida, possibilitando entender a chegada do envelhecimento de forma saudável.

É com base nessa estrutura de formação que vou construindo minha concepção teórica e epistemológica, pensando na prática corporal como uma expressão dinâmica que pode e deve mudar de acordo com a necessidade de cada indivíduo, uma vez que cada pessoa possui características diferentes, tanto físicas, motoras, quanto psicológicas. Nesse caminho estabeleço um posicionamento de não me prender em apenas uma concepção epistemológica, busco ampliar meu conhecimento por meio da abordagem teórico-metodológica a partir da teoria Grounded Theory, conhecida como teoria fundamentada nos dados, originalmente desenvolvida pelos sociólogos americanos Barney Glaser e Anselm Strauss.

Esse amadurecimento teórico me possibilita aprofundar em diferentes leituras e concepções que me levam a perceber diferentes olhares e possibilidades de intervenção do profissional da educação física relacionados ao envelhecimento. Muitas pesquisas apontam questões bastante relevantes e emergentes na prática docente, como a ação do profissional de educação física trazendo exemplos de práticas

colaborativas, entre o meio estudado e os pesquisadores, de modo que muitas pesquisas, a meu ver, podem também ser identificadas como ações formativas.

Assim vejo-me enquanto professora de Educação Física e pesquisadora na responsabilidade de apresentar uma pesquisa que busque uma ação reflexiva em qualquer ambiente que a educação física possa atuar.

A pesquisa colaborativa tem sido reconhecida como um espaço para a transformação da realidade de professores, em que pode associar ao mesmo tempo atividades de produção do conhecimento e de desenvolvimento profissional. (IBIAPINA, 2008).

[...] espaço para autoconhecimento e para novas produções; como contexto de empoderamento, mas também, e centralmente, como espaço de criticidade dos diferentes modos de ser profissional, de pensar e agir, na relação com outros; dos modos como entendem seus papéis na atividade com base em experiências sócio-históricas acadêmicas e políticas (MAGALHÃES; LIBERALI, 2011, p. 299- 300).

Esse espaço possibilita a construção de novos saberes diários e mudanças na sua prática docente, uma vez que, por meio dela, o pesquisador colaborativo tem a possibilidade de se enxergar e se sentir participante da investigação; é um processo produzido com os professores, e não apenas para os professores; além de aproximar a universidade da escola e a teoria da prática, constrói conhecimentos com base em contextos reais, descrevendo, explicando e intervindo

nesta realidade, o que possibilita, de acordo com Ibiapina et al (2007), contribuir para transformar, de forma coerente e significativa, tal realidade, já que se instaura um processo produtivo de reflexão, de indagação e teorização das práticas profissionais dos educadores e das teorias que guiam suas práticas.

Desse modo, quero novamente instigá-los a repensarem suas práticas corporais, a se jogarem em experiências concretas que os levem a produzir atitudes de mudança em suas próprias formações.

Nesta direção Leal e Haas (2006) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de analisar o significado da dança na terceira idade. Para tanto, as pesquisadoras realizaram um estudo de campo com idosos que praticavam dança semanalmente em um projeto de extensão universitária. A partir dos dados coletados as pesquisadoras concluíram que a dança é importante para todas as entrevistadas, pois proporciona-lhes bem-estar físico, social e psicológico, além de benefícios relacionados à saúde e satisfação pessoal.

Leal e Haas (2006) também apontam a necessidade de se realizar novas pesquisas sobre a dança, sobretudo no âmbito nacional, para que a população idosa possa se beneficiar de programas e/ou atividades que possibilitem a participação social, estimulem o desenvolvimento das aptidões funcionais e, principalmente, possam incentivar as habilidades biopsicossociais, por meio do conhecimento das habilidades e limitações individuais e de atividades que incentivem a autonomia e o exercício da cidadania.

A partir do exposto, trago aqui um exemplo a seguir de pesquisa, que a meu ver, pode ser um bom caminho para que o profissional de Educação Física possa se dispor a refletir, a reconhecer as próprias possibilidades e fragilidades e talvez assim, conseguir convertê-las em desafios, em novos fins, em se propor a elaborar um novo projeto de atividades de dança como uma opção de atividade que proporcione ao idoso, momentos de prazer e lazer, conseguindo romper com o aprisionamento de práticas corporais pedagógicas tão heterogêneas e ainda muito presentes na atualidade.

Vejo a pesquisa colaborativa como uma estratégia significativa nesse momento, porque pode proporcionar métodos de exploração, de aproximação com a realidade, podendo assim, construir estratégias pedagógicas de acordo com a necessidade de adaptação, seja do ambiente de estrutura física ou das especificidades que devem ser trabalhadas para a o bem-estar do idoso. Então porque não se arriscar? A colaboração em equipe multidisciplinar da saúde poderá inclusive analisar propostas de trabalho de forma como por exemplo: Se não é possível trabalhar presencialmente com o idoso, porque então, não façamos o uso das tecnologias? Busquemos explorar, vídeos, filmes, aulas remotas, bate papo virtual que envolvam atividades com dança, ginástica com muita música e alegria? Pois pior que não ter aula presencial, é não estar presente em nenhum momento. Estabelecer um elo de ligação a meu ver, é cultivar a esperança que tudo isso vai passar, é plantar o amor e alimentar a certeza de dias melhores.

Que esse debate possa despertar no profissional de Educação Física a empatia para desenvolver atividades para o idoso, um olhar amplo para todas as necessidades, não só físicas, mas também sociais e emocionais desse público, que percebam a importância de uma atuação na perspectiva colaborativa, ou seja, de construir coletivamente junto à essa população uma intervenção onde os idosos sejam protagonistas no sentido de valorizar e considerar no processo de planejamento/intervenção em busca dos interesses pessoais dos idosos para que tenham prazer em viver!

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil.**

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory.** New York: Aldene de Gruyter, 1967.

IBIAPINA, I. M. L. de M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos.** Brasília: Liber Livro, 2008. (Série Pesquisa; v. 17).

IBIAPINA, I. M. L. de M.; LOUREIRO JR., E.; BRITO, F. C. **O espelho da prática: reflexividade e videoformação.** In: Formação de professores: texto & contexto. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

LEAL, I. J.; HAAS, A. N. O significado da dança na terceira idade. RBCEH - **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, 64-71 - jan./jun. 2006

MAGALHÃES, M. C. C; LIBERALI, F. C. **A formação crítico-colaborativa de educadores: a “vida que se vive” – uma complexa escolha metodológica.** In: BALDI, E.M. B.; PIRES, G. N. da L.; SALONILDE, M. S. Políticas educacionais e práticas educativas. Natal: EDUFRN, 2011.

OLMOS, A. **Empatia: algumas reflexões.** In: A importância da empatia na educação. São Paulo. 2015. Disponível em: https://escolastransformadoras.com.br/wp-content/uploads/2016/11/PUBLICACAO_EMPATIA_v6_dupla.pdf. Acesso em: 10/08/2020.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Tradução de Ernani F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEPÚLVEDA-LOYOLA, W.; RODRÍGUEZ-SÁNCHEZ, I.; PÉREZ-RODRÍGUEZ, P.; GANZ, F.; TORRALBA, R.; OLIVEIRA D.V.; RODRÍGUEZ-MAÑAS, L. Impact of social isolation due to covid-19 on health in older people: mental and physical effects and recommendations. **J Nutr Health Aging.** 2020.

SCHNEIDER, R.H; IRIGARAY, T.Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research.** Thousand Lage Daks: Lage Publications, 1990.

WITTER, C; BURIT, M; SILVA, G; NOGUEIRA, R; GAMA, E. **Envelhecimento e dança: análise científica na biblioteca virtual da saúde.** Programa de Pós-graduação em ciências do envelhecimento, Universidade São Judas Tadeu. São Paulo 2013.

A GESTÃO NO CAMPO DO LAZER: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Giselle Helena Tavares

Este texto faz referência ao resumo da palestra intitulada “A Gestão no campo do Lazer: Reflexões e Perspectivas, realizada no X SEL - Seminário de Estudos do Lazer, organizado pelo GEL – Grupo de Estudos do Lazer. A palestra teve como objetivo realizar reflexões sobre a gestão e as políticas públicas no campo do lazer, considerando a complexidade do fenômeno lazer e as diferentes condições de acesso.

O Lazer é um fenômeno social polissêmico e interdisciplinar atribuindo um caráter bastante complexo para sua análise, atuação e gestão. Segundo Bramante (2018) existe um grande paradoxo ao relacionar os assuntos gestão e lazer, justamente pelas características antagônicas relacionadas ao controle exercido por estes dois conceitos. Este autor destaca a “incompatibilidade paradigmática” existente entre estes dois conceitos, devido à característica fundamental das vivências de experiências no lazer, pautadas na liberdade e fluidez, com a essencialidade do planejamento e controle presentes em qualquer processo de gestão. Apesar de todo este enredamento, a gestão do

lazer, segundo Shivers e Halper (2012) tem um papel importante na educação pelo lazer e na garantia de oportunidades de participação seguras, acessíveis, agradáveis e satisfatórias para diferentes públicos.

No Brasil, os dados relacionados às condições de prática e acesso às experiências no lazer apontam para a necessidade de um repensar sobre a eficiência e efetividade da gestão do lazer. Segundo recentes levantamentos realizados (DIESPORTE, 2013; IBGE, 2015; STOPPA, ISAYAMA, 2016; PNUD, 2017), o acesso e as condições para as experiências de lazer são bastante desiguais no Brasil. Em resumo, quem tem acesso ao lazer no Brasil é grupo bastante seletivo, composto por: homens, jovens, de classe média/alta, com alta escolaridade e que moram em localidades mais centrais. Isto é, há uma lacuna quanto ao acesso de mulheres, negros, pessoas em vulnerabilidade social, população LGBTI+, idosos e outros grupos minoritários. Com base nestes dados, faz-se necessário centrar a atenção na realização de ações no âmbito do lazer que possibilitem o acesso amplo a estas experiências. Este hiato é ocasionado por razões políticas, econômicas, sociais e culturais, e devem ser consideradas ao refletir sobre os objetivos da gestão do lazer.

A partir dos apontamentos apresentados, qual seria então o objetivo da gestão no âmbito lazer? Estimular uma maior valorização social do lazer? Motivar e engajar diferentes pessoas para participação em experiências de lazer? Fazer com que estas pessoas tenham

regularidade e manutenção nestas experiências? Atuar na educação para e pelo lazer? Democratizar as experiências para todos e todas?

Para Edginton et al., (2015) um dos pontos essenciais para a compreensão da gestão do lazer é o entendimento da característica multifacetada envolvida nos serviços e experiências ligadas a este fenômeno. No Brasil, há uma variedade de formas de organizações que oferecem atividades e experiências do lazer, compostas pelos três segmentos clássicos do sistema socioeconômico – privadas, públicas e terceiro setor, somados a outros segmentos, como os de gestão mista, o Sistema S e outras formas de organizações formais e não-formais. Esta característica diversa pode gerar entraves organizacionais, justamente pela dificuldade em ter um modelo de gestão aplicável aos diferentes tipos de organização. É posto assim, um desafio para os(as) gestores(as): refletirem sobre os modelos de gestão do lazer, adequando às diferentes realidades e públicos (RODRIGUES, PINA, POLI, 2016; AZEVEDO, BRAMANTE, 2017). Contudo, apesar desta característica mista, o grande diferencial para a estruturação de um modelo que funcione de maneira orgânica é uma gestão pública eficiente, capaz de organizar as responsabilidades entre os diferentes setores, exercendo um papel regulamentador e legislador.

Athayde, Mascarenhas, Salvador (2015) alertam para o fato de o Lazer ser tratado como um “direito de segunda ordem” no Brasil, reforçando a necessidade de um olhar atento das políticas públicas para a garantir do lazer como um direito social previsto na

Constituição Brasileira. Para estes autores, o não reconhecimento do lazer como direito no âmbito das políticas públicas reverbera na desvalorização social deste fenômeno.

Além disso, para possibilitar melhores condições de acesso ao lazer a todas e todos, é necessário que a gestão esteja atenta a três importantes pilares, sendo eles: informação/conhecimento, incentivo e oportunidades. É bastante comum no planejamento no âmbito da gestão que as ações principais estejam voltadas para as oportunidades, ou seja, oferecimento regular ou pontual de um rol de experiências no lazer. Evidentemente que a oferta de oportunidades é importante, sobretudo, considerando os diferentes perfis, condições e demandas da população. Apesar disso, os pilares de incentivo e conhecimento devem também ser encarados como prioridade nas ações de gestão do lazer, com o intuito de potencializar a educação para o lazer e consequentemente contribuir com o entendimento do lazer como um direito social e uma necessidade humana (GOMES, 2014).

Neste sentido, faz-se necessária a criação de programas de comunicação que enfoquem a disseminação de conhecimento por meio de diferentes canais (LOIS, 2017). Sobre este aspecto, Bramante (2018, p.59) sugere que a potencialização do lazer no presente-futuro pauta-se na necessidade de “*destinar adequadamente recursos para a elaboração de um cuidadoso plano estratégico de comunicação*”.

Este plano estratégico de comunicação também deve considerar a gestão qualificada da informação e do conhecimento. A

descontinuidade de ações nos diferentes setores muito se deve à ausência de uma organização das informações que embasem o planejamento, pautadas em ações diagnósticas e ações de avaliação dos processos realizados. Pacheco, Schwartz e Teodoro (2017) reforçam que a utilização de novos recursos no âmbito da gestão da informação pode representar um diferencial importante para a gestão do lazer, podendo catalisar novos direcionamentos e evolução para esse campo.

Outro aspecto importante é a necessidade de profissionalização no campo do lazer. Como subsídio para este assunto, Bramante (2018) propõe o Modelo Multidimensional de Gestão das Experiências de Lazer. Este modelo sugere que o planejamento no lazer deve ser estruturado a partir do “Dodecágono do Lazer”, que considera: o segmento etário, o gênero, a natureza das experiências (considerado os diferentes conteúdos culturais do lazer), o local, o tipo de organização, a liderança, a base temporal, a periodicidade, o tipo de administração, a duração e o tipo de equipamentos. A proposta deste modelo sugere que o planejamento seja visto de uma maneira orgânica analisando os diferentes fatores a serem considerados para um maior alcance das experiências no lazer.

No âmbito da pesquisa, nota-se que os estudos sobre a gestão do lazer são bastante incipientes no Brasil, merecendo novos olhares, especialmente sobre a realização de estudos diagnósticos que possam embasar a ação gestora nos diferentes espaços de atuação. Em uma

pesquisa realizada nos dois periódicos específicos sobre lazer no Brasil (Licere e Revista Brasileira de Estudos do Lazer - RBEL) utilizando o termo “gestão” foi evidenciado que esta temática é pouco explorada pelos pesquisadores do campo do lazer. Na revista Licere foram identificados 9 artigos e na RBEL somente 2 artigos com o termo “gestão”. O enfoque principal recai sobre a gestão pública e a formação profissional. Também na análise realizada por Tavares, Pacheco e Schwartz (2020) nas publicações realizadas no período de 2005 a 2017 no GTT ‘Lazer e Sociedade’ do CONBRACE não foram identificados trabalhos sobre gestão do lazer.

No contexto internacional, Tower e Zimmermann (2016) apontam que as produções sobre gestão do lazer passaram por um processo de estruturação nos últimos anos, sendo que a literatura inicialmente focava em assuntos como “liderança, organização e economia” e que recentemente alguns temas estão sendo incorporados, como o planejamento e responsabilidade social, a realização de parcerias e a valorização da diversidade tanto na prática quanto nos cargos de gestão no âmbito do lazer. Assim, torna-se necessário uma maior aproximação do campo acadêmico para subsidiar as ações no âmbito da gestão do lazer, sendo também um ponto estratégico para a qualificação deste campo no Brasil.

A partir das reflexões realizadas buscou-se apresentar alguns prognósticos para contribuir com o panorama da gestão do lazer no Brasil. É premente que as discussões sobre o Sistema Nacional de

Esporte e Lazer sejam retomadas, estruturando assim as ações do setor público e suas articulações com os demais setores responsáveis pela gestão do lazer. Como já mencionado anteriormente, o sucesso de um modelo de gestão do lazer vai depender diretamente da ação profissional e cuidadosa das políticas públicas de lazer.

Outro ponto necessário, pauta-se na profissionalização na gestão do lazer, superando o amadorismo historicamente praticado. Esta profissionalização prevê a aplicação de ferramentas atualizadas de planejamento, execução, direção, avaliação e controle no âmbito do lazer, buscando uma gestão qualificada e responsável. Para isso, sugere-se como ponto de partida, a utilização do Modelo Multidimensional das experiências no lazer.

Destaca-se também a necessidade de protagonismo das universidades e grupos de pesquisa, na proposição de ações pautadas na pesquisa e no conhecimento científico. A universidade tem um papel importante na formação de agentes qualificados e críticos para atuarem na gestão do lazer, por meio de ações que articulem a pesquisa, o ensino e a extensão, bem como, o fortalecimento da formação complementar e continuada.

Além disso, é imprescindível que a gestão do lazer considere a temática diversidade em seus processos, sendo pensada PARA um público diverso e POR um público diverso. E para finalizar, é necessário que a gestão se atente para as diferentes condições de acesso ao lazer existentes, seja no planejamento, organização,

execução e avaliação das ações, compreendendo o lazer como um direito social e não como um privilégio social.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Orgs). **Gestão estratégica das experiências de lazer**. Curitiba: Appris, 2017.

BRAMANTE, A. C. Desenvolvimento de Ferramentas Estratégicas Para Gestão das Experiências de Lazer. In: Paulo Henrique Azavêdo. (Org.). **Gestão Estratégica de Instalações Esportivas e de Lazer**. 1ed. Curitiba/PR: Appris, 2018, v. 1, p. 39-60.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diesporte: Diagnóstico Nacional do Esporte**, caderno 1, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte>. Acesso 12 de maio, 2020.

EDGINTON, C. R.; HUDSON, S.; LANKFORD, S.; LARSEN, D. **Managing recreation, parks, and leisure services: An introduction**. 4. ed. Urbana, IL: Sagamore, 2015.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Práticas de esporte e**

atividade física, 2015. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.80p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: Acesso 12 de maio, 2020.

LOIS, N. C. Desenvolvimento de estratégias mercadológicas e comunicacionais pelo gestor do lazer. In: Paulo Henrique Azevêdo; Antonio Carlos Bramante. (Org.). **Gestão estratégica das experiências de lazer**. 1ed. Curitiba: Appris, 2017, v. 1, p. 223-232.

PACHECO, J. P. S.; SCHWARTZ, G. M; TEODORO, A. P. E. G. Gestão do lazer: entraves e perspectivas relativos à produção acadêmica. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Orgs). **Gestão estratégica das experiências de lazer**. Curitiba: Appris, 2017.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017**. Disponível em: <<http://movimentoevida.org/>> Acesso 12 de maio, 2020.

RODRIGUES, R. M. A; PINA, L. W; POLI, K. L. C. **Gestão do lazer e do entretenimento**. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

SHIVERS, J.; HALPER, J. **Strategic recreation management**. London: Routledge, 2020.

STOPPA, E. A; ISAYAMA, H. F. (ORG.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

TAVARES, G. H.; PACHECO, J. P.; SCHWARTZ, G. M. Gestão da informação: análise sobre as produções do GTT Lazer e Sociedade. In: Aline Tschoke Vivan, Larissa Lara, Pedro Athayde. **Ciências do**

Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE: Lazer e Sociedade. v. 10. Natal, RN: EDUFRN, 2020. 81-84 p.

TOWER, J. R.; ZIMMERMANN, J. M. Setting the scene for the World. **World Leisure Journal**, v. 58, n.1, 3-11, 2016.

BLOCO 2

**PRÁTICAS SOCIO-
CULTURAIS DE LAZER**

LAZER E RECREAÇÃO EM PETRÓPOLIS: UMA AVENTURA NAS TRILHAS DA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO

Marcelo Faria Porretti; Fernando Amaro Pessoa

Em diferentes contextos o lazer e a recreação se fazem presentes, sobretudo ao ar livre, Marinho e Bruhns (2006) trazem a natureza como espaço destas práticas, onde merecem ser debatidos para compreensão e elaboração de estratégias que minimizem impactos, ou mesmo, o entendimento deste fenômeno associado ao turismo, vinculado a uma vida globalizada e tecnológica.

O município de Petrópolis localiza-se na região serrana do Estado do Rio de Janeiro e destaca-se por suas diferentes formas de relevo associadas a expressivos fragmentos florestais da Mata Atlântica, grande parte inseridos em territórios de unidades de conservação, tais como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), a Reserva Biológica Tinguá (REBIO Tinguá), a Reserva Biológica de Araras (REBIO Araras) e a Área de Proteção Ambiental de Petrópolis (APA Petrópolis), que inclusive abrange a maior parte da área urbanizada do município. No entanto, para a grande maioria

das pessoas, o aspecto ressaltado em relação a Petrópolis é o da Cidade Imperial, dando destaque ao turismo relacionado aos seus aspectos históricos em detrimento do potencial existente do ecoturismo e do turismo de aventura (PREFEITURA DE PETRÓPOLIS, 2020).

Essa passagem da Família Imperial por Petrópolis deixou como herança uma cidade turística com vestígios de glamour vivido à época, como o Museu Imperial e o Palácio de Cristal, e, posteriormente, a Casa de Santos Dumont e o Palácio Quitandinha. Estes e outros pontos turísticos da cidade são amplamente divulgados e visitados, entretanto, é possível destacar um aumento no número de visitas aos parques e trilhas da região serrana, sobretudo no PARNASO.

Os dados de visitação do PARNASO, referentes aos quatro municípios que abrangem seu território (Petrópolis – o qual possui a maior parte território do PARNASO, Magé, Guapimirim e Teresópolis) demonstram um aumento constante de acordo com os dados do ICMBio (2020a), chegando no ano de 2013 a 132.246 visitantes; em 2014 = 217.764; em 2015 = 217.372; e em 2016 = 162.868; os principais atrativos dos parques são sua beleza cênica, trilhas e cachoeiras.

Esse fenômeno de procura por áreas naturais não ocorre somente no PARNASO, mas também em outras unidades de conservação federais, por exemplo (Figura 1), sobretudo em busca de lazer, turismo e recreação.



Figura 1: Gráfico evidenciando o aumento da visitação em unidades de conservação federais nos últimos anos. Fonte: ICMBio (2020b).

Devido à infraestrutura, a entrada do PARNASO pela sede Teresópolis possui maior destaque, sobretudo por possuir uma das formações rochosas mais conhecidas por escaladores e montanhistas do Brasil e do mundo, o Dedo de Deus.

Voltando um pouco no tempo, Lucena (2008) retrata que a conquista do Dedo de Deus em 1912 foi um marco para o montanhismo nacional, inaugurando a era do desbravamento, a partir de então se desenvolveram conquistas por todo o complexo de montanhas da Serra dos Órgãos, que somente em 1939 veio a se tornar um Parque Nacional.

Sendo o PARNASO um dos parques mais visitados e que mais recebe pesquisas científicas no Brasil (CASTRO; CRONEMBERGER, 2007), porém com distintas realidades nos municípios onde está inserido, o presente trabalho possui como objetivo estudar como vem sendo exploradas as trilhas de Petrópolis, dada a sua vasta geodiversidade, biodiversidade e sociodiversidade, com significativo potencial para o desenvolvimento de atividades de lazer, recreação e turismo de aventura.

Justificamos nosso objetivo a respeito do potencial das trilhas de Petrópolis na utilização pela população local e por turistas, onde observamos que esta atividade vem sendo realizada ao longo de décadas, o Centro Excursionista Petropolitano (CEP) que foi fundado em 15 de maio de 1958, possui registros e relatos desta utilização. Com clima ameno, a cidade da região serrana atrai escaladores, montanhistas e turistas que procuram realizar suas aventuras e atividades de lazer. Existem relatos de pessoas que frequentemente fogem da violência que cerca a cidade do Rio de Janeiro para se recrear na serra de Petrópolis.

METODOLOGIA

Utilizamos a pesquisa qualitativa apoiados em Alves-Mazzotti (2002), que entende ser a subjetividade característica deste tipo de pesquisa, onde a escolha do campo e dos instrumentos de coletas de dados se faz de forma proposital para atingir o objetivo.

Sendo assim, realizamos a coleta de dados através de levantamentos bibliográficos e observação participante em trilhas do município de Petrópolis através do projeto de extensão “Expedições do CEFET/RJ - *campus* Petrópolis”. O período de observação foram os anos de 2018 e 2019, onde foram visitadas sete (7) trilhas, sendo realizadas dez (10) idas a campo.

Os dados foram coletados em campo e anotados em relatórios de pesquisa (caderno de campo). As anotações eram feitas no sentido de compreender os motivos de visitação às trilhas e cachoeiras.

Para a escolha das trilhas levamos em consideração a facilidade de acesso, bem como disponibilidade de tempo e fomentos. As sete (7) trilhas escolhidas foram: Morro Meu Castelo, Pedra do Quitandinha, Caminho do Ouro, Travessia Cobiçado – Ventania, Travessia Petrópolis-Teresópolis, Morro do Açú/Portais de Hércules e cachoeira Véu da Noiva. Algumas das trilhas ficam localizadas nos limites do PARNASO, do qual obtivemos permissão para realização da pesquisa a partir do cadastro no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBio, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de entrarmos diretamente nos dados, se faz necessário esclarecer que Petrópolis possui várias trilhas e cachoeiras, em que Neto (2008) as classifica como:

Quadro 1: trilhas de Petrópolis

TIPOS DE CAMINHADAS	TRILHAS
Caminhadas leves	Meu Castelo, Pedra do Cortiço, Morro do Bonet, Pedra do Quitandinha, Pedra da Índia, Alto do Ventania, Travessia Tapera Morin, Palmares, Morro da Mensagem, Serra Velha – Caminho do Ouro e a Serra Velha – Caminho do Trem.
Caminhadas leves superiores	Pedra do Retiro, Seio de Vênus, Pedra da Cuca, Cobiçado, Pedra do Juriti, Pedra do Cone, Morro do Alicate, Pedra de Itaipava, Travessia Araras – Secretário e a Travessia Cuiabá – Brejal.
Caminhadas Semi-Pesadas	Alcobaça, Mãe d'água, Maria Comprida, Pico do Glória, Pedra do Inferno, Jacuba Maior, Taquaril, Cantagalo, Monte de Milho, Travessia Caxambú – Santo Aleixo, Travessia Cobiçado – Ventania e o Morro do Açú.
Caminhadas Pesadas	Travessia Petrópolis – Teresópolis.
Cachoeiras	Cachoeira da Macumba, Cachoeira do Vale das Videiras, Poço da Barragem do Caxambu, Poços do Bonfim e Véu da Noiva.

Fonte: Adaptado de Neto (2008).

No quadro apresentado é possível observar uma classificação dos tipos de caminhada em trilhas existentes no município, que segundo Neto (2008), era utilizada por clubes de montanhismo, em que caminhadas leves seriam rápidas e fáceis de até uma hora de

caminhada (tempo de ida); as caminhadas leve superiores são realizadas com esforço um pouco maior podendo ser de duas a três horas de caminhada (tempo de ida); caminhadas semi pesadas de esforço considerável com duração de cinco a seis horas (tempo de ida); e as caminhadas pesadas com exigência grande de esforço físico podendo durar um dia inteiro ou mais, com utilização de mochilas cargueiras.

Em todas as trilhas visitadas a busca pela natureza se fazia presente, no entanto observamos distinções em cada local e características que apontavam caráter recreativo descompromissado, como do Morro Meu Castelo e da Pedra do Quitandinha. Entenda-se por descompromissado o não cuidado observado com o meio natural, seja por falta de informação ou mesmo por ignorar cuidados simples como não recolhimento do lixo levado à natureza, o que demonstra desafios de gestão da visitação dessas trilhas em áreas protegidas.

AS TRILHAS REALIZADAS

As trilhas realizadas e os principais aspectos observados estão expostos a seguir. Cabe destacar que das atividades realizadas, apenas a trilha para a Pedra do Quitandinha não está inserida nos limites do PARNASO.

1 - A caminhada ao Morro Meu Castelo (Figura 2a) foi realizada em abril e junho de 2018 e maio de 2019, onde identificamos

pessoas contemplando a natureza, realizando rapel e escalada, pessoas que utilizavam a trilha para realizar treinamento físico (bicicleta e corrida), mas também havia locais com pichação, pessoas caçando pássaros, lixo deixado pelos caminhantes, e outras pessoas realizando churrasco.

2 - Pedra do Quitandinha (Figura 2b), realizada em maio 2018, onde observamos a contemplação da paisagem como maior atrativo. Porém, existiam pessoas que utilizavam a trilha para atividades físicas (bicicleta e corrida), contribuindo com processos erosivos, além da observação de lixo deixado na trilha.

3 - O Caminho do Ouro ocorreu em novembro 2018 (Figura 2c), sendo seu maior atrativo o conhecimento histórico de sua utilização. Esta atividade foi realizada com um guia local que nos contemplou com relatos de experiência e seu conhecimento sobre a trilha. Encontramos uma mata fechada em alguns trechos com panoramas de paisagem aberta em poucos momentos. A contemplação da natureza se faz diferente pelo arranjo da biodiversidade, por passar em trechos habitados encontramos vestígios de lixos domésticos, sendo esta trilha também utilizada por moradores. Vestígios da primeira estrada de ferro do Brasil, além de pessoas utilizando para atividade física (bicicleta).

4 - Foram realizadas duas vezes a Travessia Cobiçado – Ventania (Figura 2d), em junho de 2018 e junho de 2019. O início do percurso é localizado em área rural, e a trilha possui como principal

atrativo a beleza cênica, onde observamos a prática de turismo, contemplação da paisagem, realização de escaladas, prática de atividades físicas (corrida) e no trecho conhecido como Ventania realização de acampamentos, motociclismo e ciclismo, apesar das restrições existentes.

Figura 2: a – Morro Meu Castelo; b – Pedra do Quitandinha; c – Caminho do Ouro; d – Travessia Cobiçado-Ventania.



Fonte: Arquivos dos autores.

5- A Travessia Petrópolis-Teresópolis (Figura 3a) foi realizada em julho de 2018 com duração de três dias. Esta atividade tem um potencial enorme em vários aspectos do lazer, recreação e turismo de aventura, além de ser considerada uma das travessias mais bonitas do Brasil, também símbolo do montanhismo nacional. Foi possível observar um maior cuidado no ambiente da floresta, o que pode ser em parte explicado pelo controle existente na visitação. As possibilidades são amplas: escalaminhadas, escaladas simples e mais complexas como Big Wall, rapel, caminhada, corrida, contemplação,

acampamento, possibilidades de pernoite em bivaques e camas nos abrigos do Morro do Açú e Pedra do Sino, além de observação astronômica. Porém, mesmo neste espaço considerado de alta montanha, encontramos inscrições e pichações em rochas.

6- A caminhada ao Morro do Açú (Figura 3b) foi realizada em julho 2019, com pernoite no abrigo e nascer do sol no Portais de Hércules (Figura 3c). Com os mesmos potenciais da travessia Petrópolis-Teresópolis, o maior destaque é a vista possibilitada em seu mirante, onde é possível ter uma visada única e uma perspectiva privilegiada da cadeia de montanha da Serra dos Órgãos.

7- A atividade de caminhada para a Cachoeira Véu da Noiva (Figura 3d) foi realizada em dezembro de 2019, demonstrando significativo potencial de recreação e lazer dos petropolitanos, sobretudo por banhar-se nas águas geladas da cachoeira, além da possibilidade de rapel. Entretanto, foi encontrado lixo deixado pelos caminhantes e inscrições em rochas pelo caminho e na cachoeira.

Figura 3: a – Travessia Petrópolis-Teresópolis; b – Castelos do Açú; c – Portais de Hércules; d – Cachoeira Véu da Noiva.



Fonte: Arquivos dos autores.

A literatura aponta o potencial do lazer, recreação e turismo de aventura em áreas naturais, Bruhns (2009) descreve que a busca pela natureza mostra o potencial das atividades ao ar livre e, fazendo menção à “mãe” natureza indica que existe sentimentos presentes nesta prática envolvendo segurança, proteção, entrega, buscando-se conforto, superação de medos e desafios do corpo e da mente. Entretanto, em uma resposta de entrevista realizada pela autora é descrito que a busca destas atividades pode ser atribuídas também a influências de mensagens midiáticas e modismo, onde acrescentamos nos dias atuais as redes sociais.

Por outro lado, algumas pessoas parecem buscar a natureza num processo de renúncia e contestação ao consumismo, onde o retorno a este ambiente faria parte de desvincular o luxo e as modernidades tecnológicas dos dias atuais (COSTA, 2000; BRUHNS, 2009; MARINHO e BRUHNS, 2006).

Costa (2000) descreve que o imaginário cerca estas atividades, e buscando respostas para motivação dos praticantes em realizar tais atividades ao ar livre, descreve que algumas pessoas se sentem atraídas pelo desconhecido, tentando nestas atividades mergulhar nestes ambientes de forma a conhecê-lo e também de maneira a reconhecer a si mesmo. Em uma descrição referente ao PARNASO insere a narrativa de um caminhante onde é falado que “a sensação que experimentei no dia seguinte, ao atingir o alto da Pedra do Sino, a partir de onde eu sabia que não haveria grandes problemas foi simplesmente a mais emocionante da minha vida” (COSTA, 2000, p. 97).

Dialogando com os achados de nosso estudo encontramos possibilidades de imersão no lazer, recreação e turismo de aventura nas trilhas de Petrópolis, onde categorizamos em dois grupos, as atividades mais urbanas e as atividades de alta montanha. Urbanas seriam as trilhas de mais fácil acesso e proximidade com o centro urbano, no caso as trilhas Morro Meu Castelo, Pedra do Quitandinha, Caminho do Ouro e Cachoeira Véu da Noiva. Já as trilhas de mais difícil acesso e de maior exigência física foram o Morro do Açú e as Travessias (Cobiçado – Ventania; Petrópolis – Teresópolis), inclusive apresentando vegetação de alta montanha.

Num paralelo com as trilhas que consideramos urbanas, concordamos com Uvinha (2001), que afirma existir um estilo jovem que busca aventura e o lazer procurando superar desafios e remetendo

o radical a este estilo, sendo possível identificar a maior parte do público composto por adolescentes e jovens.

Pimentel (2006) menciona que o corpo se faz presente na relação com o ambiente, sendo assim, é indissociável a relação entre o homem e a natureza, o simples ato estar na floresta implica em relação de troca, seja o lúdico do lazer e recreação, seja busca de atividade física, ou contemplação da beleza cênica. Essa gama de possibilidades descreve o quão crescente vem ocorrendo este re/encontro, sendo indissociável e necessário que haja respeito por parte do homem ao ambiente natural.

Os principais impactos encontrados nestas atividades (lixo nas trilhas, inscrições e pichações e rochas, fogo aceso para churrasco, caça de pássaros) remetem aos impactos que o homem vem causando no meio ambiente natural, que para Bueno et. al. (2011) são: erosão do solo; poluição aquática; poluição sonora; destruição de paisagens naturais; poluição do solo por acúmulo de lixo nas margens dos caminhos de trilhas e montanhas, contaminando o solo e interferindo na alimentação dos animais silvestres; caça e pesca ilegais; vandalismo; destruição de fauna e flora por pisoteio em trilhas; pinturas e inscrições em rochas para registrar atividade turística.

Nesta passagem é importante relatar a gruta do presidente (que se encontrava pichada), que fica no caminho para a Cachoeira Véu da Noiva, e, segundo Neto (2008), possui este nome devido ao presidente

Getúlio Vargas que chegava ao local a cavalo, saciando sua sede e do animal, pois existe uma fonte de água.

O contato com a natureza pode propiciar um bem-estar ao corpo e a mente, por conta da contemplação ao meio ambiente, da prática de atividades físicas na natureza (corrida, caminhada e ciclismo) e da escalada, por exemplo, todas realizadas nas trilhas de Petrópolis. Cientificamente Yamaguchi (2006), Li et. al. (2011, 2016) demonstram em seus estudos os benefícios que um banho de floresta ou simplesmente caminhar pela floresta pode causar, como diminuição da pressão arterial, redução de estresse, melhoria de taxas em urinários, diminuição de fadiga, diminuição da ansiedade, além de aumento na disposição e vigor para as atividades diárias. É inclusive recomendado terapeuticamente passeios em parques e florestas.

Quanto ao lazer e recreação nas trilhas e montanhas de Petrópolis, encontramos as possibilidades para além da caminhada. A escalada simples ou complexa, o acampamento e o rapel, parecem seduzir uma parcela significativa dos visitantes, onde Pereira (2013) alega que ao final do século XX e início do século XXI o interesse pelos jogos de vertigem, o prazer em sentir o “frio na barriga” ou o medo do desafio são temas atuais e presentes no contexto do lazer. Assim, a aventura que permeia as trilhas de Petrópolis tem significados importantes no montanhismo. Refletindo sobre aspectos educacionais encontramos em Porretti *et. al.* (2020) vértices na solidariedade, na superação de desafios, na cooperação entre os

participantes, na busca pelo lazer e recreação no município detentor de ampla área verde.

Refletindo ainda sobre o turismo de aventura em Petrópolis, encontramos nos achados a busca maior desta atividade na parte alta do parque, sobretudo nas atividades que identificamos como de alta montanha, as Travessias e a caminhada ao Morro do Açu, as quais merecem maiores cuidados em infra-estrutura e degradação ambiental. Concordamos com Uvinha (2005) ser necessárias normatizações para utilização de maneira a minimizar impactos ambientais e socioculturais. Entretanto, o processo de maturação é lento e deve ser fiscalizado amplamente pelas autoridades competentes, no cenário educacional encontramos contribuições da educação ambiental e mais recentemente a inserção da aventura na Base Nacional Comum Curricular na disciplina Educação Física, o que pode sinalizar um início de trabalho consciente nas crescentes atividades de aventura realizadas na natureza.

Não entramos neste trabalho no mérito que envolve os riscos que estas atividades possuem, entretanto, concordamos com Freitas (2018), em que relata a necessidade de coordenação de atividades através do PDCA (Planejamento, execução, monitoramento e ajustes). Desta forma, os resultados das atividades de lazer, recreação e turismo de aventura na natureza devem possuir mecanismos de segurança contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que este trabalho buscou significar a utilização das trilhas de Petrópolis para fins de lazer, recreação e turismo de aventura, sobretudo com os achados da pesquisa, os quais evidenciaram que o município possui um amplo número de trilhas e vasta possibilidade de utilização para estas finalidades, necessitando de melhor infraestrutura para estas práticas, bem como incentivos locais e governamentais.

Quanto aos diálogos traçados nesta pesquisa podemos identificar a necessidade de melhor monitoramento e conscientização do público que utiliza os espaços naturais para realização de atividades de lazer, recreação e turismo de aventura, sobretudo nas zonas que consideramos de trilhas urbanas.

Também cabe destacar a visitação dessas trilhas como um aliado em projetos e políticas de conservação ambiental, ao proporcionar uma ressignificação das relações entre sociedade e natureza. Além disso, as trilhas possuem significativo potencial, ainda pouco aproveitado, para a realização de projetos de educação e interpretação ambiental, com destaque para a possível elaboração de roteiros turísticos e didáticos, quem podem qualificar ainda mais a visitação dessas áreas.

Mostrando a importância deste texto para área de estudo de lazer e recreação, afirmamos que muito mais do que interação com a

natureza, as trilhas petropolitanas são passatempo das pessoas que as frequentam, são buscadas por serem fontes de prazer e diversão, que diretamente satisfazem e preenchem o tempo livre de forma individual ou coletiva dos frequentadores. Pois, envolvem-se pelas vastas possibilidades de atividades a serem desenvolvidas na serra de Petrópolis.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI AJ, GEWANDSZNAJDER F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Thompson, 2002.

BUENO, C; PARDO, F. L; REIFF, F; DA VINHA, V. **Ecoturismo responsável e seus fundamentos**. Rio de Janeiro: technical books, 2011.

BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza: turismo de aventura**. Barueri, SP: Manole, 2009.

CASTRO, E. B. V. de; CRONEMBERGER, C. Da ciência ao manejo: o conhecimento científico e a gestão da pesquisa no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. In: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Ciência e Conservação na Serra dos Órgãos**. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/pesquisa-cientifica/19-uncategorised/139-ciencia-e-conservacao-na-serra-dos-orgaos.html>. 2007. Acesso em: 21 de mai. 2020.

COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário**. São Paulo: Manole, 2000.

FREITAS, J. **Gestão de risco para turismo de aventura**. Barueri, SP: Manole, 2018.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]. Dados de visitação 2007 – 2016 [citado em 21 de jun. 2020].

Disponível em:

https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados_de_visitacao_2012_2016.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020a.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]. Visitação em Parques Nacionais bate novo recorde em 2018 [citado em 25 de mai 2020]. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018>. Acesso em: 25 mai. 2020b.

LI, Q; KOBAYASHI, M; KUMEDA, S; OCHIAI, T; MIURA, T; KAGAWA, T; IMAI, M; WANG, Z; OTSUKA, T; KAWADA, T. **Effects of Forest Bathing on Cardiovascular and Metabolic Parameters in Middle-Aged Males**. Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine, Reino Unido, 2016.

<https://doi.org/10.1155/2016/2587381>

LI, Q.; OTSUKA, T.; KOBAYASHI, M.; WAKAYAMA, Y.; KAGAWA, T. Acute effects of walking in forest environments on cardiovascular and metabolic parameters. **European Journal of Applied Physiology**, Tóquio, v. 111, n. 11, p. 2845-53, 2011.

LUCENA, W. M. **A História do Montanhismo no Rio de Janeiro: dos primórdios aos anos 1940**. Rio de Janeiro: S.N., 2006.

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza**. Barueri: Manole, 2006.

NETO, W. G. de O. **Guia de Trilhas de Petrópolis**. Petrópolis/RJ, Sindicato nacional dos editores de livro, 2008.

PEREIRA, D. W. **Atividades de aventura: em busca do conhecimento**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013.

PIMENTEL, G. G. de A. Aventuras de Lazer na natureza: o que buscar nelas? IN: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini (Orgs.). **Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza**. Barueri: Manole, 2006.

PORRETTI, M. F.; PESSOA, F. A.; ASSIS, M. R. de. Montanhismo: um relato de experiência da interdisciplinaridade entre educação física e geografia. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Paraná, V. 18, N. 1, 2020.

PREFEITURA DE PETRÓPOLIS. **Unidades de Conservação da Natureza no Município de Petrópolis** [citado em 26 de jun. 2020]. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/sma/index.php/protecao-e-conservacao/unidades-de-conservacao.html>. Acesso em: 26 jun 2020.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2001.

UVINHA, R. R. **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

YAMAGUCHI, M; DEGUCHI, M; MIYAZAKI, Y. The Effects of Exercise in Forest and Urban Environments on Sympathetic Nervous Activity of Normal Young Adults. **The Journal of International Medical Research**. Reino Unido, v.34, p. 152–159, 2006.

CICLOTURISMO E VIVÊNCIA CRIATIVA DO LAZER NA REGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

Rodrigo Olavo Costa Sousa; Karoliny Diniz Carvalho

No universo abrangente do lazer, as práticas corporais de aventura na natureza (ARMAS e INÁCIO, 2010) adquirem notoriedade nas últimas décadas, evidenciando-se a busca pelo enriquecimento sociocultural e pela satisfação pessoal dos indivíduos por meio das viagens turísticas (BAHIA, 2007; MARINHO, 2010). Nesse contexto e, considerando a necessidade do aproveitamento responsável do meio ambiente pelo turismo, as áreas rurais são percebidas como *lócus* de educação, lazer e interpretação socioambiental.

Paralelamente, a procura pelo meio rural impulsiona o surgimento de modalidades turísticas como opção de diversificação da economia e promoção do desenvolvimento local (CARVALHO, 2018). Um dos segmentos de turismo que se destaca no cenário internacional e nacional é o cicloturismo. Inserido como uma atividade no âmbito do segmento de turismo de aventura, o cicloturismo

constitui uma forma particular de vivenciar os espaços urbanos e rurais utilizando a bicicleta como transporte sustentável, sendo considerada uma maneira saudável, econômica e ecológica de se fazer turismo (LIMA, 2015).

Desse modo, o objetivo geral deste estudo consiste em conhecer a dinâmica do cicloturismo rural como prática de lazer e de interpretação do patrimônio ambiental do Baixo Parnaíba Maranhense. Como desdobramento deste objetivo, buscou-se caracterizar o turismo de aventura, as suas principais características e dimensões, entender o cicloturismo como novo segmento de mercado e verificar as suas potencialidades como oferta turística na região.

A metodologia empregada consistiu nas pesquisas bibliográfica e de campo. O suporte teórico esteve referendado por autores que refletem sobre o segmento turismo de aventura e o cicloturismo (UVINHA, 2006; MARINHO, 2010; SCHETINO, 2006) como práticas corporais de aventura na natureza (ARMAS e INÁCIO, 2010). Este último foi alvo de reflexões a partir de uma abordagem transversal e interdisciplinar, na qual problematizou-se o cicloturismo como prática de lazer e de interpretação ambiental.

Na pesquisa de campo, fez-se uso da abordagem qualitativa de cunho exploratório e descritivo considerando que “o processo e o significado são os focos principais de abordagem” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 20). O levantamento de dados foi realizado no período de agosto a novembro de 2019, por meio do acompanhamento

de grupos de ciclistas no Baixo Parnaíba, com o uso das técnicas de observação sistemática participante e anotações de campo.

Ressalta-se que um dos pesquisadores faz parte do grupo Pedal Livre, um coletivo de ciclistas do município de São Bernardo que promove rotas de cicloturismo pela região do Baixo Parnaíba, além de eventos competitivos e beneficentes em parceria com poder público local. A participação neste grupo facilitou a entrada no campo, com o estabelecimento de contatos prévios com outros grupos de ciclismo existentes e, conseqüentemente, a coleta de informações sobre a relação entre os cicloturistas e o patrimônio rural ao longo das rotas desenvolvidas. Os dados obtidos na pesquisa de campo foram organizados e analisados através da técnica de análise de conteúdo (MINAYO, DESLANDES E GOMES, 2007).

Para apresentar as discussões, o capítulo encontra-se estruturado em seções. Inicia-se com a caracterização do segmento turismo de aventura, para em seguida abordar o cicloturismo como atividade que harmoniza vivências lúdicas, interação e aprendizagem no contexto rural. Posteriormente, apresentam-se os principais resultados alcançados nos trabalhos de campo, nos quais evidenciamos a dinâmica e as oportunidades sociais, econômicas e culturais decorrentes das práticas de cicloturismo no meio rural do Baixo Parnaíba Maranhense.

TURISMO DE AVENTURA E CICLOTURISMO: APROXIMAÇÕES

Entendido como fenômeno socioespacial, histórico e comunicacional, o turismo implica a necessidade de experienciar, vivenciar e conviver em locais fora do cotidiano dos turistas, ensejando articulações de distintos atores sociais no processo de planejamento e organização das localidades com vistas à captação de fluxos de visitantes (MOESCH e GASTAL, 2003).

Nesse norte, o segmento de turismo de aventura possui como foco de interesse o consumo de experiências relacionadas à adrenalina, emoção e à superação de desafios. O turismo de aventura ganhou projeção nos contextos nacional e internacional a partir da década de 1980, sendo um segmento que pode ser desenvolvido nos contextos urbanos e naturais.

A palavra aventura é originária do latim *adventura* e significa “o que estar por vir”, relacionado ao desconhecido, ao diferente ou inusitado: “a aventura refere-se à busca de desafios relacionados com a imponderabilidade e imprevisibilidade” (SPINK, SARAGAKI e ALVES, 2005, p.08). As atividades de aventura dizem respeito a um conjunto de experiências físicas, sensoriais e recreativas que integram o universo do lazer e apresentam diferentes níveis de dificuldade, expectativas e envolvimento dos seus praticantes, “[...] abrangem emoções e sentimentos que extrapolam suas formas e conteúdos, pois

se relacionam a rituais, mitos, temores, bem como a imagens de aventura, de risco, de ousadia, de distinção, estilo de vida e outros” (MARINHO e INÁCIO, 2004 p.04).

Este conjunto de experiências podem ocorrer em espaços diversos, sejam eles naturais, artificiais, ou em áreas naturais protegidas. O turismo de aventura pressupõe a interação dos turistas com os elementos da paisagem dos destinos turísticos. Inicialmente entendido como uma prática relacionada ao segmento ecoturismo³, com o passar do tempo, o referido segmento ganhou contornos próprios. De acordo com o Ministério do Turismo (Mtur), o turismo de aventura “compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2010, p.14).

Esta última característica diferencia o turismo de aventura do turismo esportivo, uma vez que o fator de motivação daqueles turistas consiste na interação da natureza como opção de lazer e entretenimento, com forte apelo emocional e estímulo aos cinco sentidos. Outra definição é dada por Uvinha (2006, p. 2005, p. 27) para quem:

O Turismo de aventura é um segmento em que se pode verificar uma relação oferta/demanda característica, próxima da prática dos ditos esportes de aventura e realizada por um público com motivações peculiares,

³ O Ecoturismo é compreendido como um segmento de turismo alternativo que se desenvolve em ambientes naturais, especialmente em áreas naturais protegidas, incorporando os princípios da sustentabilidade ambiental, cultural, social e econômica (BRASIL, 2010).

viabilizada com infraestrutura e recursos humanos especializados, a fim de implementar uma experiência desafiadora e passível de certificação específica nos mais distintos ambientes e localidades, seja na atividade do excursionismo (sem pernoite), seja na atividade de turismo.

Swarbrooke et.al (2003) analisam as dimensões da experiência do turismo de aventura, identificando que nele estão presentes sensações de entusiasmo, experimentação de algo novo, incerteza, perigo, novidade, estímulos, fantasia e distanciamento da realidade. Estas dimensões possibilitam o envolvimento físico, mental e emocional dos turistas/visitantes com o meio ambiente e comunidades. As práticas de turismo de aventura podem ser realizadas ao ar livre ou em ambientes artificiais e de diferentes modos, de acordo com o elemento natural de interesse dos participantes (terra, água e ar); não necessitam de treinamentos de caráter profissional tal como ocorre nas atividades esportivas, ou conhecimento técnicos profundos, podendo ser realizadas também por um público de diferentes faixas etárias.

No contexto do turismo de aventura, o cicloturismo é alvo de estudos relacionados à mobilidade urbana e sustentabilidade. Nas discussões sobre o turismo é apontado como uma das principais tendências de mercado. As atividades de cicloturismo surgiram na Europa em meados do século XIX, em países como Inglaterra, França, Alemanha e posteriormente expandiram-se pelos Estados Unidos, destacando-se o ciclismo de estrada e a presença de clubes e associações que promovem e intensificam esta atividade:

Como registro de uma eventual primeira viagem de bicicleta, na origem do Cicloturismo em si, estaria a viagem de três ingleses que, de acordo com Darren Alff, que partiram de suas casas na Grã-Bretanha e viajaram pelo mundo em suas bicicletas. Eles cobriram cerca de 19.237 milhas em um período de dois anos e dois meses, viajando por dezessete países e três continentes diferentes (PANOSSO NETTO; ANSARAH, 2015, p. 341).

Alguns teóricos entendem o cicloturismo como parte integrante de um estilo de vida mais responsável e compromissado com o meio ambiente e a qualidade de vida. Em nível nacional, os passeios ciclísticos noturnos na cidade de São Paulo deram origem ao cicloturismo, ao lado de iniciativas de empreendedores que começaram a organizar os primeiros passeios, viagens e negócios atrelados a este segmento (SERRANO, CESAR e DO PRADO, 2015).

A partir dos anos 1980, as experiências de roteiros e circuitos cicloturísticos puderam ser observadas no Brasil, com o pioneirismo de Santa Catarina, por meio do circuito de cicloturismo do Vale Europeu, seguido dos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo. As primeiras manifestações desta atividade valeram-se de rotas de peregrinação religiosa, ganhando relevo no segmento de turismo de aventura (FARIAS, 2019; SOUZA, 2019).

Existem diferentes definições sobre o cicloturismo na literatura especializada, no entanto, algumas perspectivas apresentam elementos convergentes. Carvalho et al. (2013, p.64), por exemplo,

conceituam-no como “[...] uma atividade do turismo de lazer que permite o exercício físico, contato com a natureza e a experiência de conhecer detalhes de lugares que seriam imperceptíveis em outros meios de transporte”. Com base nesse entendimento, o cicloturismo consiste numa atividade que possibilita vivenciar os espaços urbanos e naturais de modo sustentável, na qual o contato com a dinâmica sociocultural ocorre num tempo e no espaço particulares.

Caracteriza-se pelo deslocamento motivado pela busca do contato com o diferente, com as paisagens e modos de vida específicos, num percurso pela memória, patrimônio e imaginário dos lugares (LIMA, 2015); aliado ao movimento físico, os ciclistas promovem a circulação de bens culturais, ideias e representações dos locais visitados. Para o presente estudo, adota-se a visão de cicloturismo proposta por Schetino (2006, p.192), que o apresenta como uma oportunidade para a vivência crítica e criativa do lazer, na medida em que concilia os aspectos socioeducativos, a interpretação ambiental e a educação. Para o autor, o cicloturismo compreende:

[...] Qualquer viagem ou passeio turístico no qual se utilize a bicicleta como meio de transporte. Essa definição contempla não só as grandes viagens solitárias ou em grupos contidas em livros e relatos como também a nova e crescente demanda do mercado, da utilização de bicicletas em pequenos passeios e roteiros turísticos.

Os turistas/visitantes podem deslocar-se por períodos inferiores a 24hs, configurando o ciclolazer, ou podem realizar longos percursos

fora do seu local de moradia com vistas ao consumo de diversas experiências – contemplação, lazer, recreação, contato cultural, aventura. Nesse caso é caracterizado como cicloturismo. Han et al. (2017) pontuam seis variáveis que definem o cicloturismo: 1) É um deslocamento distante do local de residência; 2) A duração pode variar de um a vários dias; 3) É uma prática não competitiva; 4) A viagem é a principal motivação; 5) É desenvolvido dentro de um contexto ativo e desportivo e 6) Representa uma forma de lazer e entretenimento.

A partir desse entendimento, o cicloturismo pressupõe um contato mais estreito entre visitantes/turistas e comunidades por meio do intercâmbio de saberes e práticas de hospitalidade presentes ao longo dos percursos e no aumento da percepção ambiental. Embora haja uma aproximação com as atividades de lazer, o cicloturismo não equivale necessariamente a uma prática esportiva e não deve ser apreendido meramente como uma atividade física realizada ao ar livre. Nesse patamar, Olinto e Asprino (2014, s/p) esclarecem que a busca pela quebra de recordes ou grandes velocidades é substituída pelo desafio, pela recreação e pelo conhecimento. Roldan (2000, p.22) segue em sentido semelhante, argumentando que o prazer do cicloturista está na experiência, no significado emocional do viajar, independentemente da duração do percurso ou do destino escolhido.

Como prática turística ligado aos aspectos socioambientais, o cicloturismo proporciona impactos positivos no que se refere à conservação e interpretação ambiental e maior interação

homem/natureza, sobretudo quando se analisa o meio rural contemporâneo. Os roteiros de bicicleta contribuem para a diversificação das economias regionais, a valorização da herança cultural e a conservação do patrimônio, além de incentivar fluxos turísticos no período de baixa temporada (CARVALHO et al., 2013).

No campo econômico, os segmentos impulsionados pelo cicloturismo, tais como o turismo rural, contribuem para a diversificação das atividades não agrícolas no meio rural, fortalecendo os aspectos de multifuncionalidade e pluriatividade que caracterizam o meio rural brasileiro contemporâneo. Diante do exposto, as reflexões enunciadas voltam-se para o território do Baixo Parnaíba Maranhense, onde as práticas socioculturais tradicionais convivem dialeticamente com atividades globalizadas de produção e consumo dos espaços geográficos.

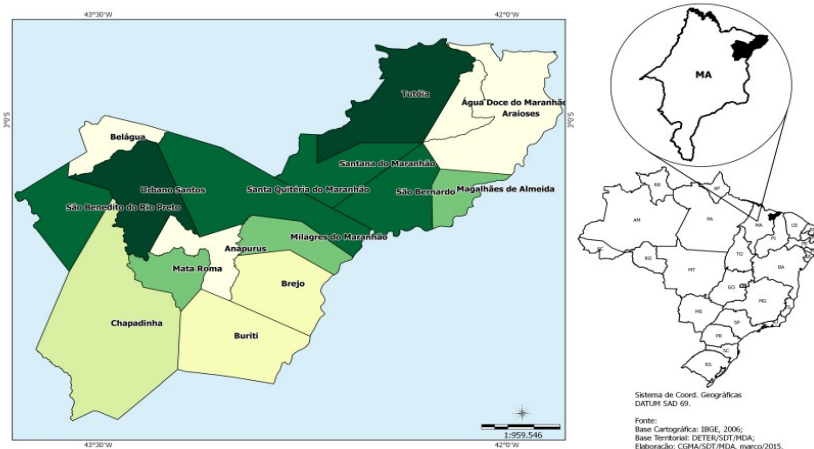
CICLOTURISMO COMO OPÇÃO DE LAZER E TURISMO NO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

Os debates contemporâneos sobre o meio rural enfatizam a complexidade deste espaço em meio aos processos de modernização

tecnológica e da globalização da economia que orquestram modificações nas formas de produção e consumo, nas relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Como resultado dessas articulações, é estabelecida uma reconfiguração denominada por Graziano da Silva (2001) e Delgado *et.al* (2013) como novo rural ou novas ruralidades. Na ressignificação do rural, enfatiza-se a sua aproximação com atividades não agrícolas, com destaque para o lazer e o turismo.

É sob essa ótica que se buscou refletir sobre o cicloturismo como elemento da oferta turística dos municípios que compõem a região do Baixo Parnaíba Maranhense (Figura 1). Trata-se de um território que possui uma população predominantemente rural e que passa por desafios decorrentes da implantação de atividades agrícolas que comprometem o meio ambiente local, tais como a plantação de soja e eucalipto. A produção agroexportadora contribui para o processo de exclusão das populações locais e disputas pela legitimação de terras.

Figura 1: Localização dos municípios pertencentes ao Território do Baixo Parnaíba Maranhense.



Fonte: Sistema de Informações Territoriais (2015).

Devido às características ambientais e ao patrimônio cultural dessas comunidades, o turismo é percebido como fator de desenvolvimento local, tendo em vista as oportunidades econômicas e sociais que podem emergir com essa atividade. Nesse contexto, a expansão do uso das bicicletas para fins turísticos e de lazer na região surge como alternativa aos transportes convencionais, além de ser uma opção de lazer e busca por um maior contato dos visitantes com as paisagens e as práticas socioculturais: “[...] O desenvolvimento da utilização de bicicletas no cotidiano das pessoas favorece a aproximação com este meio de transporte e incita sua utilização também para atividades recreativas e/ ou culturais” (PEREIRA, ELTERMANN, NICHELE e CAETANO, 2017, p.07). As

características ecológicas e culturais favorecem a realização de trilhas, rotas e eventos cicloturísticos. Além de uma opção de lazer e prática esportiva, os roteiros desenvolvidos criam uma ambiência favorável às práticas de sociabilidade entre os visitantes e residentes dos povoados e de valorização das memórias e das histórias desses locais.

O potencial cicloturístico traz perspectivas de inclusão social e desenvolvimento econômico para o meio rural, tendo como elementos estruturantes os recursos ecológicos e culturais presentes nos municípios. O aproveitamento turístico tende a gerar “novas oportunidades a partir da valorização de bens não tangíveis, antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos do cotidiano agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, GROSSI, CAMPANHOLA, 2002, p.41). Nesse norte, alguns municípios, como Tutóia e Água Doce do Maranhão, já estão inseridos na regionalização do turismo por meio do pólo maranhense Delta das Américas, sendo considerados destinos indutores; em longo prazo, a estruturação de ofertas turísticas possibilitará transformações na dinâmica socioespacial das demais localidades, o que requer ações de planejamento e gestão a fim de que o turismo concorra para a promoção do desenvolvimento local destas áreas.

Os passeios e roteiros de cicloturismo são realizados por grupos de ciclistas amadores e profissionais como opção de aventura, conhecimento dos aspectos culturais de localidades próximas e como

estratégia de manutenção do bem estar e da qualidade de vida (Figuras 2 e 3).

Figura 2- Roteiros de Cicloturismo nas zonas rurais do Baixo Parnaíba.



Fonte: Grupo Pedal Livre (2019).

Os cicloturistas normalmente realizam percursos de um dia, caracterizando a modalidade de ciclolazer ou percorrem longos percursos, abrangendo rotas intermunicipais. Ao longo dos roteiros e rotas cicloturísticas, os visitantes percorrem estradas de terra envoltas por dunas e/ou manguezais e entram em contato com paisagens campestres, plantações, festejos tradicionais, produção artesanal, gastronomia, remanescentes dos antigos engenhos de cana-de-açúcar e demais elementos do patrimônio histórico e cultural (Figuras 4 e 5).

Figura 4: Paisagem rural do município de São Bernardo, Maranhão.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Figura 5: Produção de farinha artesanal no povoado Cajueiro em São Bernardo.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Os eventos esportivos tendem a fomentar ações de/para o cicloturismo, dinamizando também a economia local por meio da venda de acessórios, equipamentos, alimentos e bebidas e material de apoio ao desenvolvimento desta atividade. Rotas cicloturísticas, como por exemplo, a Rota Caldo de Cana, Trilha Racha Coco e Rally do Sol impulsionam a valorização dos povoados do Baixo Parnaíba Maranhense, ao tempo em que atraem um público significativo de participantes e espectadores.

Além da proximidade com o patrimônio geológico, ambiental e cultural dos municípios, os cicloturistas interagem com os moradores, sendo comuns atividades de acolhimento dos moradores das áreas rurais nas suas residências, oferta de serviços de apoio, como reparos das bicicletas e dos equipamentos utilizados, ou de informações sobre os atrativos existentes na região. Tal como mostrou Schetino (2006), as situações de intercâmbio e de trocas culturais entre os cicloturistas e os moradores do Baixo Parnaíba caracterizam o cicloturismo como oportunidade para a vivência crítica e criativa do lazer. De acordo com o autor, o locais de percurso ganham novos usos e semânticas com a presença destes visitantes, os quais recebem em troca generosidade e hospitalidade.

De modo complementar, não raro, observa-se a abertura de pequenos negócios de alimentação ao longo das rotas desenvolvidas. Em algumas delas, como a rota Caldo de Cana, localizada no povoado São Raimundo, são vendidos gêneros alimentícios como sucos,

vitaminas, caldo de cana, sinalizando para o empreendedorismo comunitário. Em alguns municípios pode-se encontrar uma cadeia produtiva da bicicleta em formação, com lojas especializadas na venda de acessórios e equipamentos para bicicletas, o que estimula a economia local (Figura 6).

Figura 6- Práticas de hospitalidade no meio rural.



Fonte: Grupo Pedal Livre (2019).

Ao possibilitar a interação com os ecossistemas, as paisagens e com o cotidiano dos moradores, o cicloturismo favorece comportamentos pró-ambientais, maior conexão e apego emocional dos visitantes em relação às localidades percorridas, traduzindo

situações de aprendizado, afeto e experiências. Os ciclistas ressignificam o lugar, recompõem a trajetória da comunidade, tornam os municípios lugares significativos por meio de práticas de mobilidade, circulação de corpos e de sentidos. O engajamento dos visitantes neste cenário reacende também discussões importantes sobre desenvolvimento socioeconômico, direito à memória, lazer para as minorias sociais, cidadania, estabelecendo um diálogo transversal com o turismo.

No entanto, algumas ameaças à consolidação deste cenário precisam ser consideradas: inicialmente, ressalta-se que as condições de acesso à região do Baixo Parnaíba Maranhense dificulta a mobilidade dos turistas e, conseqüentemente, o acesso aos atrativos turísticos. Especificamente no segmento cicloturismo, constata-se a ausência de políticas públicas voltadas à mobilidade sustentável, ao incentivo ao uso da bicicleta, a articulação institucional com vistas à incentivar o turismo/excursionismo em áreas rurais, bem como a ausência de roteiros oficiais de cicloturismo de forma integrada.

Nesse horizonte, Souza (2019) pontua que as iniciativas de cicloturismo no contexto brasileiro são gestadas, em sua maioria, pela iniciativa privada, não ocorrendo um envolvimento mais contundente da gestão pública estadual e federal. O seu estímulo pressupõe a elaboração de planos de desenvolvimento de rotas e circuitos, como ocorre, por exemplo no circuito de cicloturismo do Vale Europeu e nos estados Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Além destes entraves, destacam-se as fragilidades no planejamento turístico municipal, com a ausência de ações estratégicas de diversificação da oferta turística, ações de marketing, estruturação de um calendário de eventos, instrumentos necessários para a organização e gestão da atividade turística. Outra fragilidade diz respeito à baixa qualidade na prestação de serviços nos setores de turismo e hospitalidade, o que pode comprometer a qualidade da experiência turística na região e, conseqüentemente, a imagem e o posicionamento mercadológico dos destinos.

No tocante às possibilidades e desafios na estruturação de um produto cicloturístico de lazer na região, observou-se que as características ecológicas e socioculturais são propícias à esta prática e podem ser incentivadas com a implantação de roteiros intermunicipais; ainda, os municípios dispõem de recursos naturais e culturais que podem ser aproveitados por outros segmentos de turismo, como o turismo rural, cultural, ecológico, gastronômico, com a possibilidade de estruturação de roteiros temáticos que agregam valor ao meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os interesses físicos e esportivos aliados aos interesses culturais estabelecem um diálogo profícuo entre os fenômenos lazer e turismo. No meio rural essa aproximação é reforçada com a demanda por

práticas corporais de aventura, nas quais os visitantes experienciam situações de risco controlado e aprendizado sociocultural por meio dos segmentos turismo de aventura e, em especial, o cicloturismo.

Ao longo deste estudo, problematizou-se o cicloturismo como atividade de lazer que abrange os interesses físicos e esportivos, contemplação das paisagens e interpretação dos patrimônios culturais das localidades visitadas. Tendo como recorte empírico a região do Baixo Parnaíba Maranhense, almejou-se compreender a dinâmica desse segmento em ascensão, bem como as oportunidades e desafios na estruturação de um produto turístico que concorra para o desenvolvimento local.

A expansão das atividades turísticas locais vem possibilitando novas formas de vivenciar os povoados, antes distantes dos lugares centralizados da práxis turística. Por meio de atividades espontâneas de grupos de ciclistas, ocorrem processos de apropriação e valorização turística dos povoados rurais; roteiros e trilhas de cicloturismo revigoram os patrimônios desses locais, e geram focos de empreendedorismo comunitário, realização de eventos, os quais movimentam a economia e produzem novos sentidos ao meio rural do Baixo Parnaíba.

Constatou-se que as atividades cicloturísticas fomentam novas formas de vivenciar os povoados, antes distantes dos lugares centralizados da dinâmica do turismo no Baixo Parnaíba. Dentre os benefícios verificados, destacam-se os processos de apropriação e

valorização turística dos povoados rurais; roteiros e trilhas de cicloturismo revigoram os patrimônios desses locais, a realização de eventos esportivos movimentam a economia e produzem novos sentidos ao meio rural do Baixo Parnaíba.

Os roteiros cicloturísticos incentivam não apenas o fluxo de visitantes, mas promovem novos sentidos ao meio rural, enriquecendo a vida cotidiana dos moradores e o estreitamento dos seus laços com o patrimônio local. Os passeios favorecem comportamentos pró-ambientais, maior conexão e apego emocional em relação às localidades percorridas, traduzindo situações de aprendizado, afeto e experiências.

O processo de elaboração de roteiros cicloturísticos pressupõe a alocação de infraestrutura, em especial a sinalização indicativa, turística e interpretativa, pontos de apoio ao cicloturismo e serviços específicos, como o aluguel de bicicleta. Para tanto, o envolvimento dos gestores públicos, empresariado e comunidade local, constitui fator primordial para que a região desenvolva a prática do cicloturismo em atenção às normativas deste segmento. Ressalva-se que os interesses e demandas locais, bem como a dinâmica das relações e os laços de afetividade estabelecidas com o meio rural devem ser consideradas no planejamento da atividade turística, de forma a gerar benefícios para as comunidades e novas perspectivas de desenvolvimento incluyente e qualidade de vida.

Assim, por meio das reflexões suscitadas pela pesquisa, almeja-se subsidiar, tanto do ponto de vista teórico como empírico, as ações do poder público, cadeia produtiva do turismo e a comunidade local no empreender de planos, programas e projetos futuros em prol do estímulo a este segmento de mercado no Baixo Paranaíba Maranhense. Como contribuições deste estudo apontam-se algumas estratégias que podem ser implantadas com vistas a organizar e estruturar o cicloturismo como fator de valorização e desenvolvimento das áreas rurais do município de São Bernardo, com destaque para ações de qualificação profissionista, realização de eventos técnicos e científicos, captação de eventos de caráter esportivo e cultural, organização de arranjos produtivos locais, com vistas a dar autonomia para as comunidades que residem nas áreas rurais.

Entende-se que os resultados obtidos refletem apenas uma dimensão do fenômeno cicloturismo. A análise da estruturação e gestão desses roteiros, das percepções ambientais dos cicloturistas, relatos dos cicloviantes e suas contribuições na valorização das memórias locais, bem como as políticas públicas que incidem sobre este segmento de mercado, a mobilidade sustentável nos municípios, são alguns dos caminhos que poderão ser alvo de futuras abordagens.

REFERÊNCIAS

ARMAS, C. S. de; INÁCIO, H. L. de D. **Seres humanos e natureza: o lazer como mediação**. Licere, Belo Horizonte, v.13, n.2, jun/2010.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2011.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 5ª ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BAHIA, M.C. Propostas de animação para a valorização do meio ambiente. In: MARCELLINO, N.C. (Org.). **Lazer e recreação: repertório de atividades por ambientes**. Campinas: Papyrus, 2007.

CARVALHO, K.D. O turismo rural como alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Itamatatuiua e Santa Maria em Alcântara, Maranhão (Brasil). In: **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 6, n. 1, p. 20-40, jan./jun. 2018, p.20-40.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DELGADO, N.G.; LEITE, S.P.; SCHMITT, C. J.; GRISA, C.; KATO, K.; WESZ JUNRIO, V. Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013.

FARIAS, G. R.de. **O Cicloturismo como experiência turística**. Novo Hamburgo, 2019 (Monografia do Curso de Turismo).

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos avançados, São Paulo: USP, 2001.

HAN, H.; MENG, B.; KIM, W. Bike-traveling as a growing phenomenon: Role of attributes, value, satisfaction, desire, and gender in developing loyalty. **Tourism Management**, Vol. 59, 2017, pp. 91-103.

LIMA, B. L. **Estrada Geral do Sertão**: potenciais turísticos de um caminho quase esquecido. Universidade de Brasília: Brasília, 2015 (Dissertação de Mestrado).

MARINHO, A.; INÁCIO, H. L. de D. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. In: **Motrivência** - Revista de Educação Física, Esporte e Lazer. Florianópolis (SC): Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, ano XVI, n.22, p.47-69, jun, 2004

MARINHO, A. Conexões entre lazer, esportes e aventura. In: PEREIRA, D.W.; COSTA, E.T. **Entre o urbano e a natureza**: a inclusão da aventura. São Paulo: Lexia, 2010.

MINAYO, M. C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

OLINTO, A. ASPRINO, R. **Cicloturismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.olinto.com.br/index.php/guia-livro-dvd-viagem-bicicleta/mantiqueira/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. **Segmentação do Mercado Turístico**: Estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2015.

PASSOS, M. M. Por uma história ecológica da paisagem. In: **Revista Geografia em atos**, nº 1, v. 1. 1998, pp. 87-109.

PEREIRA, B. T. S.; ELTERMANN, E.E.; NICHELE, M. G.; CAETANO, J. G. Roteiros Cicloturísticos: uma proposta de aproximação entre o lazer e a cultura de Sombrio (SC). In: 11º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, 28, 29 e 30 de junho de 2017. **Anais**.

ROLDAN, T. R. R. **Cicloturismo**: planejamento e treinamento. 43 f. Monografia (Bacharelado em Educação Física, modalidade Treinamento em Esportes) –Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

SCHETINO, A. M. **Cicloturismo como vivência crítica e criativa de lazer**. 2006. 56f. Monografia (Especialização em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SERRANO, C.; CESAR, L.F.; DO PRADO, M. C. Cicloturismo: mobilidade, estilo de vida e experiência. In: NETTO, A. P.; ANSARAH, M. G. dos R. (Orgs.) **Produtos Turísticos e novos segmentos de mercado**: planejamento, criação e comercialização. São Paulo: Manole, 2015, p. 339-551.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SPINK, M. J.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da Exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18 (1), jan./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24814.pdf>>. Acesso em: 20-03-2020.

SILVA, N. C. R. **Projeto Bem Vindo Cicloturista**. Monografia para graduação em Designer Gráfico. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Belo Horizonte, 2008.

SWARBROOKE, J.; BEARD, C.; LECKIE, S.; POMFRET, G. **Turismo de aventura**. São Paulo, Aleph, 2003.

UVINHA. R. R. **Turismo de Aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2006.

CANCHA DE BOCHA: LAZER E SOCIABILIDADE

Saulo Kuster; Juliana Guimarães Saneto

A cultura é um dos eixos centrais para compreensão do lazer como um fenômeno construído, significado e legitimado coletivamente de diferentes formas. Diante disso, o que se observa como manifestações do lazer são práticas que emergem de dinâmicas culturais que variam entre diferentes sociedades. Essas criam, de acordo com suas referências culturais, maneiras singulares de diversão.

As práticas corporais, no âmbito do lazer, são manifestações culturais. É sob tal perspectiva que buscamos analisar o jogo de bocha, prática que resguarda peculiaridades locais, culturais e históricas. Sua origem e/ou inserção no Brasil parece estar associada aos povos colonizadores, como é o caso dos imigrantes italianos, de acordo com alguns indícios.

Em alguns lugares do Brasil é comum observar canchas - campos de bocha - nos fundos de quintais, às margens de ruas, anexas a bares ou, em alguns casos, construídas por prefeituras ou associações esportivas com dimensões oficiais. Contudo, em outros locais do país,

é uma prática pouco conhecida ou até mesmo desconhecida, fato que mostra a complexidade que envolve a sua popularização ou não.

Na atualidade a bocha transita entre tradição e modernidade, já que se manifesta tanto como prática tradicional como jogo esportivo – nesse caso, sobretudo no âmbito paralímpico. No caso da bocha como jogo tradicional, temos características diretamente ligadas à cultura popular em uma dinâmica cultural que garante sua continuidade como atividade corporal de lazer historicamente constituída. Esta manifestação é transmitida de pai para filho, num contexto intergeracional, em que a oralidade, a observação e a imitação imperam no aprendizado.

No que tange à Educação Física como área de conhecimento, destacamos estudos envolvendo a prática adaptada do jogo de bocha em Almeida *et al* (2015) e Oliveira *et al* (2015); como esporte paralímpico em Piculli (2016) e Fumes *et al* (2013); como esporte de rendimento em Steiger (1987) e Lenzi (1981) e como opção de lazer em Stigger e Silveira (2004 e 2007).

Podemos, a partir das pesquisas citadas, afirmar que a bocha pode ser vista sob várias perspectivas. Ao mesmo tempo, o cenário acadêmico parece ter se apropriado da bocha de maneira tardia e tímida se comparado a outras práticas corporais. Tanto no contexto

acadêmico, quanto no contexto midiático, verificamos que a bocha é uma manifestação pouca divulgada⁴.

São poucos os trabalhos científicos que envolvem a cancha como lócus de pesquisa e/ou a bocha como objeto de estudo e análise. Em face disso, assumimos uma cancha de bocha como lócus e objeto de um estudo etnográfico, realizado no município de Marechal Floriano⁵, situado na região serrana do Espírito Santo, distante cerca de 53 Km da capital Vitória - ES. Analisamos a cancha Quintino Eduardo Rupf⁶ como um espaço de sociabilidade que é promovido pelo jogo e ao mesmo tempo pelos seus frequentadores assíduos, com vistas à compreensão dos significados atribuídos a este espaço de convivência⁷.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas⁸, registros fotográficos e anotações diário de campo para compor o material que foi submetido a uma análise interpretativa (GEERTZ, 1989). Para isso, seguimos o pressuposto de olhar, ouvir e

⁴ Na plataforma de dados Hemeroteca Digital não há registros do jogo de bocha no Espírito Santo.

⁵ O município, no ano de 2020, conta com 16.920 mil habitantes.

⁶ Segundo informações obtidas na Câmara Municipal de Marechal Floriano, a cancha foi batizada em homenagem a um senhor que nutria paixão pela prática da bocha.

⁷ Os dados foram coletados a partir de autorizações prévias por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com o Comitê de Ética e Pesquisa. CAAE: 78872117.7.0000.5064.

⁸ Realizadas com frequentadores assíduos da cancha em questão. Os entrevistados tiveram suas identidades preservadas por nomes fictícios.

escrever de Oliveira (1995), faculdades que permitem transformar os sentidos em significados.

Deste modo, este estudo segue os pressupostos de Geertz (1989), quando nos fala da etnografia como uma descrição densa, dentro de uma proposta de análise cultural. Para ele, trata-se de uma descrição interpretativa que transcende o objeto específico da pesquisa, pois a etnografia não estuda necessariamente o local, neste caso a cancha de bocha, mas as ações humanas que são estabelecidas no ambiente, seus sentidos e significados - seus usos e apropriações.

UM OLHAR PARA ALÉM DA BOCHA: CONVIVÊNCIA E SOCIABILIDADE

Ao longo de sete meses, entre outubro de 2017 e abril de 2018, acompanhamos a cancha de bocha em questão, observando o espaço, os sujeitos, suas relações, trânsitos e movimentos. Esse período de imersão possibilitou a compreensão de uma dinâmica peculiar produzida pelos atores sociais que protagonizam o cenário.

No decorrer do período de observação, notamos que as ações no campo de bocha aconteceram principalmente nos finais de semana. Durante o período compreendido entre segunda e sexta-feira o número de jogadores era ínfimo e insuficiente para compor o jogo. Por esse motivo, a pesquisa ficou mais restrita aos fins de semana, salvo os casos de feriados, eventos e campeonatos organizados pelos próprios

jogadores. Essa caracterização nos indicou que a cancha possui uma configuração de espaço/tempo que não compete ao trabalho, e que a bocha é uma prática de lazer que acontece sempre considerando o tempo livre.

A cancha Quintino Eduardo Rupf, anexa a um estabelecimento comercial e situada ao lado de um ginásio 97 poliesportivo⁹, foi construída e inaugurada em 2009 pela prefeitura da cidade com objetivo de aumentar o número de equipamentos de lazer da cidade. O campo de bocha possui uma estrutura simples com cobertura, conta com uma pequena arquibancada para a apreciação do jogo e possui um placar para marcação dos pontos referentes às partidas.

O estabelecimento comercial, que se autointitula "bar", se configura como uma fronteira entre a cancha e o ginásio, um terreno compartilhado onde observamos uma aproximação entre os frequentadores dos dois espaços, permitindo o trânsito e relações entre eles. Como em determinados momentos acontecem jogos no ginásio e na cancha simultaneamente, principalmente nos fins de semana, os frequentadores de ambos os espaços se encontram no bar. Por várias vezes presenciamos pessoas do ginásio indo até a cancha ver televisão ou mesmo assistir a alguma partida de bocha ou de outros jogos.

⁹ Único ginásio dessa natureza na região central da cidade. Contudo, vale destacar que existe um campo de futebol sintético no mesmo município que também tem anexado uma cancha de bocha e um bar.

Nesta configuração, os frequentadores da cancha se mantiveram mais assíduos que os do ginásio, em que a grande rotatividade os tornava passageiros. Na cancha, o público frequente é muito heterogêneo, notamos a presença de crianças, adolescentes, adultos e idosos, homens e mulheres. Apesar disso, o predomínio dos frequentadores era de homens adultos.

Para melhor compreender a relação dos sujeitos sociais entre si e sobretudo com o local, buscamos em Augé (1994), na Antropologia do Próximo, elementos para subsidiar nossas análises. O autor traz uma problematização entre “lugar” e “não-lugar”, qualificada de acordo com o contexto relacional de apropriação estabelecido entre sujeitos sociais e espaço físico.

De acordo com o autor, o “não-lugar” se torna uma espécie de qualidade atribuída a espaços com objetivos bastante claros, podem ser materializadas como lugares específicos para jogos, lazer, dentre outros. É o caso do ginásio situado ao lado da cancha em questão. No caso do “lugar”, geralmente temos como referência um espaço físico em que “os lugares e os não lugares misturam-se” (AUGÉ, 1994, p.98), mas que se intensificam contextos relacionais e identitários. Podemos atribuir ao campo de bocha a simbologia do “lugar” pela não fragmentação de possibilidades de atividades e pelas relações estabelecidas de sociabilidade e sobretudo com o espaço físico.

Nesse sentido, são muitas as possibilidades de sociabilidade que podem ser encontradas na cancha de bocha. Um elemento

relevante para entender esse “lugar” e seus significados é o fato de junto desse campo de bocha existir um bar, que é um espaço capaz de organizar diferentes trajetos de lazer entre os frequentadores, ocasionando sociabilidades distintas, de acordo Barral (2012)¹⁰.

Provavelmente com o intuito de agregar possibilidades, o dono do bar conta com duas mesas de sinuca e várias mesas plásticas que costumam ficar cheias de pessoas jogando carteadado (baralho). É possível ver os idosos apostando pequenas quantias de dinheiro por partida nos jogos de totó¹¹, dominó e sinuca, dinâmica observada também por Silveira e Stigger (2007), Gonçalves Pereira e Gomes (2017) e Fonseca (2015).

O objetivo desses jogos promovidos por meio de apostas transcende o simples ganho financeiro. Nesse caso, as condutas dos jogadores, frequentadores assíduos da cancha, permeiam o saber, a dignidade, o respeito - em suma, o *ethos* de jogador amador. Stigger e Silveira (2004), estudando um contexto similar, corroboram com esse entendimento quando identificam nessas pequenas apostas não a busca do dinheiro, mas a estima do *ser jogador*.

As apostas também estão presentes em uma famosa etnografia de Geertz (1989), durante o período em que esteve estudando a sociedade balinesa. Nesse contexto, o autor constatou que

¹⁰ Vale destacar que o autor não estudou canchas de bocha, mas sim os aspectos relacionados à organização, sentidos e significados dos bares.

¹¹ É uma modalidade de futebol de mesa que também pode ser chamado de pebolim patau ou fla-flu.

os próprios apostadores formavam uma hierarquia social e moral, observando ainda que na maioria das brigas de galo, existia uma série de jogos de azar que, sem retirar a centralidade dos animais, mantinham-se presentes compartilhando o mesmo espaço e possibilitando mais contextos de interação social.

No campo de bocha se reproduz a lógica simbiótica¹² identificada nas linhas descritas por Geertz (1989), pois a cancha possibilita a existência concomitante de vários outros jogos com a bocha. Diferentemente da briga de galo, na cancha as apostas exteriores são esporádicas, sendo restritas às pessoas que duvidam muito da possibilidade de um jogador ganhar. Apostando, às vezes, quantias muito maiores que as do outro, tendo como intuito principal a demonstração de sabedoria ou uma forma jocosa de tratar as habilidades dos jogadores.

Embora o conceito de jogo tratado por Huizinga (2010) diga que nas partidas não se obtém lucro, para a participação nos jogos na cancha Quintino Eduardo Rupf é necessário pagar uma taxa referente a aposta de cada partida. O valor é decidido em conjunto, no momento de sua realização por aqueles que optam em participar, nesse sentido, são mecanismos internos de participação – que podem ser aparentes ou não – e servem como maneira de controle e distinção entre os jogadores.

¹² A simbiose é um conceito da biologia que define uma associação a longo prazo e não prejudicial entre dois organismos de espécies diferentes.

Mesmo as partidas gerando algum lucro para o vencedor e consequentemente um prejuízo para o perdedor, não trazem implicações direta na renda dos mesmos. Podemos observar isso na fala do Senhor Marcos¹³: “[...] gosto de jogar, nem é pelo dinheiro, mas gosto mesmo de brincar, ninguém fica mais rico ou mais pobre jogando, é só para diversão”. Deste modo, podemos dizer que praticantes ao longo do dia e das disputas estão mais preocupados com a possibilidade do encontro, catalisada pela prática da bocha, do que com os resultados de cada partida propriamente (ROSA, 2019).

Com base nos estudos citados e nossa inserção no campo de pesquisa, é possível dizer que as apostas que acontecem no campo no interior da cancha -nos mais diferentes jogos- potencializam e, em alguma medida, criam um tipo de sociabilidade própria do ambiente. Essas apostas revelaram ser mais do que uma prática de arrecadação de dinheiro, são, para muitos frequentadores, uma opção de lazer extremamente significativa.

BOCHA, LAZER E RELAÇÕES JOCOSAS

As sociedades mais complexas, marcadas pelo ritmo da modernidade, consideram o lazer e o esporte como canalização de tensões. Elias e Dunning (1992), ao teorizar sobre o processo

¹³ Os nomes dos atores sociais que foram entrevistados foram preservados, sendo utilizado nomes fictícios para não haver exposição.

civilizatório, definem o lazer como atividade praticada no tempo livre, de escolha pessoal, não remunerada e capaz de proporcionar excitações agradáveis, estímulos prazerosos ao sujeito. Todos esses elementos levantados pelos autores são identificados na cancha Quintino Eduardo Rupf e a caracterizam como um local para a prática do lazer. Neste campo de bocha observamos que os frequentadores o significam como um “lugar” de encontro e convivência com os amigos e familiares e que serve para a passar o tempo, como distração e divertimento.

Para além dos sentidos de entretenimento e repouso, o lazer pode oportunizar contribuições em diferentes esferas da vida, mesmo que possam parecer imperceptíveis. No caso da bocha, pensando a partir de Elias e Dunning (1992), o jogo pode representar atividades que compõem a sociabilidade da cancha, promovendo a liberação de tensões e satisfazendo a necessidade afetiva, emocional e de prazer dos seus frequentadores. É por meio do lazer que os indivíduos são capazes de renovar suas emoções e liberar as tensões oriundas da rotina (ELIAS e DUNNING, 1992). Deste modo, a cancha de bocha rompe a monotonia das obrigações sociais e se manifesta como um local de lazer (STIGGER, SILVEIRA, 2004) e potente agente socializador.

Neste contexto, o lazer, como um fenômeno e uma das esferas da vida social, veio ganhando espaço e reconhecimento ao longo da história. Se estabelece na sociedade moderna de modo a

implicar nas relações econômicas, políticas, culturais e sociais. Para Marcellino (1996), os equipamentos de lazer, muitas vezes, não visam a melhora da qualidade de vida, mas sim a obtenção de lucro; trata-se do lazer, considerando atividades e espaços, condicionado ao consumo.

No caso do nosso lócus de pesquisa, tanto em termos institucionais - haja vista o objetivo colocado pela prefeitura para sua construção - como empiricamente, podemos observar que as atividades praticadas na cancha estão fortemente ligadas ao lazer e sem objetivo de gerar lucro, já que aos frequentadores não é cobrada nenhuma taxa de entrada e permanência no local.

É a partir da leitura das obras clássicas da Sociologia do Lazer que Marcellino (1996) traz o termo “tempo disponível”, advogando que nenhum tempo poderá estar completamente livre de obrigações sociais. De modo que, não sendo uma terminologia antagônica às anteriores, acrescenta mais uma categoria analítica ao fenômeno. Seguindo sua concepção, faz mais sentido tratarmos do momento de jogo de bocha como período compreendido no “tempo disponível” dos jogadores.

Pensando principalmente nos idosos que têm mais tempo disponível, Rosa (2019) observou grande engajamento desse público em espaços de sociabilidade e praticando a bocha em Porto Alegre-RS. Nessa mesma direção notamos, entre os frequentadores da cancha, uma maior incidência de idosos, do sexo masculino. Os dados

observados por nós e por Rosa (2019) reforçam e alimentam o imaginário de que a bocha é uma prática “de velho” ou um “jogo de aposentado” (FONSECA, 2015).

Juntamente com a ideia de que a bocha é praticada somente por homens idosos, impera o imaginário de um jogo sem emoção e de pouca movimentação em termos estratégicos. Contudo, esta visão não corresponde ao que encontramos no campo da pesquisa, que nos apresenta um jogo envolvente em que jogadores e plateia demonstram sentimentos de alegria, frustração, euforia, dentre outros. Essa amálgama de sensações proporcionada pelo jogo de bocha pode ser interpretada, à luz de Elias e Dunning (1992), como uma relação de tensão-excitação peculiar de práticas competitivas em contexto de lazer.

No caso da cancha Quintino Eduardo Rupf, parece-nos que o jogo propicia além do encontro - que por si só já é algo significativo - o estreitamento de relações de amizade e companheirismo, assemelhando-se, em muitos casos, a uma espécie de extensão da *casa*, na concepção apresentada por DaMatta (1997). Os momentos de encontro na cancha se desdobram em conversas mais íntimas como perguntas sobre familiares que não são vistos há muito tempo, festas ocorridas ou que estão por acontecer, religião, sexo e até sobre os afazeres domésticos. Isso denota que os diálogos sobre a prática do jogo com aspectos que pertencem à vida privada dos jogadores se imbricam e aproximam a *casa* da *rua*.

Outra peculiaridade da cancha é a linguagem produzida e compartilhada pelos jogadores. É provável que as expressões usadas por eles não façam sentido em outros contextos. Essa linguagem específica do jogo é repleta de simbolismos e se torna um instrumento que expressa a liberdade e materializa a jocosidade entre uma partida e outra. Diversos contextos e diferentes entonações trazem à tona a situacionalidade e intencionalidade nos usos das expressões, que podem servir para desestabilizar adversários no jogo, como artifícios para ganhar a partida ou ainda para incentivar e cobrar parceiros de equipe. Esta prática tem sido identificada em diferentes contextos esportivos e de lazer, como nos mostram Fonseca (2015), em estudo sobre a malha, e Gastaldo (2010) quando estudou futebolistas. Ambos os autores interpretam seus campos de pesquisa a partir do que Marcel Mauss (1983) e Radcliffe-Brown (1973) denominaram de “relações jocosas”.

Nas palavras de Gastaldo (2010, p. 311) as relações jocosas, que envolvem uma linguagem particular, “[...] trata-se de formas lúdicas de interação social [...] na forma de provocações, sátiras, pilhérias, desafios ou apostas, isto é, “jogos” paralelos”. No caso da cancha de bocha se aplicam os mesmos princípios, como pode ser exemplificados com as expressões “não acerta nunca”, “você é ruim”, “se perder eu pago o dobro”, “você é meu pato”, “ganho de todos aí”, lembrando dos termos jocosos mais corriqueiros.

Este jogo de palavras/expressões nos revela a existência de uma proximidade entre os sujeitos, seja de parentesco, vizinhança ou amizade construída na cancha ou ainda estendida a ela. Tamanha é a relação entre afinidade e a utilização termos jocosos durante os jogos, que Fonseca (2010) interpreta a jocosidade como elemento constituinte da base das relações de sociabilidade entre os sujeitos.

Pudemos identificar, no campo investigado, que algumas relações jocosas reforçam o *ethos* de jogador de bocha. Para Gastaldo e Braga (2011, p. 880):

A prática de disputas e competições pode ser considerada uma característica bastante generalizada do *ethos* masculino [...]. Em culturas das mais diversas, a afirmação social do 'ser homem' passa pela disputa com outros homens, seja do modo mais direto, em uma luta corpo a corpo, seja por vias mais sutis, como desafios verbais, torneios de insultos ou apostas em rinha de galos.

No caso da cancha de bocha Quintino Eduardo Rupf, não temos condição de fincar as relações jocosas como base da sociabilidade, mas como um dos elementos que materializam e reforçam as estreitas relações entre os jogadores. Quando perguntados sobre a importância da vitória durante as partidas, os jogadores foram unânimes em dizer que a procuravam, mas eram seguidas da ideia da realização do jogo por pura diversão, como podemos observar na fala do Senhor Jonas: “[...] eu não quero perder, mas estamos aqui para

brincar, é bom demais ganhar dos amigos de ficar de gozação depois. Aqui é nosso ponto de lazer”.

Os discursos podem parecer antagônicos em algum momento, mas revelam que os jogadores preferem jogos com grande equilíbrio no decorrer das partidas (emocionantes). Quando a partida segue este rumo é notável a sensação de entusiasmo impulsionada pela imprevisibilidade característica do jogo. A cancha de bocha, nesse sentido, possibilita um conjunto de relações que permeiam o jogo, conduzidas pela possibilidade de encontro em um contexto capaz de produzir e intensificar a sociabilidade em torno da bocha como prática de lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando analisar a cancha de bocha como um lugar de sociabilidade promovido pelo jogo e, ao mesmo tempo, pelos frequentadores assíduos do local, pudemos observar um contexto complexo de relações. Estas se constituem por meio de um movimento de estreitamento dos laços familiares e de amizades, fortalecimento do sentimento de pertença e, ocupação do tempo disponível, qualidades que são importantes sobretudo para o público idoso (DE MOURA, 2012) que representa o público predominante na cancha.

Diante do contexto apresentado, a cancha de bocha não pode ser compreendida como um espaço destinado somente à prática desse

jogo e esvaziado de outros significados. Trata-se de um lugar antropológico (AUGÉ,1994), pois é relacional na medida em que frequentadores estabelecem relações próximas entre si e com o espaço físico. Nas canchas ainda é comum, existirem jogos coadjuvantes como, por exemplo, a sinuca, os jogos de cartas e de tabuleiro, criando assim um universo cultural que possui uma gênese própria (STIGGER, SILVEIRA, 2004; SILVEIRA, STIGGER, 2007). Nesse sentido, a cancha propicia e potencializa a interação entre os frequentadores ao passo que se descreve como um lugar de sociabilidade sem qualquer obrigatoriedade, assumindo características lúdicas e hedônicas.

A bocha, em sua polissemia, transcende a prática de um jogo e sua dimensão competitiva. Ela está inserida ao mesmo tempo que produz uma dinâmica própria em que se revelam aspectos sociais e culturais, que nos ajudam a desconstruir um imaginário simplista e reducionista a que é, por vezes, submetido o jogo. Nesse sentido, é preciso descortinar aquilo que está por detrás do jogar, pois muito se articula antes, durante e depois do jogo.

Entre a população florianense a bocha se revela como uma prática valorizada, principalmente entre os idosos, pois se constitui como uma prática de lazer em que os sujeitos se assumem como brincantes numa imersão de múltiplas possibilidades. Com isso, identificamos a cancha de bocha como um espaço de sociabilidade fértil, passível de muitas possibilidades analíticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R; MENDONÇA, J. F; SANTOS, R; SANT'ANA, D. Brincadeiras e esportes adaptados: uma possibilidade de educação física para todos. **Revista Carioca de Educação Física**, v. 10, 2015.

AUGÉ, M. **Não-lugares**. Papyrus Editora, 1994.

BARRAL, G. L. L. **Nos bares da cidade**: lazer e sociabilidade em Brasília. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2012.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, v. 5, 1997.

DE MOURA, G. A.; DE SOUZA, L. K. Autoimagem, socialização, tempo livre e lazer: quatro desafios à velhice. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 1, p. 172-183, 2012.

ELIAS, N.; DUNNING, E. O lazer no espectro do tempo livre. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FONSECA, I. F. **Sociabilidades em um Clube de Malha**: Perspectivas antropológicas sobre o jogo, masculinidade e envelhecimento. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FUMES, N. F. et al. **Extensão em Atividade Motora Adaptada**: Contribuições para a Formação do Professor de Educação Física Escolar, *Revista Adapta, Presidente Prudente*, v. 9, n. 1, p. 19-26, Jan./Dez., 2013.

GASTALDO, E; BRAGA, A. A. Corporeidade, esporte e identidade masculina. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19, n 3, setembro-dezembro/2011.

GASTALDO, E. As relações jocosas futebolísticas: futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. **Mana**, v. 16, p. 311-325, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

GONÇALVES PEREIRA, L.; GOMES, I. Sentidos sobre o corpo, saúde e lazer: Os usos de uma praça pública na cidade de Vitória/ES - Brasil. **12º Con Arg de Educación Física y Ciencias 2017**, Ensenada, Argentina. Educación Física: construyendo nuevos espacios. EN: Actas. Ensenada: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.10232/ev.10232.pdf>.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LENZI, R. **Bocha esporte Olímpico?**. Ed do autor: Nova Prata, 1981.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1996

MAUSS, M. As relações jocosas de parentesco. In: R. C. Oliveira (org.), **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1983.

MELO, V. A. Programas de lazer para idosos no Brasil: sugestões com base em um panorama. In: MELO, V. A. de (Org.). **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: Ibrasa, 2003. p. 57-71.

OLIVEIRA, A. R. P; CHINCHIO, A; VAZ, T. A; SEABRA JUNIOR, M. O. **Projeto de extensão Universitária: jogos pré desportivos para o ensino da bocha adaptada às pessoas com deficiências múltiplas.** Revista Adapta, Presidente Prudente, v. 11, n. 1, p. 25-32, Jan./Dez., 2015.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever.** Campinas: UNICAMP, 1995.

PICULLI, M. **Entendendo a iniciação esportiva para o ensino da bocha paralímpica brasileira.** 2016. Dissertação (mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas

RADCLIFFLE-BROWN. **Estrutura e função na sociedade primitiva.** Petrópolis: Vozes, 1973.

ROSA, R. K. **Práticas de sociabilidade esportiva de idosos: um estudo no parque 20 de maio de Porto Alegre.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. Porto Alegre.

SILVEIRA, R.; STIGGER, M. P. Espaço de jogo – espaço de envelhecimento: sociabilidade lúdica na sociedade esportiva recanto da alegria. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Campinas, v. 29, n.1 ,p.177-192, set.2007.

STEIGER, R. N. **O emocionante e espetacular esporte da bocha.** Porto Alegre: Sulina, 1987.

STIGGER, M. P.; SILVEIRA, R. A prática da “bocha” na SOERAL: entre o jogo e o esporte. **Movimento,** Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 37-53, mai/ago 2004.

VIDEOGAMES DE SKATE E SEU POTENCIAL USO COMO MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL INTERATIVO

*Cleber Mena Leão Junior; Tyanne Roiek Lazier-Leão;
Giuliano Gomes de Assis Pimentel*

Jogar videogame e andar de *skate* são vivências de lazer recorrentes na juventude. Como premissa, pensamos na interação desses dois fenômenos da subcultura juvenil para pensar na educação do lazer em aulas de Educação Física (EF). Uma novidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi a introdução de Práticas Corporais de Aventura (PCA) no Ensino Fundamental. Todavia, a produção de material didático para esse conteúdo basicamente se limita ao livro didático. Embora a inclusão da EF no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) seja uma conquista, a lei que regulamenta o PNLD possibilita outras formas de material didático, a exemplo dos digitais.

Ademais a BNCC ao introduzir a EF na área de Linguagens enriqueceu a perspectiva do letramento para além da alfabetização convencional. O movimento humano, graças à plasticidade neural, possui a capacidade de produzir diferentes linguagens. Por meio do

aparelho fonador, falamos, com as mãos escrevemos e, na sinergia entre os 650 músculos estriados esqueléticos, geramos uma diversidade de linguagens corporais que compõem a cultura corporal: dança, luta, jogo, esporte e ginástica. Essa rica linguagem exige, a nosso ver, novas formas de mediação, para além do livro didático. Em síntese, precisamos encorpar a tecnologia disponível para servir como material didático digital interativo (MADDI) às aulas de EF tal como já é evidente em outras formas de educação do lazer.

Diante da questão supramencionada, formulamos como objetivo deste trabalho: identificar e descrever os jogos eletrônicos da modalidade de *skate* para o videogame. O Skate é a modalidade de aventura mais praticada nas cidades, sendo possivelmente a mais estudada por diferentes disciplinas acadêmicas. Por outro lado, há lacunas sobre a produção e utilização de MADDIs envolvendo essa prática corporal. Para o delineamento de nossa reflexão, tomamos como objeto de nossa empiria a plataforma *Xbox 360 Kinect*. O *Kinect* é capaz de captar os movimentos do(s) jogador(es) sem haver a interação com o controle. Basta conectar o acessório via entrada USB (*Universal Serial Bus*) que ele utiliza uma câmera RGB (*Red, Green, Blue*) no reconhecimento facial do jogador. O sensor de profundidade infravermelho possibilita ao acessório escanear o ambiente do jogador em três dimensões, e também, detecta 48 pontos de articulação no corpo.

Por meio de estudo exploratório (TRIVIÑOS, 1987), obtivemos os elementos iniciais em torno dos jogos eletrônicos no processo de mediação da experiência esportiva, especificamente o caso do *skate*. Na investigação percorremos três fases: Identificação; Localização e Reunião sistemática dos materiais ou dos fatos (BARROS; LEHFELD, 2005). A primeira se deu por conta dos estudos referente à pedagogia do *skate*, com vistas ao ensino didático pedagógico da modalidade *skate* e a possibilidade de união do videogame nessa tarefa. A segunda fase foi a localização a partir do material presente no site da desenvolvedora (XBOX, 2020), e também, do jogo eletrônico (XBOX, 2020), e por fim, a terceira parte foi coletar as informações de um jogo específico, o qual identificamos a possibilidade de tê-lo como MADDI da modalidade *skate*.

Para melhor exposição do conteúdo, organizamos este capítulo em tópicos que tratam dos seguintes debates: (a) revisão bibliográfica sobre videogame no contexto do lazer virtual; (b) apresentação dos jogos de *skate* para o videogame *Xbox 360 Kinect*¹⁴; (c) a descrição da lógica interna de jogos que nos permitem pensar pedagogicamente o videogame de movimento.

¹⁴ Reitera-se que os jogos eletrônicos de *skate* apresentados neste estudo são para o videogame *Xbox* da *Microsoft*. Contudo, é de conhecimento dos autores os outros jogos de *skate* para outros videogames, a guisa de exemplo: *ShaunWhite Skateboarding* e *Tony Hawk Shred (Playstation 3 da Sony)* e *Skate City Heroes* e *Tony Hawk Shred (Nintendo Wii da Nintendo)*. O ponto de partida para escolha dos jogos do videogame *Xbox 360 Kinect* foi pelo fato dos pesquisadores utilizarem o videogame para pesquisas.

UM BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O LAZER VIRTUAL

O termo conteúdos culturais do lazer é uma influência do pensamento de Joffre Dumazedier (1980) ao distinguir cinco áreas fundamentais de interesses verificados no lazer (físicos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais). Por interesse, o autor entende o conhecimento que está enraizado na cultura vivida. Nesse sentido, os termos conteúdos culturais do lazer e interesses culturais do lazer são entendidos como sinônimos. A palavra cultura, por sua vez, é utilizada de forma ampla para representar as distintas possibilidades de manifestações no lazer (MELO, 2004; MARCELLINO, 2007).

De antemão, deve-se esclarecer que a distinção entre os vários interesses no lazer só pode ser estabelecida em termos de predominância e representando escolhas subjetivas, pois constituem um todo interligado, e não esferas estanques (MARCELLINO, 2007). Assim, uma pessoa pode estar ligada a mais de um interesse em uma mesma atividade no lazer (DUMAZEDIER, 1980; MELO, 2004).

Conforme sugestão do sociólogo brasileiro Luiz Octávio de Lima Camargo (orientando de Dumazedier) em 1986, adiciona-se o conteúdo turísticos (CAMARGO, 1986), e, atualmente, devido a expansão das tecnologias, Gisele Maria Schwartz em 2003 acrescenta o conteúdo virtual (SCHWARTZ, 2003).

Para Schwartz (2003), o conteúdo virtual não representa apenas uma nova “roupagem” para os outros conteúdos culturais, mas, configura-se como um elemento do tempo presente, com linguagem própria, capaz de alterar, até mesmo, o *setting* vivencial, isto é, onde a pessoa pode usufruir de novas dinâmicas de acesso cultural, exigindo, novas posturas, novas demandas e novos olhares, sem o ranço preconceituoso que normalmente perpassa toda e qualquer novidade (SCHWARTZ, 2003, p. 29-30).

No entanto, é sabido que os jovens do século XIX têm características diferenciadas de jovens do século XX, ou dos anos de 1950, 1960, 1970. Pensando em tempo mais recente, ou seja, falar de uma geração relativamente nova, a “Geração Y”, dos nascidos depois da década de 1980, faz da tecnologia o seu próprio corpo, não de forma metafórica, mas de forma real, física, pela aderência de equipamentos tecnológicos que lhe dão mobilidade e desprendimento (VEEN; VRAKING, 2009).

Essa geração nasceu em um momento em que o mundo estava em plena transformação tecnológica. A guisa de exemplo, eles nasceram depois da *internet* (sua popularização foi por volta dos anos de 1990), correspondência online (*e-mails*), bate-papo virtual (*chats, icq, msn*). Neste lócus, essa geração caracteriza-se como *Homo Zappiens* (VEEN; VRAKING, 2009), pois vivem em um mundo repleto de recursos de informação. Se essas tecnologias parecem aos

pais da Geração Y uma carga de informação excessiva, para essa geração os recursos virtuais fazem parte do cotidiano.

Ainda para os autores supracitados, o *Homo Zappiens* está para o computador e para a tecnologia, assim como as gerações mais antigas estão para a eletricidade. Na perspectiva de Petarnella e De Campos Garcia (2010), os *Homo Zappiens* se tornam íntimos da tecnologia, porque aprendem em uma relação de intimidade que se contextualiza pela prática e pela experimentação da tecnologia, enquanto as outras gerações se submetem às instruções para depois efetuar operações tecnológicas.

Há também, os nascidos nos anos 2000, considerados por Prensky (2001; 2010) como “nativos digitais”, aqueles que já nasceram em um universo digital, em contato com a *internet*, computador e jogos eletrônicos. Abordando com naturalidade e sem entraves os recursos eletrônicos, como se esta fosse o habitat natural deles. Encaram com facilidade as frequentes mudanças e novidades do mundo tecnológico, adaptando-se a esta realidade inconstante com a mesma intensidade com que ela se transforma.

Sobretudo, é importante ressaltar que esta adaptação dos nativos digitais ocorre sem medos, sem receios e sem traumas. Por outro lado, há “os imigrantes digitais”, que ainda segundo Prensky, são considerados como a parcela da sociedade que consegue, ou está tentando introduzir as tecnologias em suas vidas. Tecnologias como as redes sociais, *tablets*, *smartphones*, jogos eletrônicos.

No lazer, essa interação entre homem e máquina está presente, mais especificamente com os jogos eletrônicos de videogame. Em pesquisa realizada (NOVAIS et al., 2012), por meio de um levantamento dos jogos eletrônicos para *Playstation 3* e *Xbox 360* disponibilizados em forma de imagem, vídeo e descrição via site especializado, encontraram 1.845 jogos, os quais foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os autores consideraram apenas os jogos com explícita comparação às atividades de aventura. Assim, totalizaram 52 jogos, tendo sido categorizados em aéreos (1,9%), aquáticos (13,5%) e terrestres (80,8%) e havendo, ainda, aqueles que atendiam a mais de uma categoria (3,8%).

Os resultados obtidos nesse estudo indicam que, semelhante ao que ocorre na prática de tais vivências na natureza, no ambiente virtual as atividades terrestres também são as mais recorrentes (NOVAIS et al., 2012). Os autores inferem que a escolha dos jogos na categoria terrestre ocorre pela facilidade de simulação dessas atividades por meio de acessórios, como por exemplo, plataformas próximas ao próprio *skate*, onde os jogadores realizam os movimentos corporais.

É importante salientar que existe na literatura o debate sobre os impactos negativos do uso prolongado de videogames sobre a qualidade de vida, tanto no reforço a formas invasivas de lazer (ROJEK, 2005) quanto no aumento do sedentarismo (SILVA et al., 2009). A partir da construção de videogames, a guisa de exemplo, o Nintendo *Wii* em 2006, que estimula o movimento e a interação entre

jogadores, novos estudos vêm sendo realizados para identificar se há mudanças nesses aspectos indesejáveis (MADDISON et al., 2011; WHITE; SCHOFIELD; KILDING, 2011; PEREIRA et al., 2012). Mas identificar se as novas categorias de videogame fazem bem ou mal à saúde não é o propósito deste estudo.

Tendo em vista, essa geração abordada anteriormente, que está, cada vez mais se disseminando em nossa sociedade de informação (MERCADO, 1998) ou sociedade do conhecimento (POZO, 2007), precisamos recrutar esforços para compreender os chamados nativos digitais (PRESKY, 2001; 2010) em relação especial com os jogos eletrônicos como uma mediação à prática esportiva.

Aqui delineamos como escopo da análise a possibilidade *a-priori* desses jogos serem utilizados como recurso pedagógico e/ou recreativo. Nisso, observamos como estudo de caso os jogos eletrônicos como instrumento pedagógico na simulação do *skate*.

Para tanto, cabe o esclarecimento sobre os dois conceitos de videogame. Primeiro há os videogames sedentários (LANNINGHAM-FOSTER et al., 2009) ou videogames sentados (LAM; SIT; MCMANUS, 2011) em que o jogador utiliza apenas os dedos no *joystick*. O segundo grupo é composto pelos *exergames* (SINCLAIR; HINGSTON; MASEK, 2007), videogames de movimento corporal (LEÃO JUNIOR, 2013) ou videogames ativos¹⁵ (PERRIER-MELO et

¹⁵ No entanto, o entendimento do que seja um lazer ativo é conceitualmente problemático (PIMENTEL, 2012), pois uma prática pode ser fisiologicamente ativa e passiva noutras esferas.

al., 2014). Nesse conceito temos a combinação do jogo eletrônico de videogame que requer um movimento corporal, podendo assim, praticar atividade física ou até mesmo o exercício físico simultaneamente ao jogar. Nisso, observamos como estudo de caso os Videogames de Movimento Corporal (LEÃO JUNIOR, 2013) como instrumento pedagógico na simulação do *skate*.

Em pesquisa de Novais et al., (2012), observa-se a busca dos jogos eletrônicos para os videogames *Playstation 3* e *Xbox 360*, esses videogames são considerados como sedentários. Com o intuito de vivenciar uma prática mais ecológica do *skate* via videogame, buscamos apenas nos ater aos jogos eletrônicos de videogames de movimento corporal (Nintendo *Wii* da Nintendo, *Playstation Move* da Sony e *Xbox 360 Kinect* da Microsoft).

Conforme observa Reis (2013), há esforços acadêmicos e científicos que têm sido direcionados por parte de pesquisadores, técnicos e cientistas oriundos das mais variadas áreas de conhecimento que reforçam a ideia de que os jogos eletrônicos merecem ser vistos como objetos dignos de estudo, haja vista sua repercussão quase global. Portanto, é preciso definir técnicas e os meios que possibilitem o acesso às informações (FALKENBACH; DREXSLER; WERLE, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos achados da pesquisa foram encontramos duas séries de jogos de skate (Tony Hawk e Skate): A série “Tony Hawk” da Activision é composta por vários títulos (Tony Hawk's Underground, 2002 e 2003; Tony Hawk's American Wasteland, 2005; Tony Hawk's Proving Ground, 2007; Tony Hawk's Project 8, 2008; Tony Hawk Ride, 2009; Tony Hawk's Pro Skater HD, 2012)¹⁶ e o mais atual, Tony Hawk's Pro Skater 1 + 2, que é o *remake* de dois jogos clássicos do OS One (XBOX, 2020)¹⁷.

Já a série “Skate” da Electronic Arts que iniciou em 2007 é composta por 3 jogos eletrônicos (FIGURA 1, 2 e 3).

Figura 1 – Skate do Xbox 360

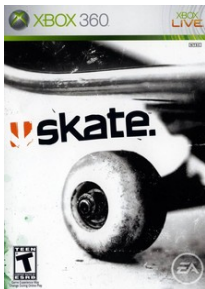


Figura 2 – Skate 2 do Xbox 360

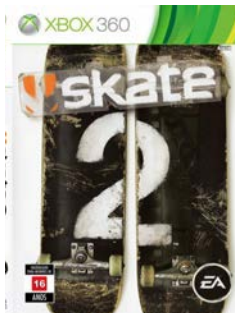


Figura 3 – Skate 3 do Xbox 360



Não obstante essa diversidade, para o estudo foi selecionado o

¹⁶Para maiores informações consulte: <http://www.ign.com/search?q=tony%20hawk>

¹⁷ Para maiores informações consulte: <https://www.xbox.com/pt-BR/games/tony-hawks-pro-skater>

jogo intitulado “Tony Hawk *Ride*” da *Activision* iniciado em 2009 (FIGURA 4). Especificamente quanto ao ensino da prática do *skate*, selecionamos este jogo. Pois, ele acompanha um *shape* (FIGURA 5) – plataforma a qual o *skatista* usa para por os pés – compatível com o periférico de prancha, em que o jogador controla o jogo eletrônico por meio da distribuição de seu peso do corpo.

A criação desse jogo se deu por conta da queda de vendas da franquia de jogos eletrônicos do *skatista* Anthony Frank Hawk, conhecido como Tony Hawk, logo a *Activision* resolveu reinventar a série. A ideia foi construir uma versão com um periférico especial (FIGURA 5) e não utilizar o controle tradicional, e sim, um *shape* sem as rodinhas (TONY HAWK RIDE, 2014).

Figura 4 – Tony Hawk *Ride*

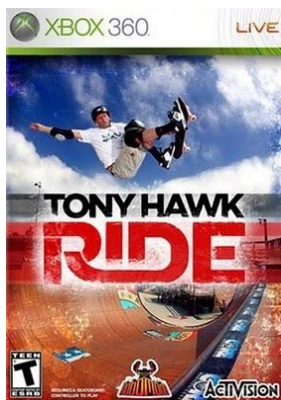


Figura 5 – Tony Hawk *Ride*



Além de giroscópios que tem como função detectar movimento

e inclinação do *shape* em qualquer das direções. Nele há quatro sensores – um de cada lado do *shape* – de luz infravermelha para detectar as manobras do estilo *grab* (em que se agarra o *shape* com uma das mãos). Os sensores laterais também detectam o movimento dos pés, quando simulado o ato de pisar no chão para remar o *skate*. No jogo consta a opção de customizar seu *skatista* favorito e utilizá-lo no ambiente *online* (TONY HAWK RIDE, 2014).

O jogo eletrônico faz relação direta com o nível de habilidade do jogador, ou seja, há tutoriais para os iniciantes e desafios aos mais avançados. Esse recurso possibilitaria até mesmo profissionais do *skate* encontrarem alguma motivação no jogo, como pode-se observar a imagem em que o *skatista* profissional, Tony Hank que deu nome à série, está vivenciando o seu jogo (FIGURA 6).

Figura 6 – Tony Hawk Ride Vídeo Game



Para finalizar, analisamos que o jogo se aproxima da

perspectiva da simulação. Para tanto, o movimento do jogo se dá por meio de acelerômetros e sensores, que permitem que os jogadores controlem fisicamente as ações sobre o *skate*, transformando os gestos e movimentos em manobras no jogo eletrônico. Com isso, a simulação do *skate* se torna mais ecológica, isto é, condizente com a realidade, mas sem os riscos reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar e descrever os jogos eletrônicos da modalidade de *skate* para o videogame *Xbox 360 Kinect*. Com isso, encontramos 11 jogos, dos quais selecionamos o jogo *Tony Hawk Ride* de 2009. Nosso objetivo não foi pelo jogo eletrônico mais atual, mas sim, aquele com a tecnologia disponível para servir como material didático digital interativo (MADDI) às aulas de EF.

Logo, o acessório sem fio que acompanha o jogo, com formato e dimensão similar ao de um *skate*, oferece ao jogador, quando este é iniciante na prática do *skate*, uma experiência e oportunidade de vivenciar a prática inicial segura. Conforme nosso referencial, as gerações atuais da sociedade do conhecimento se caracterizam como nativas digitais, o que facilita a familiaridade com a experiência de praticar *skate* por meio do jogo eletrônico.

Ainda que reconhecendo a livre opção como uma prerrogativa

do lazer, entendemos que também é importante que as gerações atuais experimentem a prática esportiva real.

Neste sentido, dadas as vantagens de ambas as experiências (com o jogo eletrônico ou com o *skate* real), a realização desse primeiro estágio da pesquisa, nos possibilitou subsídios para desdobrarmos em aplicações pedagógicas. Lançamos como hipótese para novos estudos que o jogo eletrônico promova a familiarização do skate, sendo pertinente à utilização do mesmo com sujeitos iniciantes na prática do *skate*.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FALKENBACH, A. P.; DREXSLER, G.; WERLE, V. **A relação mãe/criança com necessidades especiais**. Lajeado: Univates, 2007.

FIGURA 1. **Skate do Xbox 360**. Disponível em: <<http://www.gamestorrent.biz/skate-xbox-360/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

FIGURA 2. **Skate 2 do Xbox 360**. Disponível em: <<http://www.ign.com/games/skate-2/xbox-360-14234977>>. Acesso

em: 22 jan. 2016.

FIGURA 3. **Skate 3 do Xbox 360**. Disponível em:
<<https://shop.jbhifi.co.nz/game/xbox-360/skate-3-classics/760>>.
Acesso em: 22 jan. 2016.

FIGURA 4. **Tony Hawk Ride**. Disponível em:
<<http://downloadjogosvariados.blogspot.com.br/2011/07/jogos-xbox-360-esporte.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

FIGURA 5. **Tony Hawk Ride**. Disponível em:
<http://img.americanas.com.br/produtos/01/00/item/7057/7/7057789_1GG.jpg>. Acesso em: 22 jan. 2016.

FIGURA 6. **Tony Hawk Ride Vídeo Game**. Disponível em: <https://skateramp.files.wordpress.com/2012/06/tony_hawk_ride_video_game.jpg>. Acesso em: 22 jan. 2016.

LAM, J. W. K.; SIT, C. H. P.; MCMANUS, A. M. Play pattern of seated video game and active “exergame” alternatives. **Journal of Exercise Science & Fitness**. v. 9, n. 1, p. 24-30. 2011. Disponível em: <[http://www.e-jesf.com/article/S1728-869X\(11\)60003-8/pdf](http://www.e-jesf.com/article/S1728-869X(11)60003-8/pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

LANNINGHAM-FOSTER, L.; FOSTER, R. C.; MCCRADY, S. K.; JENSEN, T. B.; MITRE, N.; LEVINE, J. A. Activity-promoting video games and increased energy expenditure. **The Journal of Pediatrics**. v. 154, n. 6 p. 819-823, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2683894/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

LEÃO JUNIOR, C. M. **Manual de jogos e brincadeiras**: atividades recreativas para dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

MADDISON, R.; FOLEY, L.; MHURCHU, C. N.; JIANG, Y.; JULL,

A.; PRAPAVESSIS, H.; HOHEPA, M.; DORGERS, A. Effects of active video games on body composition: a randomized controlled trial. **The American Journal of Clinical Nutrition**. v. 94, n. 1, p. 156-163, may. 2011.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e cultura**: algumas aproximações. Campinas: Alínea, 2007. p. 9-30.

MELO, V. A. **Conteúdos culturais**. In: GOMES, C. L. (Org.). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 51-54.

MERCADO, L. P. L. Formação docente e novas tecnologias. In: IV CONGRESSO DA REDE IBEROAMERICANA DE INFORMÁTICA EDUCATIVA – RIBIE, 1998, Brasília. **Anais...** (Online). Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/niee/eventos/RIBIE/1998/pdf/com_pos_dem/210M.pdf>. Acesso em 6 jan. 2016.

NOVAIS, I. T.; KAWAGUTI, C. N.; FIGUEIREDO, J. P.; CRISTOFOLETTI, D. F. A.; PEREIRA, L. M.; SCHWARTZ, G. M. Jogos eletrônicos de atividades de aventura. In: VII CONGRESSO BRASILEIRA DE ATIVIDADE DE AVENTURA: TECNOLOGIAS E ATIVIDADES DE AVENTURA, São Paulo, 2012. **Anais...** São Paulo: Editora Lexia, 2012. p. 19.

PEREIRA, J. C.; RODRIGUES, M. E.; CAMPOS, H. O.; AMORIM, P. R. S. Exergames como alternativa para o aumento do dispêndio energético: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. Pelotas, v. 17, n. 5, p. 332-340, out. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/2171/2230>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

PERRIER-MELO, R. J.; SILVA, T. C. A.; BRITO-GOMES, J. L.; OLIVEIRA, S. F. M.; COSTA, M. C. Video games ativos, equilíbrio e

gasto energético em idosos: uma revisão sistemática. **ConScientiae Saúde**. v. 13, n. 2, p. 289-297, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/929/92931451018.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PETARNELLA, L.; DE CAMPOS GARCIA, E. Homo Zappiens: educando na era digital. **Conjectura**: filosofia e educação. América do Norte, v. 15, n. 2, p. 175-179, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/issue/view/33/showToc>>. Acesso em: 25 out. 2015.

PIMENTEL, G. G. A. O passivo do lazer ativo. **Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 299-326, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/22059/21257>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. *Revista Pátio*. Ano 8, ago/out, 2007. Disponível em: <<http://www.udemo.org.br/A%20sociedade.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. **On the orizon – Estados Unidos – NcB**. University Press, v. 9, n. 5, p. 1-6, oct. 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

PRENSKY, M. **Não me atrapalhe, mãe - eu estou aprendendo!**: como os *videogames* estão preparando nossos filhos para o sucesso no século XXI – e como você pode ajudar!. Tradução de Lívia Bergo. São Paulo: Phorte, 2010.

REIS, L. J. A. **Sozinho, mas junto**: sociabilidade e violência no World of Warcraft. 2013. 338f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ROJEK, C. **Leisure theory: principles and practice**. Great Britain: Paulgrave, 2005.

SCHWARTZ, G. M. **O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier**. Licere, Belo Horizonte, v.2, n.6, p.23-31, 2003.

SILVA, K. S.; NAHAS, M. V.; PERES, K. G.; LOPES, A. S. Fatores associados à atividade física, comportamento sedentário e participação na educação física em estudantes do ensino médio em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2187-2200, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v25n10/10.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SINCLAIR, J.; HINGSTON, P; MASEK, M. Considerations for the design of exergames. Em: 5th INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER GRAPHICS AND INTERACTIVE TECHNIQUES. 2007. **Proceedings...** Australia and Southeast Asia. p. 289-296, dec. 2007. Disponível em: <<http://www.exergamefitness.com/pdf/Exergaming%20Study.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

TONY HAWK RIDE. **Ficha do jogo**. 2014. Disponível em: <<http://jogos.uol.com.br/xbox360/previas/tonyhawkride.jhtm>>. Acesso em: 20 abr. 2014

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEEN, W.; VRAKKING, B. **Homo zappiens: educando na era digital**. Tradução de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WHITE, K.; SCHOFIELD, G.; KILDING, A. E. Energy expended by boys playing active video games. **The Journal of Science and**

Medicine in Sport. v. 14, n. 2, p. 130-134, mar. 2011. Disponível em: <[http://www.jsams.org/article/S1440-2440\(10\)00154-4/pdf](http://www.jsams.org/article/S1440-2440(10)00154-4/pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2016.

XBOX. **Busca sobre jogos de skate.** 2016. Disponível em: <<http://www.xbox.com/pt-br/Search?q=skate>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

XBOX. **Tony Hawks pro skater.** 2020. Disponível em: <<https://www.xbox.com/pt-BR/games/tony-hawks-pro-skater>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BLOCO 3
CONCEPÇÕES
SOBRE O LAZER

ESTUDOS SOBRE O LAZER EM PERIÓDICOS DE TURISMO: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDOS PUBLICADOS

*Juliana Ferreira dos Santos; José Ribamar Junior;
Aline Andrade Santos; Raquel da Mota Câmara*

O lazer no Brasil vem ganhando significativo espaço no âmbito acadêmico, despertando interesse e visibilidade como um campo de amplas possibilidades de análise das relações socioculturais, que vão além da concepção do lazer apenas como diversão e descanso, fator esse que contribui para uma visão parcial e limitada das atividades de lazer, restringindo o sua área de abrangência e dificultando seu entendimento (MARCELLINO, 2012).

Enquanto campo de estudo, aborda os mais variados conteúdos, a teoria e prática das atividades de lazer fornecem ao indivíduo oportunidades para romper com alguns paradigmas, levando-se em conta que a atividade é regida por relações socioculturais e econômicas. Para Marcellino:

A admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de

ordem moral e cultural Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social (MARCELLINO, 2012, p.17).

É uma área que estabelece relação entre trabalho, descanso e consumo. É possível apontar avanços nas pesquisas sobre a temática, buscando aprofundar-se com estudos e análises que possam contribuir para o entendimento e a identificação de pontos importantes a serem investigados e planejados para a ascensão nas produções teóricas que possam auxiliar a prática no campo do lazer.

Nesse sentido, a crescente preocupação e as iniciativas ligadas ao lazer, provocam reflexões e intervenções, buscando aprofundar análises e estudos para entender os desafios e diagnosticar possibilidades que contribuam para o fortalecimento da atividade a partir de sua gestão e planejamento, destacando o papel do ser humano nesse processo.

Durante a Revolução Industrial, quando se instalou a produção fabril, ocorreram importantes transformações sociais e culturais, que contribuíram para o surgimento e origem do lazer, ou seja, a partir do tempo social (BARBOSA & ISAYAMA, 2014). Mas foi a partir da década de 1970 que os estudos sobre o lazer se intensificaram, houve um aumento considerável no número de pesquisas e projetos, visando promover o debate e a melhor compreensão sobre o tema em questão, como salientam Gomes & Melo:

Foi mesmo a partir da década de 1970 que o lazer passou a ser visualizado como um assunto capaz de aglutinar e impulsionar pesquisas, projetos e ações multidisciplinares, coletivos e institucionais. Isto é, organiza-se definitivamente um campo acadêmico relacionado à temática. (GOMES & MELO, 2003).

A partir daí o lazer passou a oferecer uma vasta literatura que possui várias abordagens e perpassa por diversas áreas, a exemplo de: Sociologia, Educação Física, Antropologia, Educação, Psicologia, História, Administração, Economia, Comunicação Social, Hotelaria e o Turismo.

Este estudo visa contribuir para orientar futuras investigações acerca da relação estabelecida entre o lazer e o turismo, publicadas em periódicos de turismo. As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados na área, ou seja, essa pesquisa sintetizou as evidências disponíveis na literatura, através dos artigos analisados, como forma de auxiliar profissionais e estudantes durante pesquisa, observando se esses trabalhos selecionados trazem contribuição para estudos no campo do lazer aliado ao turismo.

Objetivou-se realizar uma verificação no conteúdo de artigos sob a temática “Lazer”, publicados nos periódicos RBTUR, Turismo em Análise e Turismo Visão e Ação, durante todo o período de publicação dos exemplares até outubro de 2018.

Como suporte metodológico, utilizamos as seguintes etapas para direcionamento da pesquisa: Identificação das fontes de pesquisa

(RBTUR, Turismo em Análise e Turismo Visão e Ação) que foram selecionados por meio da palavra chave “lazer”, resultando na leitura de 36 artigos. Desse total, 30 contribuíram para a pesquisa, porque o restante era resenhas ou estava incompleto e, por isso, foram excluídos da análise.

A investigação resultou num panorama com as seguintes informações: formação dos autores, referência bibliográfica utilizada, métodos mais utilizados, palavras chaves que contém o “lazer” e o conteúdo dos periódicos. Como suporte metodológico, utilizamos as seguintes etapas para direcionamento da pesquisa: Identificação das fontes de pesquisa (RBTUR, Turismo em Análise e Turismo Visão e Ação) que foram selecionados por meio da palavra chave “lazer”, resultando na leitura de 36 artigos. Desse total, 30 contribuíram para a pesquisa, porque o restante eram resenhas e por isso, foram excluídos da análise.

A investigação resultou num panorama com as seguintes informações: formação dos autores, referência bibliográfica utilizada, métodos mais utilizados, palavras chaves que contém o “lazer” e o conteúdo dos periódicos.

REVISÃO DE LITERATURA

O universo de possibilidades que permeiam as relações existentes na atividade do lazer ainda confunde e limita o desenvolvimento da compreensão da importância desse fenômeno no cotidiano da sociedade e para a academia, pois sua abrangência e complexidade nos levam, muitas vezes, a tratá-lo como uma temática superficial na sociedade, porque, segundo Marcellino (2012), o lazer é um termo carregado de preconceitos, motivados pelo pretense caráter supérfluo dessas atividades.

O lazer, assim como o turismo, deve ser compreendido mais do que como um produto de consumo, pois são fenômenos que ampliam essencialmente as relações socioculturais, e que acrescenta valores e desenvolvimento pessoais. Diante dessa concepção, e busca constante da compreensão do lazer pela sociedade, destaca-se sua conceituação descrita por Dumazedier (1976):

O tempo de lazer, enquanto um tempo de fruição, torna-se também um tempo de aprendizagem, aquisição e integração, diverso dos sentimentos, conhecimentos, modelos e valores da cultura, no conjunto das atividades nas quais o indivíduo está enquadrado. O lazer poderá vir a ser uma ruptura, num duplo sentido: a cessação de atividades impostas pelas obrigações impostas pelas obrigações profissionais, familiares e sociais e ao mesmo tempo, o reexame das rotinas, estereótipos e ideias já prontas que concorrem para a repetição e especialização das obrigações cotidianas (DUMAZEDIER, 1976, p. 72).

Estudos e análises de perspectivas para o campo do lazer são fundamentais para embasamento e melhor interpretação nesse campo do conhecimento, seja na esfera econômica, social, cultural, ambiental. Segundo Marcellino (1995), o lazer pode ser compreendido como cultura, deve ser vivenciado (praticado ou fruído) no seu sentido mais amplo, como corrobora Gomes quando diz que o lazer é

Uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p. 125).

Assim, é necessário entender, identificar, organizar e articular a cadeia que engloba o lazer. A atividade é complexa e merece uma reflexão direcionada aos diversos segmentos que integram e interagem com o setor turístico, seja do ponto de vista interno ou do externo, possibilitando congregação, através das pesquisas bibliográficas, documentais e da pesquisa de campo, informações relevantes que se apresentam como subsídios para discutir os resultados obtidos a partir da análise dessa relação. Assim, destacam-se os autores Gomes e Mello (2013):

No Brasil, se desde o século XIX as preocupações com o lazer da população já estavam presentes nos discursos de engenheiros e sanitaristas responsáveis pelas reformas urbanas típicas da modernidade, evidências indicam que a necessidade de se estudar “o problema do lazer” de forma mais estruturada começa a se configurar nas primeiras décadas do século XX. (GOMES E MELLO, 2003, p.26).

Com base nas ideias do autor supracitado, vê-se que os novos olhares e perspectivas, no estudo do lazer, são essenciais para acompanhar e subsidiar o desenvolvimento do fenômeno, além de conhecer seus vários paradigmas, seja no mercado ou em estudos científicos, ampliando fundamentos para que a produção nessa área evolua e haja contribuição de métodos e análises para ampliar os conhecimentos.

Com isso, cada vez mais surgem estudos que podem proporcionar interpretações que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva dos envolvidos com o objeto em questão. Seja no âmbito econômico ou social, para analisar o fenômeno do lazer deve-se levar em consideração as relações humanas (GOMES, 2004), tornando amplo o conjunto de interpretações acerca das conexões complexas que existem entre o acesso ao lazer e mudança social, cultural, demonstrando relevância para o conhecimento propor debates teóricos, atuais sobre espaço, tempo e identidade como novas possibilidades de se estudar o tema, contribuindo cada vez mais para a concretização de projetos e ações relacionados com o lazer.

METODOLOGIA

A maioria das revisões de literatura em Ciências Humanas ainda é realizada de forma narrativo-literária, ou seja, não adota técnicas específicas. A falta de critérios sistemáticos gera vários efeitos contraditórios. Por exemplo, o que garante que uma amostra representativa dos estudos sobre determinado fenômeno foi devidamente selecionada? Na ausência de procedimentos específicos de coleta de dados: nada.

Por este motivo optou-se por utilizar a metodologia da revisão sistemática, para que não fosse excluído nenhum texto, dos que foram encontrados nos periódicos estudados, com exceção daqueles que se tratavam de resenhas de livros ou não abordavam o estudo do lazer como objeto de estudo.

Uma boa teoria científica não basta ser adequada aos fenômenos observáveis, mas os cientistas se forçam para compreender a natureza e dar explicações. Observa-se que no amplo da ciência, uma explicação é uma explicação científica satisfatória, que se apoia sobre o mecanismo casual. As teorias são produtos de uma atividade humana, essa atividade refere-se a prática científica, que envolvem as finalidades específicas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa contou com um levantamento de artigos sobre a área “Lazer”, publicados nos periódicos RBTUR, Turismo em Análise e Turismo Visão e Ação, durante todo o período de publicação dos exemplares até 2018. As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados na área, ou seja, esse artigo ajudará a sintetizar a evidência disponível na literatura, podendo auxiliar profissionais e estudantes. A função deste trabalho é avaliar se os artigos selecionados trouxeram uma evolução e contribuição para estudos no campo do lazer, na área de turismo.

As análises da pesquisa de campo buscaram investigar aspectos cuja abrangência é considerável, já que diz respeito a tudo que constitui o campo do lazer e suas especificidades no âmbito das suas relações sociais e culturais, como seus modos de produção econômica e política.

Os principais dados da pesquisa são utilizados a partir das seguintes etapas para direcionamento do trabalho:

- **Identificação das fontes de pesquisa:**
- ✓ RBTUR;
- ✓ Turismo em Análise;
- ✓ Turismo Visão e Ação.

● **Seleção dos artigos:**

- ✓ Palavra - chave “Lazer” no título;
- ✓ Resultou em 36 artigos;
- ✓ Excluído 6 artigos por falta de embasamento teórico.

● **Análise dos artigos:**

- ✓ (Foi elaborada uma planilha com filtro que possibilitou a análise)
- ✓ Avaliação quanto a formação dos autores;
- ✓ Referências bibliográficas e obras mais utilizadas;
- ✓ Métodos utilizados nos trabalhos;
- ✓ Palavras-chave;
- ✓ Conteúdo dos artigos.

DESENHO DA PESQUISA

Sobre a Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur)

Foi criada em 2007, em atendimento à demanda de representantes da sociedade científica em Turismo no Brasil, cujo o compromisso é disseminar pesquisas e estudos originais, com alto rigor teórico e metodológico, promovendo a sua análise, discussão e reflexão.

O Conselho Editorial é formado por professores e pesquisadores vinculados às universidades e centros de pesquisa do

Brasil e do exterior. A revista tem publicações quadrimestrais, com artigos científicos de autoria de pesquisadores e profissionais do Turismo e áreas afins.

A RBTur pretende ser canal de difusão do conhecimento para o avanço do Turismo em nosso país, tendo como atores centrais desse processo dinâmico os seus colaboradores. Aceita pesquisadores do Brasil e do mundo que podem enviar trabalhos escritos em português, espanhol ou inglês. As áreas temáticas abordadas pela Revista são: Planejamento e Sustentabilidade no Turismo; Política e Desenvolvimento do Turismo; Gestão do Turismo Cultura, Gastronomia e Lazer no Turismo; Formação e Pesquisa em Turismo; Hospitalidade.

Sobre a Revista Turismo Visão e Ação

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria - Mestrado e Doutorado, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), é um periódico científico de publicação quadrimestral, interdisciplinar de alcance internacional, classificada, segundo os critérios Qualis/CAPES, como B2 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Aceita submissão de artigos inéditos, sejam teóricos ou teórico-empíricos, nacionais ou internacionais que abordem temas relevantes, com perspectivas provocativas e inovadoras para o desenvolvimento científico do Turismo e áreas afins, cujo conteúdo

tenha notória profundidade analítica e consistência teórico-metodológica, e reflita o estado da arte da produção do conhecimento na área.

Os trabalhos podem ser submetidos em Português e Espanhol, e serão publicados em sua língua original. Tem como missão a divulgação de trabalhos técnico-científicos que contribuam para a geração do conhecimento na área de Turismo.

Sobre a Revista Turismo em Análise

Organizada pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, desde 1990, com periodicidade quadrimestral.

Tem abrangências nacional e internacional, refletidas tanto pelos artigos publicados quanto pela origem de seus leitores. Além disso, é referência nos estudos do Turismo, do Lazer e da Hospitalidade. O foco deste periódico é publicar: Estudos que apresentem novas abordagens e temas relevantes para a área; Resultados de pesquisas, qualitativas ou quantitativas, que contribuam para uma melhor compreensão do desenvolvimento da área; Trabalhos específicos que se utilizem de metodologias consolidadas por outras áreas do conhecimento; Ensaios, experiências que possam subsidiar e estimular a discussão sobre temas atuais, e relatos sobre encontros e eventos científicos.

RESULTADO DAS ANÁLISES

Um dos artigos reflete como as mudanças sociais podem interferir na forma de lazer e traz grande contribuição para o periódico. É a partir de então que o espaço doméstico, enquanto símbolo de lazer espontâneo é modificado para dar lugar ao lazer normatizado. As mudanças na estrutura familiar e nas casas, principalmente das classes média e média alta, interferem diretamente na forma de se ter lazer (PADOVANI, 2004).

Dumazedier (2001) entende o lazer como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, ou ainda para desenvolver sua informação, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Logo, para o autor, o lazer, portanto, opõe-se às obrigações e ao trabalho e deve ser vivido no tempo à margem das obrigações cotidianas, listando atividades que são opostas a ele, como as atividades seguintes: o trabalho profissional; os trabalhos domésticos; atividades de manutenção (as refeições, os cuidados higiênicos como corpo, o sono); as atividades ligadas aos estudos interessados (círculos e cursos preparatórios de um exame escolar ou profissional).

O sociólogo foi um dos autores mais citados nos artigos analisados neste trabalho, especificamente suas obras: “Lazer e

Cultura Popular” e “Sociologia Empírica do Lazer”, onde ele relata a importância do lazer para a sociedade.

Lazer desmembrado de manifestações sagradas de sociedades pré-capitalistas tem dimensão individual, sem que esteja necessariamente ligado a outras motivações, embora mantenha estreita relação com calendários religiosos. Entretanto o lazer não pode ser reduzido a oposição ao trabalho, porque não sintetiza completamente o não-trabalho. Mesmo lazer em oposição ao trabalho, lembra Dumazedier (2004, p.31).

Outros autores muito citados nos artigos analisados foram: Marcelino, Camargo, Gomes, Parker, Requixa. Tão importante quanto Dumazedier, Camargo foi orientando do sociólogo. Luiz Octávio de Lima Camargo, representante da corrente “favorável”, na linha de pesquisa do Dumazedier, vislumbra a correlação do lazer com o contexto histórico brasileiro, por meio da apresentação dos argumentos de ambos os “lados” trabalhador e empregador. Requixa, por sua vez, também segue a linha de pensamento de Dumazedier quanto ao gênero próximo de ambos os conceitos, o de Dumazedier parece-nos mais adequado quando se refere a conjunto de atividades e não ao conjunto de valores, embora a insistência nos valores do lazer nos pareça importante para o seu exato entendimento. Assim é que os valores existem como essência em ambos os conceitos, sendo que para Dumazedier eles são uma finalística das atividades ou do conjunto de atividades (REQUIXA, 1974).

Marcellino (1996) entende que além do descanso e do divertimento há outra possibilidade de ocorrer o lazer, e, normalmente, não é perceptível. Trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, na festa, etc., estão presentes oportunidades privilegiadas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas.

Assim, Marcellino (1996) afirma que não é possível se entender o lazer isoladamente, ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação numa relação dinâmica.

Chegamos ao ponto de discussão sobre a diversidade de artigos encontrados nos periódicos RBTUR, Turismo em Análise e Turismo Visão e Ação selecionados, conforme metodologia aplicada.

Os artigos selecionados permeiam as áreas de estudo do lazer, turismo, atividade física, lazer no trabalho, educação e lazer, lazer em unidades de conservação, lazer e espaço urbano, mudanças de concepção do lazer, entre outras.

As formações dos autores são multidisciplinares, onde pelo menos 8 artigos apresentaram um autor da área de Turismo, 1 artigo apresentou um autor da área de Lazer e 13 artigos apresentaram autores de áreas distintas. Como os trabalhos tinham mais de um autor, muitas vezes eles estão relacionados com a área do turismo, hotelaria, educação física ou do lazer.

Após análise, foi possível verificar que 22 artigos apresentaram a palavra-chave “Lazer”, e 8 não a incluíram.

- ✓ Os artigos apresentaram diversas metodologias, sendo que tais trabalhos apresentaram mais de uma metodologia. São elas:

- ✓ Qualitativa: 9 artigos;
- ✓ Descritiva: 2 artigos;
- ✓ Documental: 5 artigos;
- ✓ Exploratória: 2 artigos;
- ✓ Material Dialético: 1 artigo;
- ✓ Observação: 3 artigos;
- ✓ Questionário: 5 artigos;
- ✓ Revisão bibliográfica: 21

Nos textos analisados, encontramos contribuições relevantes na área do lazer, que seguem abaixo:

O lazer é abordado como um possível segmento de atuação no turismo, visando conceder formações que atendam à demanda do mercado por determinado profissional;

O lazer é um serviço a ser prestado no âmbito do turismo, o lazer estaria relacionado às atividades recreativas que são realizadas

nos eventos e em equipamentos turísticos, como hotéis, resorts e navios, usando a ocupação do tempo livre dos turistas;

Para fazer turismo pressupõe-se que haja um tempo de lazer. Então, o lazer é motivação primária para o turismo;

O lazer e turismo são campos diferentes, Lazer: Estabelece uma relação muito íntima com o turismo, mas na verdade são dois campos distintos que tem uma interface muito presente.

O lazer como modelo de desenvolvimento nos empreendimentos, as atividades de lazer são atividades culturais, sem seu sentido mais amplo, englobando os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações.

Lazer pode ser efetuadas no tempo livre das obrigações profissionais, domésticas, religiosas, e das necessidades físicas.

Lazer: São buscas em vista ao prazer que possibilitam. Embora nem sempre isso ocorra. O prazer não deva ser compreendido como exclusivo de tais atividades.

A ideia de lazer como uma libertação da rotina está diretamente ligada ao reconhecimento da necessidade de viajar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas observou-se que alguns autores apesar de não formados na área do lazer, traz conteúdos significativos para contribuição no campo de estudo. O lazer é tema principal e se

manifesta de forma explícita em alguns artigos, visto que alguns mencionam o lazer na palavra-chave, mas nem sequer o incluem no texto, e alguns não defendem seu posicionamento e embasamento teórico.

Os trabalhos trouxeram assuntos históricos relevantes de mudanças na sociedade e sua influência sobre a alteração do relacionamento do indivíduo com a prática do lazer. O que chamou a atenção é a evolução que o lazer teve no decorrer do século XIX e XX, a individualização da sociedade e a carência de mulheres na participação do lazer capitalista. Isso afeta, diretamente, a relação das crianças com o primeiro contato ao lazer, assim como às mudanças do lazer compartilhado para o individualizado. O espaço referencial se perde, sendo isso condição para relações cada vez mais individuais e impessoais. Nos ambientes da residência, os espaços para lazer tornam-se individualizados e os contatos diretos com os familiares tornam-se superficiais.

Consideramos importante ressaltar que muitos trabalhos ainda abordam o lazer como uma representação de poder aquisitivo, mas no século XXI vem ocorrendo mudanças na sociedade no que diz respeito ao consumo do lazer e políticas públicas. Há também quem defenda que a sua vivência não estaria atrelada apenas à abundância ou luxo, pois um passeio ao ar livre, ou uma atividade cultural gratuita satisfaz a necessidade de viver o lazer para alguns. A criação de espaços

públicos para a prática do lazer, ainda que incipiente, traz à tona que este configura-se como um direito constitucional.

Destaca-se também que a pesquisa sobre o lazer não permeia apenas a prática da atividade, os estudos abordam pesquisas sobre a sua relação com a melhoria da qualidade de vida, na produtividade no ambiente corporativo, como forma de expressões culturais e até mesmo mudanças sociais e ambientais.

Vale mencionar que muitos artigos publicados sobre o lazer nas revistas de turismo estudadas, ainda são de contribuição de pesquisadores da área de turismo. A academia incentiva a interdisciplinaridade, entretanto a qualificação das revistas não estimula a publicação por pesquisadores de outras áreas. Tais revistas não impedem a publicação desde que esteja relacionada com o critério da mesma, mas desestimulam, pois os autores não recebem a mesma conceituação em sua área se não publicar em revista que seja válido e conceituada para o seu segmento.

Acreditamos que essa falta de relacionamento com outras áreas, pode impedir ou retardar o desenvolvimento de muitas linhas de pesquisas. As revistas deveriam ser conceituadas pelo assunto abordado nos artigos aceitos e pela qualidade dos mesmos, e assim ser válido para todas as áreas, desde que esteja dentro dos critérios de aceitação e, com isso, os pesquisadores não se sentiriam desperdiçando pesquisas para publicação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. A., ISAYAMA, H. F. O Lazer nas alianças estratégicas de resorts brasileiros. **Revista Turismo em análise**, v. 25, n. 3, 733–762, 2014.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular** – 3 a ed. – São Paulo: Perspectiva, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GOMES, C.; MELO, V. De. **Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa**. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, 9(1), 23–44, 2003.

GOMES, C.; RAMOS, A. M. O.; FABIANO, H.; SEREJO, H. F. B. Conhecimentos sobre o Lazer nos Cursos de Graduação em Turismo de Minas Gerais. **Revista Turismo Em Análise**, 21(2), 357–380, 2010.

GOMES, C. M. **Pesquisa Científica em Lazer no Brasil** – Bases Documentais e Teóricas. São Paulo: ECA / USP (Dissertação de Mestrado). 2004.

HELENA, B., LAGE, G., & MILONE, P. C. Cultura, Lazer e Turismo. **Revista Turismo Em Análise**, v. 6 (n. 2), 7–25, 1995.

HIRATA, S. R.; SETE, P. K.; QUEIROZ, O. T. M. M. O Parque da ESALQ como espaço Público Multifuncional e de Lazer em Piracicaba, SP. **Revista Turismo Em Análise**, 24 (n. 3), 627–653, 2013.

LASH, S. **La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad**. IN: BECK, U., GIDDENS, A. e LASH, S.: Modernización reflexiva – política, tradición y estética en el orden social moderno. Original: Reflexive, Modernization, Politics, Tradition and Aesthetics (1994). Tradução: Jesus Alborés. Madrid. Alianza, 1997.

MARCELINO, N. C. 1990. **Lazer e educação**. 2 ed. Campinas: Papirus. ____ . 1996. Estudos de Lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados. ____ o1995. Lazer: formação e atuação profissional. Campinas: Papirus.

MARCELLINO, N. C. **Lazer: formação e atuação profissional, Coleção fazer lazer**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**, 5 ed. Campinas, 2012.

MORAES, A. De. **Lazer e turismo: visitas ao Observatório Abrahão de Moraes / IAG-USP SP, Brasil**. Vol. 6 (n.3), 375–397, 2012.

NARITA, S. A., GOMES, C. L. Lazer nos rios urbanos da Tríplice Fronteira: transformações, contradições e significados. **Revista Brasileira de Pesquisas Em Turismo-RBTUR**, 10 (3), 533–549, 2016.

PADOVANI, E. G. R. A casa, a família e o lazer nas áreas urbanas. **Revista Turismo e análise**, v. 6. 2004.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
_____. **As Dimensões do Lazer**. São Paulo: Sesc, 1974.

SANTOS, J. C. V.; SILVA, J. A. (2015). A arte da olaria no turismo da região Algarve, Portugal. **Revista Turismo - Visão E Ação - Eletrônica**, v. 17 (n. 3), 658–690. Disponível em:
Retrievedfrom<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/8305/4668>.

INTERFACES E SENTIDOS DA AVENTURA NA ALDEIA INDÍGENA BEIJA-FLOR I NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA NO AMAZONAS

*João Luiz da Costa Barros; Adenildo Vieira de Souza;
Gisele Maria Schwartz*

A prática de atividades de aventura tem merecido atenção em diversos estudos acadêmicos, tanto no âmbito nacional (MARINHO, 2008; SCHWARTZ, 2006; SPINK et al., 2005; PIMENTEL, 2013; UVINHA, 2005), quanto no internacional (MACKENZIE; HODGE; BOYES, 2011; BEAMES; MACKIE; ATENCIO, 2019; HUMBERSTONE, 2013). Estas práticas representam reconhecidamente uma área multidisciplinar de possibilidades de vivências e de pesquisas científicas.

Para se compreender o sentido dessas práticas, Vester (2006) apresentou a abrangência dessa temática com base em 6 dimensões relacionadas às experiências em si, sendo: a duração, o espaço, a transcendência, o risco, o fazer e a rotinização. Conforme esse autor, estas dimensões auxiliam a transpor a idealização romântica que, geralmente, envolve as atividades de aventura, reconhecendo-a como

parte das experiências do contexto do lazer, inclusive, como uma esfera amalgamada à sociedade.

Para além dos aspectos relacionados à própria natureza das vivências, caracterizadas no contexto do lazer, estas atividades podem ser tomadas sob outras dimensões. A mercantilização é uma delas, na qual, paradoxalmente, coexistem o sentido libertário da busca pelo imprevisível, imanente às atividades de aventura, aliado a certa previsibilidade e à perspectiva de gestão de riscos de modo controlado, envolvendo as esferas voltadas ao consumo (VARLEY, 2006).

Outra dimensão associada com as práticas de atividades de aventura retratam os interstícios da aventura como um modo de se atingir a educação. Nesta concepção, as atividades de aventura permitem alavancar subsídios experienciais, capazes de dinamizar a aquisição de conhecimentos, incrementando valores pró-ambientais e de respeito às diversidades (RICHMOND et al., 2018; KJØLSRØD, 2019), entre diversos outros ligados aos processos cognitivos, sociais e afetivos.

Nos âmbitos pessoal e interacional, os sentidos atribuídos para as atividades de aventura perpassam a possibilidade de utilização dessas práticas como estratégias para os desenvolvimentos nos níveis individual e comunitário (BEAMES; MACKIE; ATENCIO, 2019), para a motivação (MACKENZIE; SON; EITEL, 2018) e, inclusive, para o aprimoramento do autoconceito (GIBBONS; EBBECK;

GRUNO, 2018). Todas essas dimensões retratam a valorização dessas experiências para o avivamento de potencialidades.

Observa-se, com isto, que o sentido da aventura retrata uma visão polissêmica do termo, tanto quando é tomado por si próprio, isto é, com o foco na experiência real e genuína, como também, quando a aventura é vista como um estilo de vida, ou como parte e estratégia para se atingir outras perspectivas. Isto reforça a importância de se conhecer a atribuição de sentido dado a estas vivências e os níveis de comprometimento envolvidos, para que se possa rotular alguma prática corporal como sendo do escopo das atividades de aventura.

Em essência, a aventura possui inúmeras características, dependendo do sentido que é dado ao termo. A experiência subjetiva atrelada a estas práticas está diretamente associada às percepções individuais, as quais constituem grandes enigmas, haja vista a possibilidade de desafiar a exclusividade de alguns setores, os quais rotulam as atividades, ora como segmentos de mercado e ferramentas de *marketing* do estilo de vida da atualidade, ora de modo funcional, para atingir outros objetivos, os quais vão além da fruição da experiência por si só (WEBER, 2001).

Portanto, para fazer jus a esta pluralidade, é fundamental aceitar o fato de que a aventura pode ser tomada como importante, quando ganha o viés mercadológico, quando assume o sentido de representar um ganho nas atitudes e condutas, quando está relacionada com as vivências no contexto do lazer, ou mesmo, quando esta faz

parte do estilo de vida de determinada sociedade (BUCKLEY, 2018). Estas fronteiras são bastante tênues e se tornam difusas, sobretudo, quando se focalizam estas atividades pautadas em contextos sociais específicos, tendo que passar por um processo de reconceituação, para que se compreenda toda sua potencialidade (RANTALA; ROKENES; VALKONEN, 2018).

Ainda que todos esses enfoques diversificados estejam implícitos na concepção do termo aventura, também podem ser encontrados elementos congruentes e similaridades, dentro das características dessas atividades. O que faz com que uma atividade seja considerada do campo da aventura ultrapassa a retórica meramente mercadológica e de rotulação de *marketing*, como experiências minimamente controladas, com riscos gerenciados, baseado na racionalização que as *commodities* devem demonstrar. A possibilidade de vivência da fruição significativa, do comprometimento e engajamento ecológicos, da elevação espiritual, do enfrentamento de desafios e dos níveis de desenvolvimento de habilidades psíquicas, sociais, motoras e afetivas, decorrentes das características essenciais dessas atividades, é que, de alguma forma, as tornam únicas, mesmo que o sentido de uso seja particularizado, ou que a percepção sobre o risco e as finalidades de utilização sejam diferenciadas (CARNICELLI-FILHO; SCHWARTZ; TAHARA, 2010).

Alguns estudiosos também contribuem para a compreensão

sobre o termo aventura, evidenciando aspectos bastante característicos dessas vivências. Para Priest (1992), Fluker e Turner (2000), bem como, Silva (2014) e Gouveia et al. (2014), os componentes característicos da aventura são a incerteza, a recompensa intrínseca e a liberdade nas escolhas. Estas características levam a um balanço entre o risco situacional e a percepção de autocompetência (condições pessoais, expectativas, gerenciamento emocional, níveis de desejo de prazer e de satisfação), como condições motivacionais para a decisão de engajamento e enfrentamento desses desafios.

Algumas atividades são reconhecidas como sendo do campo da aventura, sendo vivenciadas no âmbito do lazer. Para se compreender a abrangência dessas atividades, Betrán (2003) propôs uma divisão pedagógica dessas atividades, com base nos elementos terra, água e ar. Sendo assim, entre as atividades desenvolvidas em terra, entre inúmeras possibilidades, podem ser tomadas como exemplos a caminhada, a escalada, o *rapel* e a espeleologia. Entre as atividades desenvolvidas na água, podem ser elencadas o *standup paddle*, o boia-cross, a canoagem e o mergulho. No meio aéreo, podem ser exemplificadas as atividades de *bungee jump*, arvorismo, paraquedismo e balonismo.

Aventura, em essência, representa um termo que aborda as sensibilidades imanentes ao processo de busca pelo imponderável e pela superação de aspectos tradicionalmente assumidos, os quais, já não dão mais conta de preencher as lacunas do prazer e do desejo,

circunscritos pela volatilidade que envolve a sociedade contemporânea, conforme já evidenciava Spink (2001). Essa autora ressaltou a importância de se conhecer e se familiarizar com a produção cultural de sentidos sobre a aventura, utilizando-se uma arqueologia de usos e repertórios culturais expressos por intermédio de imagens, textos, memórias e imaginário social, com o intuito de se compreender esses processos reativos e as dimensões que unem o ser humano com estas atividades.

Com apoio desse prisma conceptual, pode-se inferir que o significado de aventura, para um grupo específico como a aldeia indígena, pode ser diferente do sentido comumente atribuído ao termo, ao se focalizarem outras comunidades mais urbanas. Esta inquietação foi a geradora desta reflexão, buscando compreender o processo de assimilação cultural das atividades de aventura no âmago da sociedade indígena. O estudo foi desenvolvido com base em dados da literatura e de observação participante, a partir de anotações realizadas em um diário de campo, utilizadas para a análise.

A TERRA INDÍGENA BEIJA-FLORES I: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

O contexto da pesquisa é a Aldeia Beija-Flor I, localizada na Terra Indígena Beija-Flor, no município de Rio Preto da Eva, este município está situado na 7ª Sub-Região, Região do Rio Negro –

Solimões. Sua existência se dá a partir do Ato criação: Emenda Constitucional Nº 12 de 10/12/1981. Tendo uma população estimada em 32.577 habitantes, o município tem sua economia baseada nas atividades agropecuárias, sendo considerado um dos maiores produtores de laranja e banana do Estado do Amazonas, como também, desenvolve a criação de animais (bovinos, suínos e aves) e a piscicultura, movimentando a economia do município. No aspecto educacional, oferece ensino nas redes municipal e estadual, da educação infantil ao ensino médio (IBGE, 2018; IDAM, 2014).

Rio Preto da Eva detém vários pontos turísticos e para atividades do contexto do lazer, os quais são representados pelos balneários, isto é, os igarapés, tendo um principal, logo na entrada do município. Esses balneários são procurados nos finais de semana e objetivam proporcionar descanso, tanto para os moradores locais, quanto para os moradores dos municípios adjacentes. Possui uma praça cujo principal símbolo é o mirante Pastor Severo Câmara, representando uma estátua réplica do Cristo Redentor do Rio de Janeiro. A praça, durante a noite, é o principal ponto de entretenimento e divertimento, pois, neste espaço, estão as pizzarias, as quais são pontos de encontro das famílias, possuindo um parque infantil, que é um local onde as crianças se divertem. Tem um calendário festivo, no qual o principal evento é a festa da laranja, que gera empregos e movimenta a renda no município. Ainda, dispõe de espaços esportivos, com um ginásio comunitário, um estádio de

futebol e quadras comunitárias distribuídas pelos principais bairros, os quais são acessíveis à comunidade.

No município de Rio Preto da Eva existem três aldeias indígenas Beija-flor, sendo I, II e III. O foco deste trabalho está centrado na Aldeia indígena Beija-Flor I, terra marcada por lutas e conquistas, por intermédio do movimento social indígena, na busca de reivindicações no que concerne aos seus direitos nos aspectos políticos, culturais e educacionais. Estas manifestações corroboram a ressignificação e emancipação das aldeias indígenas, na busca constante das suas afirmações socioculturais (GRUPIONI, 2008; LUCIANO, 2006; 2012).

A Aldeia indígena Beija-Flor I inicia sua constituição no ano 1991, pelo norte-americano Richard Melnick, com o propósito de funcionar aos moldes de uma cooperativa. Assim, os indígenas que residiam e que vinham de outros lugares do interior do Estado do Amazonas, habitariam o local e produziriam artesanatos para serem comercializados em outros países, por meio da loja, a qual era um empreendimento do norte-americano, localizada no centro de Manaus. Com essa produção de artesanato na comunidade ficaria mais fácil sua comercialização na capital Amazonense, Manaus. Assim, o projeto também visava dar apoio aos indígenas nos aspectos socioculturais, em forma de Fundação Beija-Flor, agregando várias etnias indígenas, as quais constituíram a aldeia nesse período: Sateré-Mawé; Tukano; Desano; Tuyuca; Apurinã; Baniwa; Arara; Marubo, Mayoruna, dentre

outras (FARIAS JÚNIOR; ALMEIDA, 2008; FARIAS JÚNIOR, 2009).

Em 2001, com o falecimento de Richard Melnick, iniciam-se os conflitos para a posse das terras da comunidade, com o aparecimento de uma pessoa se intitulando procurador do norte-americano, requerendo a desapropriação das terras, para que pudesse iniciar seus negócios, com o objetivo de realizar o loteamento das terras. Este procurador já havia vendido alguns lotes e solicitava que o terreno fosse desapropriado o mais rápido possível, com base em uma ação judicial, com isso, criou-se um clima de violência, com ameaças verbais de intimidação aos indígenas.

Segundo Farias Junior (2009), nesta trajetória de exploração e imposição frente à terra indígena vivida neste tempo histórico, pode-se destacar que o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA foi fundamental para mapear a área, sobretudo, na constituição e conquista da Terra Indígena, servindo de respaldo cultural, político e educacional para a aprovação de um Projeto de Lei de 2008, resultando na Lei Orgânica Municipal Nº 302, sancionada pelo prefeito Fúlvio da Silva Pinto, em 29 de outubro de 2008, dando posse definitiva da terra aos indígenas e aos não indígenas que lá também permaneciam. Desta forma, a área constituída pelas famílias Indígenas passa a ser reconhecida como Terra indígena Beija-Flor, com área de aproximadamente 42 hectares. Assim, a lei garantiu juridicamente a ocupação e conquista dos indígenas, cuja terra passou

de área indígena para sua afirmação como aldeia, dentro da terra que agora lhes é de direito (FARIAS JÚNIOR; ALMEIDA, 2008; FARIAS JÚNIOR, 2009).

A Aldeia Indígena Beija-Flor I tem uma escola voltada aos moradores da terra e aos interessados fora da terra que queiram matricular seus filhos. A escola oferece da educação infantil ao ensino fundamental I (1º ao 5º ano), somente no turno matutino, com ensino bilíngue, mediado pela língua materna e língua portuguesa, as quais constituem o currículo escolar. O quadro docente conta com professores indígenas, os quais são os responsáveis pela língua materna, o Tukano, e professores não indígenas, todos contratados pela prefeitura do município. Na aldeia, residem 22 famílias, resultando em um total de 222 pessoas. Os indígenas que residem atualmente na aldeia são das etnias: Sateré-Mawé; Tukano; Baré, Desano; Tuyuca; Baniwa; Marubo e Mayoruna.

O modo de vida cultural e política na Aldeia Indígena Beija-Flor I tem, na sua configuração, a produção artesanal e as atividades de agricultura, como a plantação de mandioca, macaxeira, bananas e hortaliças (cheiro-verde, cebolinha, dentre outros). No início da constituição da comunidade indígena, ainda era possível realizar caçadas de animais de grande porte. Atualmente, com a expansão urbana e pelo fato de o espaço estar localizado no perímetro urbano, tal atividade diminuiu. Mas, a pesca ainda está no cotidiano, sem muita fartura, como em anos anteriores.

A terra indígena Beija-Flor e sua relação com as práticas corporais de aventura

As práticas corporais na Aldeia Indígena Beija-Flor I são vivenciadas em todo o seu contexto. Os homens adultos vivenciam diversas atividades no âmbito do lazer na Aldeia e fora dela, como por exemplo, saem para jogar futebol ou futsal nos finais de tarde, em campos e quadras localizados em bairros adjacentes à aldeia. As mulheres ficam nos afazeres domésticos e algumas saem para fazer caminhada nos finais de tarde, na praça onde está a estátua do Cristo do município. Este local é destinado às práticas de atividades físicas para os moradores, possuindo uma academia ao ar livre.

A maioria dos idosos (mulheres e homens) da aldeia indígena tem sua ocupação no fabrico do artesanato. As crianças acompanham os mais velhos em todas as atividades que realizam. No momento do fabrico do artesanato, as crianças acompanham como expectadores os pais e os avós. Com as sobras das matérias-primas, as crianças encenam as suas produções artesanais. São poucos os adolescentes na aldeia indígena, e esses não acompanham a produção artesanal. Esses adolescentes buscam as atividades no lazer fora da aldeia. A aldeia não tem um campo de futebol, tem um espaço na entrada, o qual as crianças utilizam para jogar o futebol e brincar de pega-pega, dentre outros. Contudo, a produção artesanal se configura para as crianças

como uma atividade do contexto do lazer, que se agrega ao trabalho, sendo fundamental e importante para as suas formações, pois, conforme Meliá (1979) descreveu, a criança indígena que brinca de trabalhar, depois, vai trabalhar brincando.

Dentre as práticas do âmbito do lazer no contexto da aldeia, pode-se notar as crianças como os atores sociais que mais aproveitam e experimentam tais práticas no seu modo de vida cotidiano. Entre as brincadeiras catalogadas durante o processo de observações e registros podem ser citadas: amarelinha, barra bandeira, subir em árvores, brincadeira de roda, brincar no igarapé, sete pecados, pular corda, corridas, balanço, jogo de futebol, pião com caroço de tucumã e empinar papagaios.

As práticas corporais de Aventura na Aldeia Indígena Beija-Flor I estão no cotidiano dessa comunidade, sendo vivenciadas nos igarapés, nas árvores, nos caminhos que cortam a aldeia, em balanços instalados nas árvores. As crianças são os atores mais inseridos no cenário dessas práticas. Segundo Baniwa (2015) as atividades no lazer dos povos indígenas estão inseridas, inclusive, em suas cerimônias ritualísticas, envolvendo corridas de toras, canoagens, dentre outras, e estão envoltas em valores, conhecimentos e sentidos, os quais são constituídos ao longo do processo sociocultural nos contextos vivenciais das pessoas de cada aldeia indígena.

Na atividade que acontece no igarapé da aldeia (Figura 1), as crianças só podem participar se forem acompanhadas por uma pessoa adulta. O local é um ponto de referência para o lazer na aldeia. Essa medida de segurança é tomada e, ao redor do igarapé, existem caminhos que facilitam a entrada de pessoas moradoras de bairros adjacentes à aldeia. Ao chegarem no igarapé, tanto as crianças, quanto os adultos brincam de mergulhar, disputando quem fica mais tempo embaixo da água. De um lado ao outro do igarapé existem troncos que colaboram com a diversão. Outra forma de brincar com a utilização do tronco é passar por baixo dele nadando. Vence a criança que chegar mais rápido do outro lado do tronco. Outra disputa é feita em forma de nado livre, sendo o vencedor o que chegar primeiro ao outro lado do igarapé, geralmente, esta atividade é mais vivenciada pelas crianças. Em meio às disputas, o que mais conta é o momento de conagração e alegria proporcionado pelo ambiente lúdico.

Figura 1- Crianças indígenas brincando de mergulhar e pega-pega no igarapé da aldeia



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Esta atividade está no contexto indígena e é vivenciada constantemente pelas crianças da aldeia e por alguns adultos. Esta prática apresenta similaridades com o mergulho, já que pode ser desenvolvida na água, apresentando as características próprias desta atividade, no que concerne à classificação proposta por Betrán (2003). Neste sentido, em estudos apresentados sobre indígenas (FÉLIX; AIAMBO; PEREIRA, 2012; SATERÉ, 1998), o mergulho faz parte das brincadeiras e está no cotidiano das práticas corporais das aldeias.

Por meio dele, se aprimoram habilidades, auxiliando o desenvolvimento corporal e espiritual dos participantes. As habilidades adquiridas a partir das experiências com as brincadeiras na água lhes serão úteis para a realização de atividades cotidianas e de subsistência no meio líquido, como montar armadilhas para capturar peixes.

Quanto às atividades vivenciadas nas árvores (Figura 2), as crianças sobem nas árvores todos os dias, não tendo um horário específico para tal brincadeira. As árvores são de vários tamanhos. As crianças menores não sobem em árvores muito altas. A brincadeira consiste em subir e se pendurar. Os galhos mais finos são os mais desafiadores para as crianças e é onde acontece o ápice da escalada. Nas árvores que são frutíferas, as crianças demoram mais tempo na brincadeira, pois, além de se pendurarem e escalarem, ainda degustam os frutos. Dentre as formas de disputa, tem aquela, cujo vencedor é quem ficar pendurado por mais tempo. Também tem a variação do pega-pega, sendo a árvore um ponto de referência para se escapar do pegador. Os adultos da Aldeia apenas sobem nas árvores para apanhar algum fruto, ou retirar algum galho para o fabrico artesanal, ou mesmo, cortar um galho que ameaça cair ao chão.

Figura 2- Crianças indígenas (*Saterê-Mawê*) subindo nas árvores.

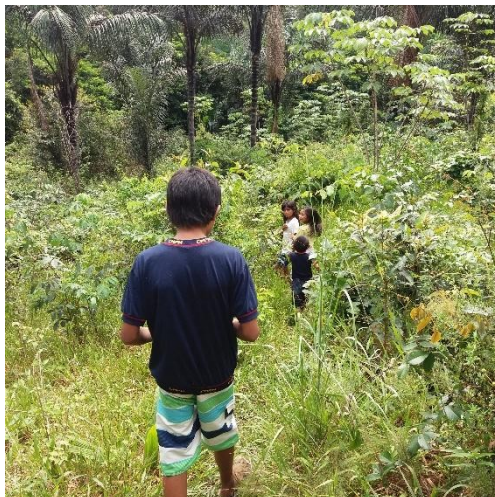


Fonte: Acervo dos autores, 2019.

O cenário da aldeia está repleto de árvores. As crianças sobem e se divertem bastante. Esse espaço pode ser associado ao brincar na perspectiva da classificação desenvolvida por Betrán (2003), quando elenca as atividades realizadas no meio aéreo, destacando o arborismo. Tal atividade se faz nas vivências corporais das aldeias, fortalecendo e preparando os corpos para a vida (MUNDURUKU, 2009). Para Munduruku (2009) a atividade tem um sentido de preenchimento de vazio no corpo da criança indígena, frente à compreensão desse vazio, ela vai percebendo a importância de vivenciar, no seu contexto, práticas que fortalecem aprendizagens, por meio da relação com seu entorno ambiental. Esse fortalecimento será de suma importância para o amadurecimento, pois ajudará na etapa fundamental da vida das crianças, quando ela de formar consciente e viver os rituais de passagem de sua etnia.

A caminhada em trilhas (Figura 3) é uma atividade presente no cotidiano da aldeia, sendo que não tem um horário específico para sua realização. As crianças se reúnem em pequenos grupos e caminham na área verde da aldeia, indo à busca de frutas que se encontram às margens dos caminhos ou mais adentro, ou à procura de pequenos insetos e de matéria-prima para a confecção de brinquedos. As trilhas ligam as casas da aldeia ao igarapé, bem como, dão acesso aos bairros adjacentes à aldeia. É comum encontrar as crianças pelos caminhos da aldeia. Os adultos percorrem as trilhas com a finalidade de buscar madeira, plantas para o preparo de medicação, sementes ou matéria-prima para realização de alguma construção ou algo do tipo. Rezende (2013) ajuda a compreender que a natureza tem uma ligação espiritual com a cultura indígena, ela faz parte e complementa os modos de vida, portanto, respeitá-la é vital para assegurar o retorno de elementos presentes na fauna e flora essenciais à manutenção da vida.

Figura 3- Crianças caminhando e explorando numa trilha da aldeia.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

No contexto da Aldeia Indígena Beija-Flor I, essa atividade é vivenciada e se entrelaça com a natureza. Diante disso, conhecer o ambiente é fundamental para a formação da criança indígena e dos demais atores envolvidos. É compreendido que, ao estar situada predominantemente no cenário ambiental natural, a aprendizagem sobre os elementos da flora (plantas, sementes, dentre outros) e da fauna (pássaros, mamíferos pequenos, sons de animais, dentre outros) conduzem as crianças em um processo de constante aperfeiçoamento. Dessa forma, isso é fundamental, pois, “[...] o uso dos sentidos confere sentido às suas ações: ganha sentido a leitura das pegadas dos animais, do voo dos pássaros, dos sons do vento nas árvores, do criptar do fogo, das vozes da floresta em suas diferentes manifestações” (MUNDURUKU, 2009, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto no qual está reflexão se pautou revigora a ideia de que a representação humana é que dá suporte ao espírito da aventura, não apenas o ambiente em que as atividades são vivenciadas. Neste sentido, ratifica-se o posicionamento de Pimentel (2013), quando este salienta que a consciência humana é que é o ponto principal na decisão pela utilização dos conceitos e que isto é possível, com base nas interações reais ou imaginárias que são constituídas.

As atividades de aventura desenvolvidas na Aldeia Indígena Beija-Flor I são tomadas como parte integrante e representativa de sua conjuntura e da tessitura social, imprimindo-lhes significados peculiares. Estas atividades influenciam, inclusive, na qualidade de vida e no estilo de viver desses povos. As aldeias indígenas, conquanto venham sofrendo alterações ao longo do tempo, conforme os impactos provenientes da modernização e da (re)estruturação dos ambientes, perpetuam determinadas práticas, as quais fazem parte do repertório tradicional de suas culturas, dando-lhes significados próprios.

O termo genérico de povos indígenas Hinch e Butler (1996), normalmente empregado a estas comunidades, nem sempre garante que estas representem efetivamente as pessoas endêmicas ou nativas de determinado local, diferindo daquelas comunidades étnicas, as

quais apenas herdaram uma área para migrarem. Isto faz toda a diferença, haja vista que as características de uma cultura se fazem mediante a manutenção de tradições e hábitos, os quais dão sentido à sua existência.

Com a presença inevitável das alterações socioculturais impostas pela vida contemporânea, muitas dessas tradições são extintas, ou sofrem modificações, as quais, não raro, acabam por descaracterizar a própria cultura. Entretanto, a presença das atividades de aventura entre as pessoas indígenas parece ser um elo fortalecido na comunidade. Ainda que estas possam vir a sofrer interferências nefastas, por exemplo, do turismo predatório e sem controle (CARR; RUHANEN; WHITFORD, 2016), ou de outros setores que impactam a vida social, é imperativo considerar que a paixão pela natureza e o engajamento comunitário devem ocupar lugares centrais como aspectos capazes de gerenciar a voracidade desses setores, garantindo a perspectiva de controle do próprio ritmo de vida e da natureza (MATATOLU, 2019).

A sociedade contemporânea nega-se em considerar os sentidos da cultura dos povos indígenas, gerando prejuízos e impactos ainda pouco dimensionados. Torna-se importante possibilitar visibilidades à comunidade indígena contextualizando os aspectos socioculturais representados pelas práticas corporais, pela cultura, pela língua e pela mitologia, valorizando outras variáveis fundamentais que permeiam na

relação humana com a natureza afirmando o protagonismo diante de suas histórias.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G.L. Práticas Corporais Indígenas Interculturais: entre o ritual, o trabalho e o esporte. In: SOARES, A. A. (Org.) **Efeitos dos Eventos esportivos nas Práticas Tradicionais**. Manaus: UFAM, 2015, p. 21- 31.

BEAMES, S.; MACKIE, C.; ATENCIO, M. **Adventure and Society**. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.

BETRÁN, J. O. Rumo a um Novo Conceito de Ócio Ativo e Turismo na Espanha. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H.T. (Org.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri: Manole, 2003.

BUCKLEY, R. C. Analysing adventure: a leisure lifepsychle?. **Annals of Leisure Research**, Abingdon, v. 21, n. 5, p. 533-538, 2018.

CARNICELLI-FILHO, S.; SCHWARTZ, G. M.; TAHARA, A. K. Fear and adventure tourism in Brazil. **Tourism management**, Amsterdam, v. 31, n. 6, p. 953-956, 2010.

CARR, A.; RUHANEN, L.; WHITFORD, M. Indigenous peoples and tourism: the challenges and opportunities for sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, Abingdon, v. 24, n. 8-9, p. 1067-1079, 2016.

FARIAS JÚNIOR, E. A. **Terras Indígenas nas Cidades: Lei Municipal de Desapropriação nº 302, Aldeia Beija-Flor, Rio Preto da Eva**. Manaus, UEA, 2009.

FARIAS JUNIOR, E. A.; ALMEIDA, A.W.B. **Indígenas na Cidade de Rio Preto da Eva Comunidade Indígena Beija-flor, Rio Preto da Eva Amazonas: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.** Manaus: EDUA/FUA, 2008.

FELIX, A. B.; AIAMBO, E. M.; PEREIRA, J. R. **O livro de jogos e brincadeiras do povo tikuna.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas-Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

FLUKER, M. R.; TURNER, L. W. Needs, motivations and expectations of commercial Whitewater rafting experience. **Journal of Travel Research**, Thousand Oaks, v. 38, n. 4, p. 380-389, 2000.

HUMBERSTONE, B. Adventurous activities, embodiment and nature: Spiritual, sensual and sustainable? Embodying environmental justice. **Motriz: Revista de Educação Física**, Rio Claro, v. 19, n. 3, p. 565-571, 2013.

GIBBONS, S; EBBECK, V; GRUNO, J. Impact of adventure-based approaches on the self-conceptions of middle school physical education students. **Journal of Experiential Education**, Thousand Oaks, v. 41, n. 2, p. 220-232, 2018.

GOUVEIA, L.A.; GOSLING, M.; COELHO, M.F.; PEREIRA, G.A. Fatores que influenciam a intenção de compra de viagens de ecoturismo e turismo de aventura. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 551-575, ago./out. 2014.

GRUPIONI, L. D. B. **Olhar Longe, porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil.** 2008. 240f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

HINCH, T.; BUTLER, R. W. Indigenous tourism: a common ground for discussion. In: BUTLER, R. W.; HINCH, T. (Orgs.) **Tourism and**

indigenous peoples. Londres: International Thomson Business Press, 1996, p. 3-19.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **RIO PRETO DA EVA**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/rio-preto-da-eva>>. Acesso em: 7 de Maio de 2019.

IDAM- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS. **RIO PRETO DA EVA**, 2014. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwivj6f58ZHIAhVmGbkGHQIdBkEQFjAAegQIBRAC&url=http%3A%2F%2Fwww.idam.am.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2014%2F01%2FRio-Preto-da-Eva-2011.pdf&usg=AOvVaw2WZCsgWDiOJwpa9yiyFjoJ>>. Acesso em: 7 de Maio de 2019.

LUCIANO, G. S. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real:** Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro.2011.368f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

KJØLSRØD L. Conceptions of Complex Leisure. In: KJØLSRØD, L. **Leisure Studies in a Global Era.** Londres: Palgrave Macmillan, 2019, p. 61-82.

MACKENZIE, S. H.; HODGE, K.; BOYES, M. Expanding the flow model in adventure activities: A reversal theory perspective. **Journal of Leisure Research**, Abingdon, v. 43, n. 4, p. 519-544, 2011.

MACKENZIE, S. H.; SON, J. S.; EITEL, K. Using outdoor adventure to enhance intrinsic motivation and engagement in science and physical activity: an exploratory study. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, Amsterdam, v. 21, n. 1, p. 76-86, 2018.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.181-206, 2008.

MATATOLU, I. A critical examination of indigenous people, tourism and quality of life. **Journal of Heritage Tourism**, Abingdon, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2019.

MELIÀ, B. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MUNDURUKU, D. Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito. **Revista Múltiplas Leituras**, Campinas, v.2, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2009.

PIMENTEL, G. G. A. Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília v. 35, n. 3, p. 687-700, 2013.

PRIEST, S. Factor Exploration and Confirmation for the Dimensions of an Adventure Experience. **Journal of Leisure Research**, Abingdon, v. 24, n. 1, p.127-139, 1992.

RANTALA, O.; ROKENES, A.; VALKONEN, J. Is adventure tourism a coherent concept? A review of research approaches on adventure tourism. **Annals of Leisure Research**, Abingdon, v. 21, n. 5, p. 539-552, 2018.

REZENDE, J. S. Ciências e Saberes tradicionais. **Tellus**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 201-213, jul./dez. 2013.

RICHMOND, D. et al. Complementing classroom learning through outdoor adventure education: Out-of-school-time experiences that make a difference. **Journal of Adventure Education and Outdoor Learning**, Abingdon, v. 18, n. 1, p. 36-52, 2018.

SATERÉ, A.M. Wemahara Hap Ko'I. In: OLIVEIRA, C.F.P. **Sateré - Mawé**. Manaus: SEDUC/IER-AM, 1998, p. 7-10.

SCHWARTZ, G. **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura, 2006.

SILVA, M. T. **Turismo de aventura**: motivações e expectativas do praticante. 2014. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SPINK, M. J. P.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 26-38, 2005.

SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1277-1311, 2001.

UVINHA, R. R. Tendências para o turismo de aventura no cenário nacional. In: UVINHA, R. R. **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005, p. 269-300.

VARLEY, P. Confecting adventure and playing with meaning: The adventure commodification continuum. **Journal of Sport & Tourism**, Abingdon, v. 11, n. 2, p. 173-194, 2006.

VESTER, H.-G., Adventure as a form of leisure. **Leisure Studies**, Abingdon, v. 6, n. 3, p. 237-249, 2006.

WEBER, K. Outdoor adventure tourism: A review of research approaches. **Annals of tourism research**, Amsterdam, v. 28, n. 2, p. 360-377, 2001.

REFLEXÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DE LAZER DOS ALUNOS CONCLUINTE DO PARFOR – UEPA – CAMPUS CASTANHAL – PA

*Claudio Nascimento da Costa; Tadeu João Ribeiro Baptista;
Patrícia do Socorro Chaves de Araujo*

O lazer apresenta-se na contemporaneidade como um conjunto de processos socioculturais que têm se manifestado a partir de concepções e de formas diversificadas e, pelo seu caráter histórico multidimensional, pode ser um excelente território à compreensão das dinâmicas e contradições sociais, para Soares (1999, p. 695) essa diversidade “está marcada pelo jogo histórico de produzir e dividir desigualmente os bens de subsistência, entre os quais está o lazer”, e assim, o lazer tem sido estudado de forma multidisciplinar por profissionais de diversas áreas dos conhecimentos, entre elas a Educação Física.

Mesmo com o comprometimento político ideológico com relação aos processos sociais que envolvem o lazer como fértil campo à formação docente inicial, essa área ainda encontra limites, entre outros fatores, por apresentar uma baixa prioridade institucional

curricular, pois outras dimensões formativas, outros conteúdos e processos pedagógicos ligados aos componentes curriculares sempre foram tidos como mais representativos ao longo do curso de formação em Educação Física.

De acordo com Apple (2005, p. 59), é necessário pensar o currículo como “[...] produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo”. Tal entendimento permite apreender que os conhecimentos que consolidam base à formação docente são escolhas que atendem aos interesses e aos grupos sociais específicos, não se trata de processos neutros, deshistoricizados e descontextualizados; são frutos de lutas de classes, de forças sociais em permanente disputa, resultantes de uma tradição seletiva e excludente.

Com essa lente histórico-crítica se compreende que o mesmo acontece no desenho curricular dos cursos de formação inicial na licenciatura em Educação Física a partir do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), na Universidade do Estado do Pará (UEPA) no que tange às esferas que abrangem os estudos do lazer.

Por outro lado, ratifica-se que a Constituição Federal do Brasil desde 1988 assenta o lazer no conjunto de direitos sociais fundamentais, permitindo base para que sejam formuladas políticas públicas que admitam alicerces estruturantes para a materialização desse direito. Desse modo, o ambiente de lazer é um direito social que

deve estar assegurado nos espaços públicos em todas as cidades e essa garantia deve contemplar toda ou a maioria da sua população, seja ela infantil, jovial, adulta ou idosa (MORAES, 2002).

Contudo, Marcelino (1996, p. 21) alerta para o lazer, tradicionalmente, ser compreendido como entretenimento em oposição ao trabalho, incluindo muitas ações financiadas pelo próprio Estado brasileiro na forma de programas e de projetos que estimulam mais o caráter recreativo ao lazer em detrimento ao mundo do trabalho, e pouco se estimula o caráter educativo e sociocultural do lazer.

A superação dessa percepção utilitarista de apropriação ao lazer passa, prioritariamente, pela compreensão dos objetivos aferidos pelos ideais capitalistas no que tange a vinculação trabalho-lazer-sociedade. De acordo com Gomes (2008), o lazer deve ser base para emancipação humana, para prover critérios de análise dos valores sociais que elevem os padrões das políticas públicas e a qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, a relevância deste estudo consiste em tratar-se de um conjunto de sujeitos que buscam em seu labor a emancipação humana, professores em formação, que estão vinculados ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

Aliás, a primeira turma de Educação Física no Campus Castanhal da Universidade do Estado do Pará. Trazem consigo muitas experiências profissionais e de vida que, em tese, por já terem ampla vivência sociocultural e por estarem no oitavo semestre do Curso de

Licenciatura em Educação Física, logo, na condição de concluintes e ainda porque, para a metade dos entrevistados, é sua segunda graduação, conclui-se que também possuem ampla trajetória reflexiva frente aos conhecimentos teóricos sobre políticas públicas e lazer.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de lazer dos alunos que cursam Licenciatura em Educação Física a partir do PARFOR na Universidade do Estado do Pará – UEPA, Campus Castanhal, frente às oportunidades formativas experienciadas com a graduação e com as políticas públicas de lazer da localidade onde moram.

Entre os objetivos específicos podemos mencionar o de identificar quais são as percepções de lazer que trazem os alunos concluintes da Licenciatura em Educação Física na Universidade do Estado do Pará – UEPA; quais os principais espaços e as políticas de lazer existentes em seus locais de residência; e analisar quais são os entendimentos de políticas públicas e lazer que trazem consigo.

Concebe-se que não há parâmetros específicos, nesta pesquisa, para aferir com precisão a subjetividade e o entendimento de cada aluno (sujeito da pesquisa) sobre lazer e políticas públicas possibilitado com a efetivação das disciplinas realizadas com o curso de licenciatura em Educação Física na UEPA. Mas foi possível apreender suas impressões a partir da compreensão de mundo que lhes foi (re)significada, mediadas e potencializadas a partir dos debates e leituras travadas sobre o tema. Assim, tais conhecimentos,

sistematizados cientificamente, amalgamados aos saberes, às experiências específicas (a história de vida) que trazem consigo como expressão das visões de mundo, concepções e formas de compreensão que se revelaram sobre a compreensão do tema tornaram possível a materialização desta pesquisa.

Diante do exposto, o **problema** se apresenta na seguinte questão: qual a percepção dos alunos concluintes do curso de Educação Física sobre o lazer e as políticas públicas voltadas para o lazer?

Nesse sentido, procuramos saber dos sujeitos pesquisados se a formação inicial na Educação Física permitiu ir além da visão de lazer vinculada ao senso comum e, ainda, o quanto acreditam que a licenciatura em Educação Física colaborou para essa superação.

Assim, em síntese, o percurso metodológico deste estudo desenvolveu-se a partir de uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, por meio de análise descritiva, com um olhar dialético, buscando apreender os significados das contradições e movimentos contextuais sobre o que pensam os entrevistados sobre lazer e políticas públicas de lazer.

Corroborar-se com Gamboa (1997) quando este afirma que, em uma pesquisa de cunho qualitativo também há um caráter quantitativo como faces indissociáveis do processo à apreensão da totalidade e compreensão socioespacial, ao qual não se deve abandonar a historicidade, a mediação e o princípio do movimento. Os nexos de

ambas as partes se integram de maneira coerente no levantamento dos dados para análise. A análise do material empírico e documental é uma fase da pesquisa em que os dados podem passar por um processo de triangulação crítica, alinhando analiticamente as entrevistas, os documentos e as demais categorias com o arcabouço teórico que sustenta o trabalho (MINAYO, 2012).

Assim, para coleta de dados se fez necessária a aplicação de um questionário com 10 questões abertas, em que se procurou conhecer a percepção sobre o lazer e as políticas públicas voltadas para o lazer dos alunos concluintes do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará – UEPA, Campus Castanhal, no ano de 2020. O instrumento foi inicialmente aplicado para o universo de 24 alunos concluintes da turma, mas somente 20 alunos responderam as demandas solicitadas pela pesquisa.

Contudo, para aprofundar a compreensão revelada pelos sujeitos da pesquisa, ampliar as possibilidades de escuta e apreensão de novos elementos para a análise, assim como para ratificar as respostas já concedidas via questionário, nos utilizamos da técnica da entrevista com roteiro, com 10 questões semiestruturadas, que foram divididas em quatro categorias para análise. O conteúdo concedido foi devidamente gravado e transcrito literalmente, respeitando a integralidade das falas dos entrevistados.

Desta forma, a busca por evidências a partir das falas dos sujeitos entrevistados permite a compreensão de elementos que

materializam a representação da percepção concebida sobre lazer, e assim, corrobora-se com Pimentel (2000, p. 35-36) quando afirma que “[...] nenhuma teoria ou classificação dá conta de explicar toda a complexidade”.

APONTAMENTOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A IDEIA DE LAZER

O lazer vem se tornando cada vez mais um meio ou fator que tem influenciado no desenvolvimento social da humanidade, seja no aspecto cultural, em que persiste na utilização do tempo livre, seja no reconhecimento do direito ao lazer como elemento central da cultura vivida e reconhecida por diversas gerações.

Dumazedier, sociólogo francês, definiu o lazer como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 94).

Conforme sugere o autor, constata-se a existência de múltiplos tipos de lazer, de acordo com o perfil do usuário, faixa etária, concepção de mundo e a forma como materializa a sua realidade sociocultural.

Todavia, após mais de quatro décadas de capilarização das ideias sobre o lazer introduzidas pelo sociólogo francês, o país apresenta um panorama socioespacial, cultural, político e econômico bastante distinto, em que se revelam outras dimensões mais específicas da realidade social contemporânea brasileira, influenciadas pela materialidade de novas relações produtivas, por outras dinâmicas, que expressam o aprofundamento das contradições e que extrapolam o contexto histórico dos anos 1970 sobre o lazer, observa-se “dessa forma, que o lazer é uma dimensão da cultura construída conforme as peculiaridades do contexto no qual é desenvolvido” (GOMES, 2008, p. 64).

Diante do exposto, Igarza (2009, p. 39) afirma que há distintas formas de entendimento do lazer, mas que duas correntes são determinantes: o paradigma liberal consumista, que impõe a interpretação do lazer como descanso e libertação laboral que busca, nesse tempo do ócio, espaços para o consumo; e o paradigma criativo cultural, que procura integrar, no processo do lazer, valores da formação mais alargada da humanidade, da educação, da criação e da cultura, estreitando relações com a ideia clássica de *otium*, em sua complexidade de significados sobre a construção da qualidade de vida.

Nesse sentido, o primeiro paradigma pode ser considerado, no presente momento, como o hegemônico, frente à força midiática e os apelos propagandísticos comerciais. Por sua vez, o segundo pode ser

visto como o contra hegemônico, que fortalece o ideal de valores e enriquecimento cultural coletivo.

Entretanto, no campo da Educação Física, alguns autores (DIECKER, 1984; SILVA *et al.*, 2010) tendem a estabelecer relações diretas entre o lazer e a prática de atividades esportivas, as quais são justificadas, inclusive, por se considerar uma possível relação direta com a saúde. Pimentel (2000), por sua vez, atenta para a necessidade de certa cautela, para que o lazer não seja limitado à lógica da atividade física ou que não se restrinja a meras atividades ou conteúdos disciplinares.

Nesse sentido, o fenômeno é complexo e deve ser compreendido na totalidade para que se possa percebê-lo frente às nuances e às correlações com a vida.

O enredamento quanto às definições e concepções sobre o lazer implicam inúmeras correlações, entre elas, compreender a essência dos espaços e das dinâmicas sociais onde esse fenômeno se desenvolve. A natureza de tais ambientes, público ou privado, reflete a organização cultural, social e econômica do sistema vigente e, em torno desses processos, os sujeitos poderão ter - ou não - acesso aos recursos materiais e imateriais de uma sociedade, interferindo no acesso às benesses desses processos.

Por isso, na perspectiva contra hegemônica de Gaelzer (1979, p. 36-37), o lazer “não pode ter interesse econômico e tem que proporcionar prazer, individual ou social”. Portanto, ratifica-se a ideia

de que ao falar sobre o lazer, abrem-se múltiplas possibilidades de aceção conceituais com outros termos, pois se apresentam com diferentes sinônimos, quais sejam: um espaço que possibilita o desenvolvimento humano; o tempo que permite as composições livres; a possibilidade de desenvolver a cultura popular; a distração e demais ocupações às quais se pode entregar de espontânea vontade durante o tempo não ocupado pelas obrigações cotidianas.

Para Gaelzer (1979, p. 54), o lazer deve representar "[...] a harmonia entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo". Para ir além, Pimentel (2000, p. 33) afirma que o lazer pode ser visto como uma categoria de "[...] explicação da vida social. [...] como um campo de manifestação cultural". Essa ideia ampliada de lazer se opõe à lógica do lazer capital, uma abordagem que restringe e canaliza o lazer com o prazer do consumo, uma perspectiva individualista, que pouco colabora com o desenvolvimento do humano como ser social.

Aliás, o estado de precarização do lazer na contemporaneidade - que tem relação com o modo de produção capitalista e as suas relações de trabalhos intensificadas como formas dominantes - se tornou funcionalista no sentido de ser utilitário à reprodução do capital. Assim como também revela que há crescentes interesses pelo tempo livre em contraposição ao tempo de trabalho, o que tem oportunizado o aumento de profissionais e um aguçamento do

mercado por esse setor, criando um nicho mercadológico para o lazer, o *mercolazer*¹⁸ (MASCARENHAS, 2005).

A ruptura com essa tendência mercadológica de lazer perpassa pela necessidade de ampliar o consumo crítico e consciente e visa buscar desenvolver um sentido contra hegemônico. De acordo com Pimentel (2000, p.36), o lazer “pode gerar mudanças no plano cultural: criar entre as pessoas competências para um consumo crítico do lazer, envolvimento associativo com atividades recreativas e organização popular em torno das políticas públicas de lazer”. Logo, corrobora-se com a tese de que o lazer pode ser visto como uma categoria de “[...] explicação da vida social. [...] como um campo de manifestação cultural” (PIMENTEL, 2000 p. 34), pois revela a ideia ampliada de lazer que se opõe à lógica do lazer vinculado à exploração e alienação provocadas pela lógica do capital.

Concorda-se com a concepção contra hegemônica que rompe com a perspectiva funcionalista e mercadológica quando se busca o fortalecimento da lógica da atividade de lazer, na implementação de políticas públicas efetivas como direito social, as quais permitam o desenvolvimento do ser humano a partir do caráter libertador e autônomo, culturalmente criativo, que se desenvolva pela capacidade de organização e construção social coletiva emancipadora.

¹⁸ De acordo com Mascarenhas (2005, p.106) em sua tese de doutorado, revela que o conceito de “[...] *Mercolazer*, em forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria”.

Urge a luta para que esses direitos essenciais ao lazer, que já estão preconizados na Constituição Federal, afirmando que o Estado deve, prioritariamente, ser o provedor e favorecer o desenvolvimento de políticas públicas de estado efetivas, para que a lei não seja apenas um conjunto de letras mortas não instituídas. É importante que essas formulações políticas alcancem especialmente às classes menos abastadas, mais do que como força de Lei, também como um novo paradigma de entendimento do direito ao lazer amplo.

Montenegro (2019) revelou que, na busca pela compreensão da inserção docente no campo do lazer, todos os participantes da pesquisa informaram que ensinam sobre lazer a partir das experiências culturais. Essa pesquisa é reveladora para a formação, pois no universo dos sujeitos pesquisados, 33,3% são docentes do curso de Educação Física da UEPA.

Dessa forma, amplia-se o debate sobre a importância do lazer, o qual deve extrapolar um conjunto de práticas pedagógicas isoladas, de cunho técnico conteudista disciplinar, pois é necessário que o ensino do lazer seja dotado por vivências de dimensões diversificadas e transdisciplinares, como condição qualificadora de profissionais que venham a promover essas ações, como reafirma Pimentel (2000, p.35) , que “diante desses indícios de valorização do lazer em diversas instâncias, cresce a responsabilidade dos profissionais atuantes nesse campo”.

Assim, essa pesquisa corrobora com a concepção criativa cultural, por considerar que a perspectiva funcionalista e a meritocrática de lazer não atendem às necessidades sociais mais amplas. Tal processo perpassa pela necessidade de uma formação ampliada, pelo reconhecimento da importância do lazer e do fortalecimento das políticas públicas em busca da inserção social na abrangência e pluridimensionalidade que concebe o pressuposto inicial de que o lazer representa a cultura de um povo ou comunidade, interligado com as demais dimensões da vida.

A PERCEPÇÃO DE LAZER DOS ALUNOS CONCLUINTE DO PARFOR UEPA, CAMPUS CASTANHAL-PA

Neste estudo se busca evidenciar a partir das falas dos sujeitos entrevistados elementos que possam apresentar qual percepção revelam sobre lazer. Contudo, se considera que a percepção é a janela da consciência resultante das relações materiais do ser com o mundo e do mundo com o ser que se (re)constrói socialmente como ser social cotidianamente, transformando-se e transformando o mundo em sua volta. A reflexão “teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar” (FRIGOTTO, 1989, p. 81).

Quanto à concepção de lazer predominante, os sujeitos revelaram a percepção deste como recreação e entretenimento,

incluindo os espaços privados como os mais seguros frente ao problema da falta de segurança e da violência nos espaços públicos. Foi possível concluir ainda que, entre as pessoas (participantes da pesquisa) que foram na formação acadêmica oportunizados estudos sobre o tema, ainda apresentam a ideia de lazer com muitas limitações, restringindo ingenuamente o lazer à funcionalidade do entretenimento, ou ao vinculá-lo ao forte apelo comercial do *mercolazer*. De tal forma que uma das lições aprendidas é a necessidade de superação dessa condição, o que exige maior comprometimento com a formação de futuros profissionais da Educação Física. Dessa forma, consideramos que:

Precisamos colaborar com a formação de sujeitos comprometidos com o processo de construção do saber; sujeitos que questionem a realidade, que perguntem pelo sentido profissional, que assumam uma atitude reflexiva face aos processos sociais e as contradições de nosso meio, fazendo do lazer não um mero e alienante produto a ser consumido, mas uma possibilidade lúdica, criativa e significativa a ser vivenciada com autonomia e responsabilidade. Ressalta-se, nesse processo, a importância do conhecimento profundo da realidade, o que demanda uma sólida fundamentação teórico-prática e uma consistente instrumentalização político-pedagógica [...] (GOMES, 2008, p. 137).

Assim, esta pesquisa passou a ter os alunos concluintes como participantes. A coleta de dados foi organizada a partir de um questionário semiestruturado que deu base para entrevista a partir de quatro eixos:

- a) Um breve perfil sobre a formação – em que se buscou traçar o perfil sócio econômico dos sujeitos entrevistados;
- b) a formação no PARFOR como mobilizador de conhecimento sobre o lazer e sobre as políticas públicas de lazer – em que se procurou compreender como os conhecimentos sobre o lazer foram desenvolvidos pelo processo de formação oferecido pelo curso de Educação Física;
- c) percepção do Lazer – buscamos desvelar a importância do lazer e o conhecimento da realidade sobre o fenômeno cultural e social;
- d) políticas públicas de Lazer presentes nos diversos espaços do Estado do Pará – procurou-se compreender a percepção de políticas públicas para o lazer desenvolvidas nas localidades onde moram e o nível de compreensão e de comprometimento destes sujeitos à materialização de tais políticas.

Dessa forma, um breve perfil dos entrevistados revela que 35% são professores concursados em suas localidades. Dos 20 entrevistados, 90% são sujeitos que trabalham ou trabalharam em sala de aula como professores há mais de 6 anos, mas apenas 20% atua com a disciplina Educação Física nas escolas onde trabalham, apesar de 50% do total de entrevistados já possuir uma primeira formação superior em outras áreas de conhecimentos, como Pedagogia, História, Geografia e Língua Portuguesa.

Tais sujeitos estão inseridos em realidades distintas de municípios do Pará e de fora do estado, todos os entrevistados afirmaram que enfrentam muitas dificuldades materiais e infraestruturais para o desenvolvimento das atividades laborais.

Quanto à formação no PARFOR como mobilizador de conhecimento sobre o lazer e sobre as políticas públicas de lazer, foram perguntados “você acredita que a sua formação no PARFOR contribuiu para estimular sua compreensão sobre lazer e sobre as políticas públicas de lazer?”, ao que todos os entrevistados afirmaram que o PARFOR contribuiu na compreensão de que vem a ser o lazer, a importância da efetivação e a necessidade das políticas públicas. Entretanto, destacou-se o fato de terem poucas oportunidades de leituras nessa área de conhecimento, apesar de terem contato com professores formadores com expertise sobre a temática, que suscitaram o debate sobre o lazer e as políticas públicas foram fatores que justificaram as respostas positivas em torno da formação.

Também foram indagado sobre “como a formação inicial via PARFOR interferiu na forma como você compreende o que é o lazer?”. Ressaltamos que 95% ressaltou que os esforços nesse campo de conhecimento estão correlacionados à dialética relação entre teoria e prática resultantes das duas únicas disciplinas do currículo: Estudos do Lazer e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil, e apenas 5% acredita que, mesmo com as duas disciplinas ministradas, a

compreensão de lazer e de políticas públicas não foram suficientes para trabalhar nesse campo de conhecimento.

Assim, quando questionados sobre a produção acadêmica na área, apenas um aluno havia interesse e produção acadêmica sobre o tema, embora deva-se ressaltar que todos os participantes produziram artigos sobre lazer para atender a demanda da disciplina Estudos do Lazer no ano de 2018.

Quanto às atividades e práticas desenvolvidas durante o curso relacionadas com o tema, os alunos restringiram as respostas às atividades teóricas e práticas desenvolvidas durante as duas disciplinas em que debateram lazer ao longo do curso de formação inicial em Educação Física:

“Através dos conteúdos expostos em sala pelos professores pude tornar-me uma pessoa com uma visão mais crítica diante das necessidades do entendimento sobre políticas públicas.” (Aluno Entrevistado 5, 2020); “Atividades de lazer que desenvolvemos na praça de Castanhal, na disciplina de lazer” (Aluno Entrevistado 18, 2020).

Por outro lado, o Aluno 18, destacou as atividades práticas que foram trabalhadas na Praça de Castanhal-PA, que para ele foram significativas para a compreensão. Dialogando com Pimentel (2000), é importante pensar no desenvolvimento de novas metodologias que viabilizem a práxis pedagógica empenhada em ultrapassar os limites do treinamento ou puramente a memorização de conteúdo, ou mesmo de atividades práticas pontuais.

Quanto à percepção de lazer dos entrevistados observa-se na Figura 1:



Fonte: Os autores, 2020.

Obtivemos entre os entrevistados 4 grupos de falas que se aproximaram em torno das seguintes categorias: Recreação; Ócio; Esporte, Saúde e Bem-Estar; Direito Social. Assim, para melhor evidenciar, destacaram-se alguns desses depoimentos sobre o que é lazer a partir de suas falas:

“Momento que tiro para ficar com a família, conversar, brincar, acredito que seja isso. (Aluno Entrevistado 1, 2020); “É o momento lúdico, divertido que possibilita distração da rotina”. (Aluno Entrevistado 2, 2020); “É toda atividade que possibilite um momento de diversão e distração” (Aluno Entrevistado 5, 2020).

Para outro grupo de alunos, Lazer é um momento adverso e contrário ao trabalho, para eles é o momento do ócio, como é possível verificar a partir da fala do aluno 7, assim: *“São atividades*

vivenciadas no momento do não fazer nada, não ter nada para fazer, como não obrigatoriedade, só relaxar”. (Aluno Entrevistado 7, 2020).

Contudo, para um terceiro grupo de alunos, a percepção de lazer está vinculada aos esportes, saúde e bem estar, como se destacou na fala do Aluno 4: *“Para mim é algo que vivenciamos na prática de atividades físicas e esportivas trazendo bem estar”* (Aluno Entrevistado 4, 2020).

Mas ainda se observou a fala de apenas um aluno que considerou que o lazer é um direito social, apresentando uma percepção coletiva e mais ampliada de lazer. Assim, lazer vai *“para além do bem estar no âmbito familiar, em espaços que dão acesso a todos é papel dos governantes, um direito socialmente adquirido”* (Aluno Entrevistado 9, 2020).

De tal forma que, sobre esse aspecto pesquisado, 95% dos entrevistados apresentaram uma visão limitada sobre o tema, mesmo tendo passado por momentos formativos oferecidos pela Licenciatura em Educação Física. Conforme sugeriu Montenegro (2019, p. 61):

[...] seria fundamental que a formação de profissionais que atuam no eixo cultura/educação possibilitasse momentos de experiências e sensibilidades, capazes de estimular a apreciação de uma diversidade de práticas culturais com vistas a qualificar a ação pedagógica [...].

Na mesma direção observamos os estudos de Isayama (2002, p. 93-94) quando afirma que na formação existem duas abordagens em destaque, de um lado a busca por desenvolver o profissional “[...]”

‘técnico’ e tem como orientação primordial o domínio de conteúdo específicos e metodologia” e, por outro lado, a “emancipatória”, que busca construir o profissional mais crítico, que permita que a formação cultural seja mais ampliada, compreendendo o lazer como fenômeno social em diálogo contínuo com outros sujeitos e com outras áreas de conhecimentos.

Quanto às Políticas Públicas de Lazer presentes nos diversos espaços geridos pelo Estado Brasileiro, na percepção dos concluintes, 20% dos entrevistados desconhece a existência de políticas públicas de lazer no local onde moram e 80% não conseguiram descrever mais de duas ações do poder público que estejam consolidadas como políticas públicas voltadas para o lazer no local onde moram. Assim: *“As políticas públicas para o lazer, não estão bem efetivadas como devem, não mostram serviços, um lugar tão pequeno e não investem, não é por falta de recursos, mas por falta de interesse e de conhecimento das autoridades”* (Aluno Entrevistado 11, 2020).

Como aponta Dias; Araújo (2019, p.201) “o papel do poder público está pautado em assegurar o direito ao lazer para toda a população, visando ao desenvolvimento social e humano”. Em síntese, considera-se possível uma formação ampliada, em que os estudos sobre o lazer ganhem vida na dinâmica formativa, como preconizado em Pimentel (2000, p.36): “Requer análise de contexto, histórico e social. [...]. Compromisso ético com a subjetividade. [...] Conteúdos, valores e significados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a percepção de lazer dos alunos que cursam Licenciatura em Educação Física na Universidade do Estado do Pará – UEPA, Campus Castanhal, frente às oportunidades e as políticas públicas de lazer da localidade onde moram.

As falas dos sujeitos apontaram que o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) contribuiu significativamente na compreensão do que vem a ser o lazer, a importância da efetivação, e as implicações da necessidade das políticas públicas nessa perspectiva. Entretanto, apesar dos alunos ressaltaram que houve esforços no campo da apropriação do conhecimento sobre lazer, correlacionando a relação entre teoria e prática por parte das disciplinas de Estudos do Lazer e de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil, há a necessidade de mais leituras e envolvimento teórico e prático com o tema. Além disso, verificamos uma percepção de lazer vinculado à funcionalidade no campo individual e passivo, o que expressa ora significado de recreação, de contemplação, ou de ócio.

Quanto às políticas públicas de lazer nos espaços onde moram, apontamos para a necessidade de que os sujeitos da pesquisa necessitam de maior imersão e apropriação nesse campo de discussão,

para levantamento mais minucioso das demandas, na produção de pautas mais propositivas.

Por fim, os estudos apontam para a necessidade de novos estudos que partam da observação e apreensão in loco das reais necessidades frente às especificidades de cada município quando se trata de lazer e as políticas públicas que possam materializá-las.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? *In*: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. Editora Cortez. 8 edição, São Paulo:2005, p. 59-91.

DIAS, E. Y. C.; ARAÚJO, P. S. C. de. As Marés de Aventura. **Licere – Revista do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**. Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 189-210, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.12319>. Acesso em: 14 abr. 2020.

DIECKERT, J. **Esporte de lazer: tarefa e chance para todos**, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular: debates**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GAELZER, L. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina,

1979.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em Educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2005.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

IGARZA, R. **Burbujas de ocio, nuevas formas de consumo cultural**. Buenos Aires: la Crujía, 2009.

ISAYAMA, H. F. Recreação e Lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em Educação Física. Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.(Tese, Doutorado em Educação Física).

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade**: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Ed. UFG, 2005. Disponível em: <http://stoa.usp.br/gepespp/files/3118/17391/Tese%20Mascarenhas.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MARCELINO, N. C. **Lazer e educação**. 3ed. Campinas: Papirus, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTENEGRO, G. M. **Lazer e formação cultural**: uma análise das trajetórias de professores universitários nos estados do Pará e Amapá. 2019. 180 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 14^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAIS, P. Z. M. de. Lazer, qualidade de vida e cidadania. **Cete**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 31-45, 1999.

PEIXOTO, E. Reflexões acerca da formação profissional em lazer. **Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 1, p. 692-695, set. 1999.

PIMENTEL, G. G. A. Por que pesquisar o lazer? **Revista Unicesumar**. Maringá, n. 19, nov. 2000.

SILVA, C. L. da; SILVA, T. P.. **Lazer e educação física: Textos didáticos para a formação de profissionais do lazer**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

A ATENÇÃO DADA AO LAZER NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2018

*Temistocles Damasceno Silva; Fabrício dos Santos Palmito;
Giuliano de Assis Gomes Pimentel; Fernando Augusto Starepravo*

Ao analisar o processo de produção das políticas públicas torna-se possível identificar como os agentes políticos definem e priorizam os problemas e alternativas em relação a determinado tema. Ao considerar que a atenção é um recurso escasso e que tanto pessoas quanto organizações estabelecem prioridades de atuação, torna-se fundamental identificar como os agentes políticos distribuem atenção entre as diversas questões existentes, decidindo o que é um problema a ser priorizado (BAUMGARTNER; JONES, 2015).

Para Cobb e Elder (1971), a análise da percepção dos problemas encontra-se vinculada ao entendimento do processo de transformação das questões sociais enquanto problemas de ordem pública e a compreensão dos fatores que influenciam essa mudança. Rittel e Webber (1973) afirmam que a ineficácia do planejamento governamental encontra alicerce na sobreposição de posicionamentos particulares aos critérios científicos, durante o processo de definição dos problemas.

Os estudos desenvolvidos por Schattschneider (1975) foram fundamentais para o estabelecimento de novas concepções sobre a definição dos problemas e alternativas. O autor definiu o conceito de mobilização de viés como peça fundamental para a composição da agenda, expressando-o enquanto pilar da ação política. Tal conceito relaciona-se ao processo de expansão de determinado problema por parte dos formuladores de política no intuito de ampliar a audiência sobre a questão, conquistando assim, a atenção de atores internos e externos ao governo.

De acordo com Baumgartner e Jones (1993), o ator político tem um poder significativo no processo de definição dos problemas e alternativas. Por meio de diversos recursos, tais atores podem interferir diretamente na escolhas das prioridades relacionadas à política pública. Em adição, Rocherfort e Cobb (1994) afirmam que os problemas são frutos de escolhas estabelecidas por meio da percepção e dos interesses dos atores ou determinados grupos sociais. Dearing e Rogers (1996) apontam que as prioridades políticas mudam e conseqüentemente o conteúdo da agenda também altera. Para Stone (2002), os discursos políticos são constituídos para auxiliar a inserção ou manutenção de determinados problemas na arena decisória. Capela (2018, p.16), afirma que “[...] os interessados em explorar o conflito e transformá-lo numa questão política mobilizarão apoio popular, buscando torna-lo cada vez mais politizado por meio do engajamento daqueles que inicialmente não estão envolvidos”.

Diante do exposto, pode-se considerar que o processo eleitoral se apresenta como um espaço para a compreensão da atenção dada ao lazer por parte dos agentes políticos envolvidos na referida dinâmica política. Vale frisar que o marco político-administrativo correlato ao lazer na esfera pública brasileira perpassa pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943, o qual aprovou a Consolidação das Leis de Trabalho, estabelecendo assim, descanso semanal remunerado e férias anuais.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 delineou um novo modelo de proteção social no Brasil, ao reconhecer o lazer como um direito constitucional (STAREPRAVO; BERNABÉ, 2018). Após 1988, uma série de ações foram desenvolvidas no âmbito da gestão pública, dentre elas, a reformulação administrativa do setor esportivo, possibilitando assim, a criação de entidades com a finalidade exclusiva do fomento de políticas públicas de esporte e lazer no país, tais como o Ministério do Esporte e as diversas secretarias estaduais e municipais destinadas ao setor em questão. Ao mesmo tempo, constatou-se o direcionamento de recursos financeiros de maneira mais sistematizada para o esporte e lazer (ALMEIDA; MARCHI JR, 2010; SILVA et al., 2015).

Do ponto de vista científico, o lazer é considerado um campo multidisciplinar com base em investigações sobre aspectos políticos, econômicos e culturais, contudo, torna-se possível perceber que na literatura científica brasileira existem poucos estudos sobre a atenção dada ao lazer nas agendas político-partidárias (PALMITO ET AL,

2020). Apesar de não ter o lazer como foco, o levantamento realizado por Canan, Silva e Starepravo (2018) acerca das propostas para o esporte elencadas durante o processo eleitoral estadual de 2018 tornou-se uma fonte de dados para análises sobre a temática em questão. Os autores compilaram as propostas dos candidatos a presidência da república e ao cargo de governador das unidades federativas brasileiras, no que se refere a pauta esportiva. Com isso, foi possível verificar a presença do lazer na arena política supracitada.

No bojo deste debate, ao longo deste capítulo, decidimos por analisar se e como o lazer foi considerado nos planos de governo dos candidatos vinculados as diversas representações político-partidárias que participaram do processo eleitoral estadual de 2018.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e quantitativa (Gil, 2008). Os dados foram coletados nos planos de governo dos candidatos ao cargo de chefe do poder executivo estadual publicados no site do Tribunal Superior Eleitoral durante as eleições estaduais de 2018. Vale destacar a formação de um banco de dados para o desenvolvimento da pesquisa, o qual, encontra-se disponível no arquivo do Centro de Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEGEL-UESB).

A escolha dos documentos analisados perpassa pela representatividade dos mesmos enquanto etapas constituintes do processo de formação da plataforma de governo em relação a percepção dos problemas e definição dos alternativas para determinada questão de ordem pública. De acordo com Madeira e Tarouco (2011), o plano de governo apresenta a plataforma de alternativas para os diversos problemas públicos percebidos pelos atores políticos durante o processo eleitoral. Para Capela (2018), a definição dos problemas e escolhas das alternativas são elementos centrais da análise da formação da agenda governamental.

Após a seleção dos documentos, optamos pela utilização do software *Nvivo* versão 12 para a análise de conteúdo. No primeiro momento, realizamos a coleta dos planos de governo correlatos aos candidatos ao cargo de chefe do poder executivo estadual no site do Tribunal Superior Eleitoral. Ao levar em consideração as 203 candidaturas publicadas na fonte supracitada localizamos 190 planos de governos. Na sequência, tais documentos foram importados para o software com vistas a busca e organização dos dados. Para tal, utilizamos o descritor “lazer”. O levantamento preliminar indicou a existência de 323 dados relacionadas à temática abordada.

As categorias utilizadas foram delineadas com base nos pressupostos teóricos da Ciência Política acerca da atenção dada a determinado problema de ordem pública (BAUMGARTNER; JONES, 1993; ROCHERFORT; COBB,1994). Nesta perspectiva, elencou-se

as seguintes categorias analíticas: o quantitativo de propostas para o lazer por representação político-partidária; a percepção dos problemas e a definição das alternativas para o lazer na arena política estadual. Em relação a primeira categoria, agrupou-se o número de propostas identificadas por meio dos *codes* descritos no quadro 1 com vistas a quantificação de pautas para o lazer por representação político-partidária. Logo, utilizamos a estatística descritiva para a apresentação do quantitativo de propostas. No que se refere a segunda categoria, examinou-se as propostas identificadas nos planos de governo representações político-partidárias evidenciadas no quadro 1.

Quadro 1 – Representações político-partidárias analisadas

PARTIDO	UNIDADES FEDERATIVAS E SIGLAS
Democratas	Amapá (DEM-AP); Bahia (DEM-BA); Mato Grosso (DEM-MT); Sergipe (DEM-SE).
Movimento Democrático Brasileiro	Alagoas (MDB-AL); Paraíba (MDB-PB); Pará (MDB-PA), Mato Grosso do Sul (MDB-MS); Santa Catarina (MDB-SC); Rio Grande do Sul (MDB-RS).
Partido Comunista do Brasil	Maranhão (PCdoB-MA)
Partido da Mobilização Nacional	Sergipe (PMN-SE)
Partido da Mulher Brasileira	Rondônia (PMB-RO)
Partido da Social Democracia Brasileira	Maranhão (PSDB-MA); Piauí (PSDB-PI); Sergipe (PSDB-SE); Rondônia (PSDB-RO);

	Mato Grosso do Sul (PSDB-MS); Mato Grosso (PSDB-MT); Minas Gerais (PSDB-MG); Rio Grande do Sul (PSDB-RS);
Partido Democrático Trabalhista	Rio Grande do Norte (PDT-RN); Amazonas (PDT-AM); Amapá (PDT-AP); Rondônia (PDT-RO); Rio de Janeiro (PDT-RJ); São Paulo (PDT-SP); Rio Grande do Sul (PDT-RS).
Partido dos Trabalhadores	Bahia (PT-BA); Ceará (PT-CE); Acre (PT-AC); Pará (PT-PA); Mato Grosso do Sul (PT-MS); Espírito Santo (PT-ES); São Paulo (PT-SP); Rio de Janeiro (PT-RJ); Paraná (PT-PR); Santa Catarina (PT-SC).
Partido Progressista	Acre (PP-AC); Paraná (PP-PR); Roraima (PP-RR).
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	Bahia (PRTB-BA); Rio de Janeiro (PRTB-RJ); Paraná (PRTB-PR).
Partido Republicano	Mato Grosso (PR-MT)
Partido Socialista Brasileiro	Amazonas (PSB-AM); Amapá (PSB-AP); Espírito Santo (PSB-ES); Paraíba (PSB-PB); Pernambuco (PSB-PE); São Paulo (PSB-SP); Tocantins (PSB-TO).
Partido Social Cristão	Amazonas (PSC-AM); Piauí (PSC-PI); Rio de Janeiro (PSC-RJ).
Partido Social Democrático	Paraná (PSD-PR); Rio Grande do Norte (PSD-RN); Santa Catarina (PSD-SC); Sergipe (PSD-SE).
Partido Social Liberal	Acre (PSL-AC); Amapá (PSL-AP); Maranhão (PSL-MA); Piauí (PSL-PI); Rondônia (PSL-RO); Santa Catarina (PSL-RO).
Partido Socialismo e Liberdade	Bahia (PSOL-BA); Ceará (PSOL-CE); Maranhão (PSOL-MA); Paraíba (PSOL-PB); Piauí (PSOL-

	PI); Rio Grande do Norte (PSOL-RN); Sergipe (PSOL-SE); Pará (PSOL-PA); Rondônia (PSOL-RO); Roraima (PSOL-RR); Distrito Federal (PSOL-DF); Mato Grosso do Sul (PSOL-MS); Mato Grosso (PSOL-MT); Espírito Santo (PSOL-ES); São Paulo (PSOL-SP); Rio Grande do Sul (PSOL-RS); Santa Catarina (PSOL-SC).
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	Maranhão (PSTU-MA); Rondônia (PSTU-RO).
Partido Trabalhista Cristão	Alagoas (PTC-AL)
Partido Verde	Mato Grosso do Sul (PV-MS); PARAÍBA (PV-PB).
Patriotas	Santa Catarina (PR-SC)
Podemos	Piauí (PODE-PI)
Rede Sustentabilidade	Bahia (REDE-BA); Mato Grosso (REDE-MT); Paraná (REDE-PR); Sergipe (REDE-SE); Tocantins (REDE-TO).
Solidariedade	Piauí (SOLIDARIEDADE-PI); Rio Grande do Norte (SOLIDARIEDADE-RN).
Partido Tabalhista Brasileiro	Espírito Santo (PTB-ES); Pernambuco (PTB-PE).

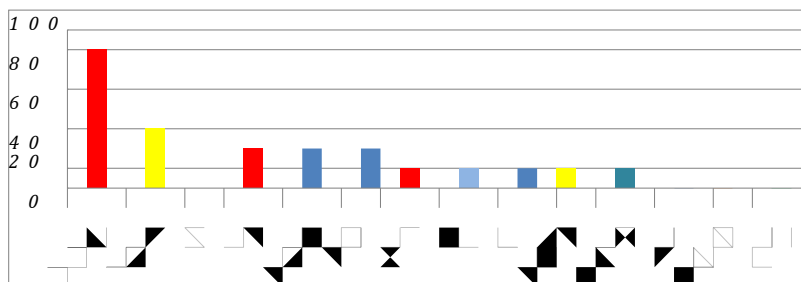
Fonte: elaborado pelos autores

A partir daqui, discutimos os resultados por meio de dois tópicos. No primeiro momento, evidenciamos o quantitativo das propostas para o lazer com base nas representações político-partidárias. No segundo momento, analisamos as prioridades para o lazer elencadas nos planos de governo das candidaturas estaduais.

O QUANTITATIVO DE PROPOSTAS PARA O LAZER POR REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Ao analisar o valor absoluto das pautas apresentadas, ou seja, o conjunto de propostas por partido político com base nas diversas candidaturas analisadas foi possível constatar que o PSOL apresentou 85 propostas. Tal dado representa 26,3% do total de propostas identificadas. O MDB apresentou 34 (10,5%), o PDT delineou 31 (9,5%) e o PT, 30 propostas (9,2%). O PSDB indicou 25 (7,7%) e o PSL, 22 (6,8%). Na sequência, encontram-se o PSB com 19 propostas (5,8%), o PSL com 13 (4,0%), o PRTB com 11 (3,4%) e o DEM com 10 (0,3%), conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Quantitativo de propostas para o lazer por representação político-partidária



Fonte: elaborado pelos autores.

Em contrapartida, o SOLIDARIEDADE, PP, PSC, PODE, PV, PSTU, PMB, PATRI, PCdoB, PTC, PR e o PMN, apresentaram o quantitativo inferior a 10 propostas. Um ponto a ser destacado refere-se a única proposta elencada para o lazer pelo PCdoB, tendo em vista que o partido em questão gerenciou a política nacional de esporte e lazer por mais de uma década (2003 a 2015). Tal dado corrobora com o estudo delineado por Palmito et al (2020), no qual os autores apontam que o PCdoB apresentou um número reduzido de pautas para o esporte e lazer nos planos de governo dos vinte maiores municípios baianos durante as eleições municipais de 2016.

No que se refere ao valor relativo das propostas, isto é, o número de propostas por representação político-partidária e unidade federativa, constatou-se que a lógica anterior foi mantida, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - quantitativo de propostas (N) para o lazer por representação político-partidária (RP) e unidade federativa (UF)

RP	UF	N
PSOL	DF	24
	PA	12
	PB	11
	SC	9
	CE	6
	MA	5
	SE	5
	PI	4
	MT	3
	RN	1

	RO	1
	MS	1
	SP	1
	ES	1
	BA	1
Total	15	85
	PB	17
MDB	PA	7
	SC	5
	AL	4
	MS	1
Total	5	34
PDT	RJ	13
	RN	8
	RO	5
	RS	2
	AM	1
	AP	1
	SP	1
Total	7	31
	SC	5
	SP	5
PT	AC	5
	BA	4
	ES	3
	PR	3
	RJ	2
	CE	1
	PA	1
	MS	1
Total	10	30
	RS	6
	RO	5
PSDB	SE	4
	PI	3
	MT	3
	MG	2

	MS	1
	MA	1
Total	8	25
PSL	AP	9
	PI	7
	AC	2
	RO	2
	SC	1
	MA	1
Total	6	22
PSB	AM	5
	ES	4
	SP	3
	PB	2
	AP	2
	TO	2
	PE	1
Total	7	19
PSD	PR	5
	SC	4
	SE	2
	RN	2
Total	4	13
PRTB	BA	9
	RJ	1
	PR	1
Total	3	11
DEM	AP	4
	SE	3
	MT	2
	BA	1
Total	4	10
PP	AC	6
	PR	1
	RR	1
Total	3	8
	SE	2

REDE	TO	2
	BA	1
	MT	1
	PR	1
Total	5	7
SOLID	PI	3
	RN	3
Total	2	6
PSC	RJ	2
	PI	2
	AM	1
Total	3	5
PODE	PI	4
Total	1	4
PV	PB	2
	MS	1
Total	2	3
PMB	RO	3
Total	1	3
PSTU	MA	1
	RO	1
Total	2	2
PTC	AL	1
Total	1	1
PCdoB	MA	1
Total	1	1
PMN	SE	1
Total	1	1
PR	MT	1
Total	1	1
PATRI	SC	1
Total	1	1

Fonte: Dados coletados nos planos de governo. Elaborado pelos autores.

O PSOL-DF apresentou 27 propostas, representando assim, o maior quantitativo dentre os partidos analisados. Na sequência encontra-se o MDB-PB com 17 propostas, o PDT-RJ com 13 propostas e o PSOL-PA e PSOL-PB, respectivamente com 12 e 11 propostas. Os demais partidos apresentaram menos de dez propostas para o lazer por unidade federativa. Diante do exposto observa-se que o PSOL se apresenta como a representação politico-partidária com a maior atenção dada ao lazer no referido processo eleitoral. Por outro lado, o MDB destaca-se com um quantitativo considerável de propostas para o setor em questão.

Para Capella, Brasil e Sudano (2017), o diagnóstico dos problemas e alternativas elencadas pelos partidos políticos serve como base para a compreensão da prioridade dada a uma questão pública. Brasil e Capela (2019), indicam que as variações em relação a atenção dada a determinado tema vão além de questões politico-partidárias e podem acontecer em governos do mesmo partido. Nesta lógica, torna-se necessário examinar a percepção dos problemas e a definição das alternativas para o lazer evidenciadas nos documentos analisados no intuito de ampliar a compreensão acerca da dinâmica política em questão.

A PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS E DEFINIÇÕES DAS ALTERNATIVAS PARA O LAZER NA ARENA POLÍTICA ESTADUAL

Do ponto de vista da percepção dos problemas correlatos ao lazer, os partidos políticos apresentaram posicionamentos difusos e assistemáticos. Alguns partidos reconheceram a necessidade de utilização do referido fenômeno como vetor de desenvolvimento social (PDT-RN; PDT-RJ; PDT-RS; PSB-ES; PMB-RO), enfrentamento a desigualdade social (PSOL-PB; PSOL-PI; PDT-AM; PDT-AP; PDT-RO; PTB-ES), promoção da cidadania (PP-AC; SOLIDARIEDADE-PI), integração social (PSB-SP; PSOL-PB) ou valorização da cultura (PT-SC; PSDB-PI), o que é mais coerente com o Artigo 6 da Constituição.

Por outro lado, uma parte significativa dos partidos incluiu o lazer como eixo estruturante da segurança pública, ou seja, ferramenta de combate a violência (MDB-PA; MDB-SC; PSOL-PI; PSOL-DF; PT-SP; PSL-PI; PSDB-RS; DEM-AP; PSC-AM), mecanismo de combate às drogas (PSOL-ES; PSD-PR); DEM-AP) ou instrumento de desenvolvimento da cultura de paz (PSL-PI; PSB-AP; PSC-AM), o que pode sugerir pautas mais funcionalistas.

Ainda nessa perspectiva, foi recorrente nos planos de governo dos partidos analisados a utilização da educação como espaço de promoção do lazer (PSOL-PB; PSOL-RN; PSOL-MS; PDT-RO; PDT-RJ; PT-SP; PT-PR; PSL-MA; PSL-PI; PSL-AC; PSL-RO; SOLIDARIEDADE-PI) e a perspectiva do lazer enquanto ferramenta de promoção da saúde e qualidade de vida (PT-ES; PT-SC; PSL-AP;

PSDB-RS; PSB-PE; PSB-AM; PSB-ES; PSD-SC; PP-AC; PV-MS; PMB-RO).

Outro ponto a ser considerado refere-se à possibilidade do uso do lazer como fonte de geração de emprego e renda (MDB-SC; PSOL-DF; PDT-RO; PSB-ES) e o desenvolvimento do turismo local (PSD-PR); PTB-ES). Em adição, constatou-se uma menção ao lazer como meio de elevação da autoestima da nação (PRTB-PR). De acordo com Magnani (2015, p. 8), as diversas percepções que permeiam o lazer se apresentam como reflexo da observação e análise de práticas distintas que “[...] adquirem significados distantes dos debates desenvolvidos no âmbito acadêmico”.

No que se refere a definição de alternativas para o lazer, o atendimento à população jovem esteve presente em REDE-BA; REDE-SE; REDE-PR; PSDB-JV; PT-CE; PT-PA; PDT-RN; e MDB-MS. Já PP-AC, REDE-MT e o PSOL-PI, priorizaram o atendimento à infância. Nos estados do Pará, São Paulo e Santa Catarina, o PSOL optou pelo atendimento a população idosa enquanto público-alvo das atividades de lazer. Ao mesmo tempo, os partidos MDB-PA, PSB-TO, PSL-AC e PSL-RO, também delinearão propostas voltadas ao público idoso. Em adição, foi possível identificar propostas para grupos vulneráveis, tais como: mulheres, homossexuais, ribeirinhos e povos indígenas (SOLIDARIEDADE-RN; DEM-BA; DEM-SE; PSDB-MG; PDT-RN; PSOL-MA; PSOL-SC; PRTB-BA; PP-AC).

As atividades de lazer para pessoas com deficiência foram contempladas nos seguintes planos de governos: PV-PB; PSB-TO; PSB-SP; PDT-RN, PDT-RJ, PSOL-PA e o MDB-PB. Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o incentivo ao lazer como promoção social da pessoa com deficiência e a adaptação das instalações desportivas são prerrogativas fundamentais para a materialização do lazer enquanto direito social (BRASIL, 2015). Para Caravage e Oliver (2018), deve-se considerar o modelo de concepção social da deficiência a partir dos marcos legais e necessidades da população, no que se refere ao processo de planejamento da política pública.

Nas propostas para a criação ou manutenção de espaços e equipamentos de lazer pôde-se observar um número significativo de partidos políticos que abordaram a referida pauta (PSOL; MDB; PDT; PT; PSDB; PSL; DEM; PP; PSC; PSTU; PR e PATRI). De acordo com Marcellino (2006), deve-se planejar o acesso aos espaços e equipamentos de lazer com base em ações que proporcionem a manutenção dessas estruturas, a formação de quadros técnicos para a gestão da infraestrutura e a implantação de programas de atividades que estimulem o incentivo a apropriação por parte da população aos espaços em questão.

A maioria das propostas para implantação de programas e projetos de lazer encontra-se relacionada ao PT, PSB, DEM, PSD e o PV. Por outro lado, o PTC delimitou o plano de governo com base no

apoio a atividades de lazer. A ampliação do orçamento e/ou captação de recursos financeiros no setor privado para o desenvolvimento de atividades de lazer tornou-se a principal pauta do PRTB e PMB. As parcerias foram prioridades nos partidos REDE, SOLIDARIEDADE e PMN enquanto o PCdoB e o PODE optaram pelo indicativo de ações de planejamento para a política de lazer.

Ao analisar os dados abordados pode-se verificar a ausência de exploração efetiva dos diversos instrumentos de política que podem ser elencados durante o processo de formação da agenda. Conforme Hood (1986) existem vários instrumentos que podem ser alocados para a provisão de políticas, a saber: nodalidade; autoridade; tesouro; organização. A modalidade diz respeito ao conjunto de informações disponíveis ao governo, permitindo assim o desenvolvimento de campanhas públicas sobre diversos temas. A autoridade condiz com a capacidade do governo em definir regras com efeitos colaterais para diversos grupos, ampliando ou reduzindo a intervenção estatal em determinado setor. O tesouro relaciona-se a competência governamental frente a captação e alocação de recursos financeiros. A organização vincula-se a utilização do aparato institucional do poder executivo na provisão de políticas (HOOD, 1986). A ausência desses instrumentos nas pautas analisadas endossa o apontamento de Palmito et al (2020, p. 143):

A percepção dos problemas e definição das alternativas para o esporte e lazer por parte das representações

político-partidárias não apresenta relação significativa com o conjunto de informações que permeiam a dinâmica da política pública.

Ao mesmo tempo, as alternativas ora apresentadas corroboram com o conceito de “presença ausente” delineado por Starepravo e Barnabé (2018). Os autores apontam que apesar da inserção do termo na estrutura institucional dos municípios e Estados brasileiros não existe uma política efetiva voltada ao lazer. Para Britto (2017, p. 76), muitas vezes a política pública de lazer não é efetiva tendo em vista que “o discurso não condiz com a realidade observável. Isso ocorre porque geralmente as políticas públicas que contemplam o lazer facilitam a realização de outros objetivos na gestão do governo”.

Ao levar em consideração os dados supracitados, acredita-se que a definição dos problemas e a definição das alternativas para o lazer encontram-se vinculadas aos valores e crenças dos candidatos que concorreram ao pleito eleitoral abordado. Ao mesmo tempo, evidencia-se a falta de articulação político-partidária no que se refere ao processo de elaboração das propostas para o setor, caracterizando assim, um panorama difuso e assistemático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a atenção dada ao lazer na arena política estadual de 2018 pode-se concluir que diversas representações político-partidárias elencaram propostas para o fenômeno em questão, dentre

elas, destacam-se o PSOL e o MDB com o maior quantitativo absoluto e relativo de pautas.

A percepção do lazer encontra-se relacionada a utilização do fenômeno enquanto ferramenta auxiliar do processo de atendimento às diversas demandas sociais vigentes, tais como: enfrentamento a violência; combate as drogas; geração de emprego e renda; elevação da autoestima da nação; entre outras. No que diz respeito a definição das alternativas, as pautas foram correlatas a criação e/ou manutenção de espaços e equipamentos de lazer como pauta central dos planos de governo. Além disso, os programas e projetos de lazer ocuparam uma parte significativa da plataforma eleitoral. Por outro lado, verificamos poucas ações relacionadas ao financiamento das atividades de lazer ou a formação dos agentes inseridos no referido contexto.

A análise da atenção dada ao lazer com base nas prioridades elencadas na arena política torna-se um desafio para os pesquisadores da política pública da área, ao considerar o grau de abstração das propostas coletadas, dificultando assim, o processo de análise dos dados. Além disso, percebe-se a carência de produções científicas que utilizam os pressupostos teóricos oriundos da Ciência Política enquanto referencial de análise, limitando assim, uma discussão teórica mais aprofundada sobre o objeto de estudo. Neste contexto, sugerimos o desenvolvimento de novas pesquisas na área com vistas a compreensão do processo de formação da agenda governamental para

o lazer seja complementada por aquilo que, realmente, os candidatos eleitos efetivam durante a gestão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, nº 4, p. 73-92, out/dez, 2010.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **The politics of information: Problem definition and the course of public policy in America**. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2015.

BAUMGARTNER, F. R., & JONES, B. D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília, 2005.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidades em políticas públicas no período de 2013 a 2014. São Paulo: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019.

CANAN, F.; SILVA, T. D.; STAREPRAVO, F. A. **O esporte nas eleições 2018**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2019.

CAPELLA, A. C. N., BRASIL, F. G., & SUDANO, A. C. P. G. O estudo da agenda governamental: reflexões metodológicas e indicativos para pesquisas. **Anais** do 39 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Brasil, 2015.

BRITTO, G. A. P. **Políticas públicas de lazer**: discutindo a construção in: Azevedo, P. A.; Bramante, A. C. *Gestão estratégica das experiências de lazer*. Curitiba: editora appris, 2017.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v.24, n.3, jul/set, 2018.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. (1971). The politics of agenda-building: an alternative perspective for Modern Democratic Theory. **Journal of Politics**, v. 33, n. 4, p. 892-915/1971.

DEARING, J. W.; ROGERS, E. M. **Agenda-Setting**. Thousand Oaks: SAGE, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOD, C. C. **The Tools of Government**. Chatham: Chatham House Publishers, 1986.

MAGNANI, J. G. C. **O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo**. In Gomes, C. L.; Isayama, H. F. (orgs.), *O Direito Social ao Lazer no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MARCELINNO, N. C. **O lazer e os espaços na Cidade**. LINHALES, M.; ISAYAMA, H (Orgs.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MADEIRA, R.M.; TAROUCO G.S. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Ciências Sociais**, v.8, n.15, p.1-25, 2011.

PALMITO, F. S. ET AL. A atenção dada ao esporte e lazer na arena política: um estudo sobre os vinte maiores municípios baianos. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte**, v.5, n.1, p.130-146, 2020.

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a General Theory of Planning. **Policy Sciences**, v. 4, p.155-169, 1973.

ROCHERFORT, D. A.; COBB, R. W. **The politics of problem definition**: Shaping the policy agenda. University Press of Kansas, 1994.

STONE, D. A. **Policy paradox**: the art of political decision making. Nova York: Norton & Company, 2002.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer E. **The Semisovereign People**: A Realist's View of Democracy in America. Wadsworth Thomson Learning, 1975.

STAREPRAVO, F. A.; BERNABÉ, A. P. **Lazer e políticas públicas no século XXI**. In: Junior Vagner Pereira da Silva; Wagner Wey Moreira. (Org.). Lazer e Esporte no século XXI: novidades no horizonte?. 1ed.Curitiba: InterSaberes, v. 1, p. 125-154, 2018.

LAZER, SOCIABILIDADE E PROMOÇÃO DA SAÚDE: A GINÁSTICA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

Caroline Giolo-Melo; Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Um dos mais marcantes lugares-comuns que tem justificado a presença recorrente da atividade física nos estudos acadêmicos e nas práticas sociais, diz respeito à utilidade do exercício físico na melhoria da saúde das populações, nesse sentido, o lugar-comum mais utilizado é o da mente sã em um corpo sã, apresentado por versões mais recentes como a promoção da saúde por meio da informação ou da produção de estilos de vida ativos e saudáveis baseados na prática da atividade física, conforme relatado por Gomes (2013).

Também é importante ressaltar que um estilo de vida fisicamente ativo acarreta um equilíbrio físico e mental muito importante para o organismo, o que influencia diretamente a qualidade de vida do indivíduo. Segundo Costa, Bottcher e Kokubun (2014, p. 25), “há evidências de que o aumento da Atividade Física (AF) promove benefícios relacionados à saúde”.

Assim, diante do conhecimento de tais benefícios, pode-se dizer que o maior desafio relaciona-se a encontrar estratégias para que

mais pessoas tenham acesso a um comportamento ativo. Nessa perspectiva, as políticas públicas de esporte e lazer configuram-se como primordiais para garantir o acesso da população em geral aos programas de atividades físicas orientadas e aos equipamentos públicos que possibilitem sua prática de forma autônoma, como ciclovia, pista de caminhada, academia ao ar livre e parques.

Da mesma forma, pode-se dizer que atualmente cada vez mais pessoas têm buscado a prática de atividade física em seu tempo livre, como forma de lazer, dado que a participação nestas práticas em grupo também apresenta importância no campo das relações sociais, visto que estes se constituem espaços de sociabilização, nos quais ocorrem às relações interpessoais entre os alunos, e a aula torna-se um momento de encontro e trocas, sendo cada vez mais procurados pela sensação de prazer e bem-estar que proporcionam, influenciando positivamente na qualidade de vida do indivíduo. Carvalho (2001, p. 11) afirma que “[...] não podemos esquecer que a saúde como conceito também estaria fundamentada nas ciências humanas e sociais”. Dessa forma, de acordo com Batista, Ribeiro e Nunes Junior (2012, p. 14):

Quando elegemos uma prática de lazer, elegemos, na verdade, experiências que nos sejam agradáveis e mais adequadas ao uso de nosso tempo livre. A escolha de uma determinada vivência alcança não somente benefícios biológicos (de condicionamento físico, regulação e fortalecimento de sistemas metabólicos etc.), mas interfere também em outros determinantes sociais (sociabilidades, uso equilibrado do tempo,

acesso à cultura etc.), que, certamente, desencadearão resultados na manutenção da saúde como um todo.

Embora o lazer seja um conceito complexo com diferentes perspectivas, também está relacionado com esporte ou atividade física, e ao considerar que a análise das suas diversas concepções recorrentes à área de estudos da Educação Física é uma tarefa complexa, não se pretende, neste capítulo, aprofundar-se sobre tais concepções, mas sim, refletir sobre a influência do lazer na qualidade de vida dos indivíduos e conseqüentemente em melhorias na saúde física e mental, ao caracterizá-lo como um dispositivo para promoção da saúde.

Atualmente, pode-se dizer que o lazer concorre com o espaço e o ritmo de vida cotidiana dos indivíduos. As pessoas se veem confrontadas com um tempo que precisam ocupar utilmente. Nesse ponto de vista, o lazer surge como uma importante faceta, para compensação das necessidades sociais, ou seja, como espaço de sociabilização. Segundo Mota (2001, p. 124):

Deste modo o espaço de lazer pode ser associado a um conteúdo que é livremente orientado para realização da pessoa, encaminhando-se no sentido de auto-realização, isto é, os indivíduos querem ter a capacidade de moldar a sua existência de modo a explorarem, desenvolverem e utilizarem as suas capacidades, valores e interesses.

Conforme descrito por Mota (2001), a atividade física enquanto fenômeno orientado para realização do sujeito parece ser um domínio no qual a sociedade tem obtido maior conscientização, assim, ela tem sido associada aquilo que é favorável e condizente com os

aspectos mais elevados do nível de qualidade de vida do indivíduo, ou seja, seu bem-estar. O autor também afirma que na sociedade contemporânea há uma ligação muito marcada entre atividade física e lazer, ou de uma cultura do corpo nas atividades do lazer, o que não pode ser dissociado de outro fator ou conceito que é a saúde, assim como o conjunto de referências de qualidade de vida e bem-estar, que lhe estão associados.

Em relação ao Lazer, o mesmo apresentou-se como direito social, pela primeira vez, na constituição de 1988 e segundo Cury e Zingoni (2006), direito social significa um investimento, assegurado pelo Estado, com o intuito de reduzir progressivamente as desigualdades, controlar os excessos dos interesses privados e dar oportunidades a todos de acesso a determinados bens sociais indispensáveis a uma vida digna e a uma participação cívica consciente, assim, o lazer torna-se uma dessas prestações sociais a que o Estado está obrigado e que representa um bem social imprescindível, por isso, tê-lo como direito é um grande avanço social.

Portanto, o lazer é um direito social garantido constitucionalmente no Brasil e um fator necessário à concretização da cidadania plena, de acordo com Amaral (2003, p. 35):

O lazer também apareceu, pela primeira vez, na constituição de 1988. No Capítulo II, dos direitos sociais, o artigo 6º diz que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à

maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” [...]. No Título VIII, Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção III, do Desporto, o lazer é tratado no artigo 217 da seguinte forma: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um observado: [...] IV § 3º o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.” [...]

A Constituição reforça a ligação do lazer ao desporto, entretanto o lazer não tem sido objeto da ação do Estado brasileiro por meio de políticas públicas consolidadas, mas apenas dos governos, ou seja, de políticas governamentais. Assim, as ações e os projetos podem não ter continuidade, uma vez que a cada troca de governo são definidas prioridades, e este corre o risco de não estar entre elas. De acordo com Pacheco (2009, p. 78-79):

A apropriação do lazer ocorre sem que o Estado garanta minimamente o acesso a ele como direito social. A pouca eficácia da intervenção do Estado ajuda a perpetuar, manter ou ampliar as desigualdades no acesso aos diversos interesses culturais no lazer.

Dessa forma, fica claro que desde que o lazer passou a ser contemplado como direito social, não foi criado um sistema nacional que o garanta como tal, por isso é importante investir em políticas públicas no âmbito de projetos efetivos e consolidados, a fim de garantir a continuidade das ações e assegurar o lazer da população, uma vez que políticas públicas, enquanto políticas de Estado, referem-se a políticas voltadas à população e que obedecem aos princípios

democráticos e constitucionais, e políticas governamentais são relativas à posição política do partido que governa, e podem sofrer mudanças conforme troca-se o governo de um estado ou do país.

Nesse contexto, as políticas públicas municipais de esporte e lazer surgem como mecanismos para suprir esta necessidade. Entretanto, estas não podem ser excludentes nem se resumirem a eventos isolados de lazer ou direcionados apenas à constituição de calendários de competições esportivas, as quais atendem apenas uma minoria da sociedade, e em relação ao termo “política pública”, recorre-se a Amaral (2004, p. 183):

[...] podemos conceituar política pública como toda atividade política que tem como objeto específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. A princípio, entendeu-se que esta ação se dava prioritariamente direcionada as classes menos favorecidas da sociedade, contudo, a partir da forma intervencionista assumida pelo Estado, foi possível interpretá-las como políticas pensadas para atingir todas as camadas sociais. Obviamente, há modelos de Estado que tendem ao liberalismo e outros que tendem a um Estado mais coletivista e socializante.

Segundo Sawitzki (2012), as políticas públicas para esporte e lazer nos municípios são uma dentre as várias políticas sociais que um governo municipal tem a responsabilidade de garantir aos seus cidadãos, desse modo, pensá-las leva à reflexão sobre formas do governo municipal garantir seu acesso, bem como a permanência de

toda população em programas efetivos de esporte e lazer nas suas diferentes manifestações, considerando-se a realidade socioeconômica, a infraestrutura disponível, os equipamentos públicos existentes e os recursos humanos, em termos de pessoal qualificado.

Sawitzki (2012) também acrescenta que a garantia do oferecimento da prática esportiva e do lazer ao cidadão é dever do poder público e necessita ser propiciado por meio de políticas públicas sociais e ações concretas que possam assegurar as condições mínimas de acesso e permanência em programas efetivos de esporte e lazer, nesse sentido, não só se democratizam os espaços públicos, mas também se estimula a sociedade ao envolvimento nas práticas de esporte e lazer.

Dessa forma, também é importante mencionar que para um programa ser considerado efetivo uma das vertentes a serem consideradas é a questão da adesão e da permanência dos alunos, desse modo, é necessário que estes se sintam motivados a continuarem a prática, o que também se relaciona ao significado daquela intervenção para o praticante, já que a motivação para o ingresso e a permanência em um projeto de atividade física configura-se como primordial, uma vez que esta representa o impulso que faz com que as pessoas ajam para atingir seus objetivos, envolvendo fenômenos emocionais, biológicos e sociais e é um processo responsável por iniciar, direcionar e manter comportamentos relacionados com o

cumprimento de objetivos, e ocorre quando a prática possui um significado positivo para o indivíduo.

Nessa perspectiva, é necessário relatar que o estudo que originou este capítulo foi realizado em dois grupos de ginástica da Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Valinhos – SP, os quais pertencem a um projeto consolidado de política pública municipal, que existe há trinta anos e possui baixa rotatividade de alunas, sendo que, nesse momento, o objetivo principal é caracterizar o significado da participação destas nos grupos de ginástica e como isso se relaciona com os critérios de permanência das mesmas durante anos no projeto, uma vez que corresponde a uma das vertentes de um estudo mais complexo apresentado na dissertação intitulada: “Política pública e qualidade de vida: um estudo sobre os grupos de ginástica da Prefeitura Municipal de Valinhos – SP” (MELO, 2019).

Como recurso metodológico, utilizou-se a técnica de grupo focal e realizou-se uma sessão em duas turmas selecionadas utilizando-se o critério de classe social em situações inversas, pois embora as aulas sejam iguais e os grupos conduzidos da mesma forma, os dois selecionados apresentavam características socioeconômicas diferentes, o que poderia facilitar a identificação de pontos convergentes e divergentes entre as alunas e sua relação com o contexto. Participaram das sessões 20 alunas, na faixa etária de 44 a 65 anos.

Durante cada sessão de grupo focal, utilizou-se um roteiro pré-estabelecido como esquema norteador, com as principais informações para facilitar o andamento da coleta de dados, bem como orientações práticas para a sua execução, a qual foi conduzida por quatro pesquisadores nas funções: mediador 1, mediador 2, relator e operador de gravação e as sessões foram gravadas e posteriormente transcritas de forma literal, garantindo a fidedignidade dos dados.

Sobre os grupos de ginástica, é importante relatar que atuam nesta modalidade quatro professoras de Educação Física concursadas, as quais realizam cerca de oitocentos atendimentos por semana em vinte grupos distintos, e que para ingressar é necessário ser moradora da cidade de Valinhos, do sexo feminino, com idade entre 18 e 59 anos e apresentar o atestado médico liberando para prática de atividade física, sendo que também existem outras modalidades para as demais faixas etárias e se a aluna estiver frequentando quando completar 60 anos poderá continuar no grupo.

As aulas acontecem duas vezes por semana, com duração de uma hora cada, em pontos públicos específicos da cidade, sendo que o intuito é que a aluna realize a aula no seu próprio bairro ou em algum vizinho, mas sempre próximo de casa, evitando que estas necessitem de meios de transporte e estimulando o deslocamento a pé. Assim, apenas o professor se desloca até o local, possibilitando maior adesão e menor absenteísmo. As intervenções compreendem exercícios físicos localizados, aeróbicos, funcionais, circuitos, alongamento e

flexibilidade. Também são realizadas aulas temáticas e comemorativas, festa junina, confraternização de final de ano e excursões, sempre com grande adesão.

As aulas são frequentadas principalmente por donas de casa, e algo muito marcante nos grupos de forma geral é a ideia de que o momento de prática de atividade física torna-se uma oportunidade para estar e conversar com outras pessoas, fazer amizades, sair de casa sem a família, trocar informações, obter ajuda e amparo, dispor de um tempo livre e pertencer a um grupo.

Nesse ponto, entender o significado para as alunas de Valinhos da sua participação no grupo de ginástica permite entender aspectos motivacionais da permanência e a baixa rotatividade nesta modalidade enquanto política pública municipal. Assim, durante a sessão do grupo focal em ambos os bairros, Bairro A menos favorecido economicamente e Bairro B mais favorecido economicamente, entre outras questões, o mediador solicitou que cada aluna explicasse o que significa para ela participar do seu grupo de ginástica.

Em relação ao tempo de permanência no grupo, no Bairro A variou entre cinco meses e 30 anos e as respostas individuais das alunas encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1: Tempo de permanência e significado da participação no grupo de ginástica para as alunas do Bairro A. (continua)

ALUNA	PERMANÊNCIA	SIGNIFICADO
1	2 anos	O grupo significa uma família e representa tudo para a aluna
2	5 meses	Sentir-se melhor fisicamente e psicologicamente, possibilidade de sair de casa e fazer amizades
3	5 meses	O grupo significa uma família
4	7,5 anos	Não houve resposta (aluna precisou sair mais cedo)
5	12 anos	Representa tudo para a aluna, um momento de descontração e possibilidade de encontrar as amigas
6	30 anos	O grupo significa uma família e representa tudo para a aluna
7	30 anos	Possibilidade de participar de um grupo onde se sente bem, ter amigos, divertir-se e poder sair de casa
8	2 anos	Possibilidade de sair de casa e fazer novas amizades
9	5 anos	Possibilidade de cuidar da saúde e encontrar as amigas
10	3 anos	Cuidar da saúde e sentir menos timidez para interagir com outras

		peças
11	2 anos	O grupo significa uma família
12	4 anos	Felicidade por poder conversar com outras pessoas, momento de dar risada, divertir-se e aprender coisas novas

Fonte: Melo (2019). Elaboração própria.

Analisando-se as respostas individuais, foi possível verificar que as principais foram: que o grupo significa uma família (quatro alunas) e que o grupo significa tudo na vida da aluna (três respostas).

Também ocorreram duas respostas para os seguintes significados:

- Possibilidade de sair de casa;
- Fazer amizades;
- Encontrar as amigas;
- Divertir-se;
- Cuidar da saúde.

E apenas uma resposta para os significados:

- Sentir-se melhor fisicamente e psicologicamente;
- Momento de descontração;
- Possibilidade de participar de um grupo;
- Ter amigos;

- Sentir menos timidez para interagir com outras pessoas;
- Felicidade por poder conversar com outras pessoas;
- Momento de dar risada;
- Aprender coisas novas.

Em relação ao Bairro B, o tempo de permanência variou entre 3 e 24 anos, e as respostas individuais das alunas encontram-se na Tabela 2:

Tabela 2: Tempo de permanência e significado da participação no grupo de ginástica para as alunas do Bairro B. (continua)

ALUNA	PERMANÊNCIA	SIGNIFICADO
13	23 anos	Espaço de trocas e sociabilização entre as alunas
14	3 anos	Possibilidade de se aproximar do "eu interior", da própria vida e do emocional
15	6 anos	Sociabilização e possibilidade de conhecer pessoas diferentes e gostar delas
16	2 anos	Convivência, momento de encontrar as outras alunas, de aliviar o estresse e de "ocupar a cabeça"

17	21 anos	Significa muito, por causa das amigas e de tudo que acontece nas aulas, por exemplo, as viagens, o que acarreta a significar saúde também
18	21 anos	Uma família, já faz parte da vida da aluna, a qual não consegue mais viver sem participar do grupo de ginástica, como se já fizesse parte do “eu” dela
19	5 anos	Não existe coisa melhor
20	24 anos	É muito bom, porque as alunas e a professora são legais e melhorou muito a depressão

Fonte: Melo (2019). Elaboração própria.

Analisando-se as respostas individuais, foi possível verificar que a principal, citada por quatro alunas, é que a participação no grupo de ginástica significa um momento de trocas, de sociabilização entre as alunas, e que isso ajuda na promoção da saúde, especialmente a psicológica, como mencionou a Aluna 20 que apresentou melhora no quadro depressivo por participar do grupo.

Também ocorreu apenas uma resposta para:

- Possibilidade de conhecer pessoas diferentes e gostar delas;

- Momento de encontrar as outras alunas;
- Aliviar o estresse;
- "Ocupar a cabeça";
- Significa muito, por causa das amigas e de tudo que acontece nas aulas, como as viagens;
- Saúde;
- Uma família;
- Já faz parte da vida da aluna, a qual não consegue mais viver sem participar do grupo de ginástica;
- Não existe coisa melhor;
- É muito bom, porque as alunas e a professora são legais e melhorou da depressão;
- Possibilidade de se aproximar do "eu interior", da própria vida e do emocional.

Comparando-se os dois bairros, pode-se dizer que o principal significado para as alunas de ginástica do Bairro A é que o grupo representa uma família e para as alunas de ginástica do Bairro B, um momento de sociabilização, e em ambos os grupos, o seu significado para as praticantes influencia positivamente na qualidade de vida, por meio dos benefícios psicológicos e sociais proporcionados pela prática de atividade física orientada em grupo, e a sensação de bem estar que proporcionam estão diretamente relacionados aos motivos de permanência, e ao convite para que mulheres próximas também

participarem, e ao corroborar com este ponto de vista, Rodrigues e Fernandes (2016, p. 221) afirmam:

Para além da saúde física, pode-se afirmar que as motivações para a prática de atividades físicas envolvem o convívio diário possibilitado pelas novas relações de coleguismo e até mesmo de amizades concretizadas ao longo das atividades e busca pelo bem estar, por novos conhecimentos e pela perspectiva de melhorar a qualidade de vida através dos vínculos estabelecidos e das experiências compartilhadas.

Dessa forma, mesmo que as diferenças socioeconômicas possam refletir nas oportunidades de vivências em atividade física desde a infância até o momento atual, pode-se perceber que os motivos de permanência foram similares nos dois grupos, também se observou a necessidade das participantes de falar sobre episódios da vida que não estavam previstos no roteiro, portanto, por intermédio desta pesquisa, foi possível criar um espaço de acolhimento e dar voz para estas mulheres, o que também demonstra grande intimidade e cumplicidade entre elas, bem como, em relação aos motivos de adesão, durante a sessão do grupo focal foi possível verificar que em ambos os bairros esta ocorreu prioritariamente por indicação de alunas praticantes, sejam elas parentes, amigas ou vizinhas, e por indicação médica.

Durante a conversa, as alunas também demonstraram que ao começar a frequentar as aulas de ginástica seus objetivos iniciais foram contemplados, e que elas depararam-se com uma nova

realidade, a de pertencimento a um grupo e do momento aula de ginástica enquanto um espaço de sociabilização. Para elas, o grupo tornou-se uma oportunidade para sair de casa, fazer amizades, encontrar as amigas, conversar, descontraí-las, ter aporte social, entre outros, o que ocasionou a baixa rotatividade nas turmas e a permanência das mesmas por muitos anos, independente da sua classe social.

Outro ponto observado durante as falas, é que a aula de ginástica representa uma modalidade de atividade física, mas que possui uma dimensão lúdica, significando também um momento de lazer para as praticantes e uma modalidade mediante a qual algumas delas, principalmente por meio da sociabilidade apresentada acima, encaram sua vida cotidiana e valores humanos, como por exemplo, aprender a respeitar as diferenças. Como apresentado por Magnani e Spaggiari (2018, p. 32):

[...] reconhecendo o propósito subjacente à ideia de “lazer como necessidade humana e dimensão da cultura” – que é sair do esquema usual – e em diálogo com tal esforço, propõe-se incorporar essa acepção algo generalista em outra, intermediária: “modos de vida”. Em contextos específicos na metrópole, determinadas práticas podem ser subsumidas em arranjos mais abrangentes: é possível, por exemplo, considerar o skate como uma prática lúdica ou esportiva, mas também como uma modalidade por meio da qual alguns de seus praticantes encaram a vida, seu cotidiano e seus valores; o mesmo pode ser dito do futebol de várzea, na periferia: em alguns casos envolve os familiares de seus praticantes, modifica rotinas familiares e, por meio de

trajetos, institui circuitos na paisagem urbana; e assim por diante.

A relação da aula de ginástica com o momento de lazer foi ressaltada nos significados desta prática para as alunas, em falas como: possibilidade de sair de casa, divertir-se durante as aulas, encontrarem as amigas, momento de descontração e de dar risada, que para algumas delas corresponde à única possibilidade. Nessa acepção, o lazer é apresentado por elas como uma necessidade humana, para qual descobriram uma oportunidade de suprimento mediante sua participação nas aulas. Aliado ao fato de que este momento de lazer acarreta benefícios na qualidade de vida das praticantes, o que justifica a sua perspectiva enquanto um dispositivo de promoção da saúde neste estudo, e segundo Mascarenhas, Melo e Fagundes (2012, p. 992):

Promover a saúde constitui um desafio, pois sua abrangência de ação é maior que o campo específico da saúde e envolve uma combinação de estratégias, a saber: ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais. Para isso, é essencial a responsabilidade conjunta dos sujeitos implicados no processo saúde – doença - cuidado, seja na identificação dos problemas, seja nas soluções propostas para os mesmos, o que demanda uma ação coordenada entre todas as partes envolvidas.

Dessa forma, uma vez que os problemas psicológicos são cada vez mais frequentes na sociedade atual, é importante ressaltar que esta interface do lazer relacionada à atividade física representa

uma realidade cada vez mais solicitada na Educação Física, o que acarreta aos profissionais da área a necessidade de reflexão sobre suas práticas, atentando a esta perspectiva de inovação, do lazer enquanto um dispositivo de promoção da saúde, por intermédio dos benefícios psicossociais da atividade física.

Mostra-se também necessário investir no planejamento urbano, com o intuito de melhorar ou ampliar o número de equipamentos públicos de esportes e lazer, para garantir maior acesso da população na realização de práticas autônomas e consequente ampliação das ações de promoção da saúde.

Para finalizar, é importante ressaltar que por meio deste estudo, foi possível verificar que a política pública municipal apresentada neste capítulo configura-se como consolidada, efetiva e democrática. Assim, pode servir de exemplo para criação de políticas públicas em outros locais, no entanto, não se deve esquecer que estas necessitam ser avaliadas e aprimoradas periodicamente, mesmo que sejam efetivas, pois sempre há ajustes e mudanças que podem ser realizadas para aprimorá-las e garantir o melhor atendimento possível aos munícipes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. F. Políticas **públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. 2003. 192 f. Tese

(Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, cap. 39, p. 18 –185.

BATISTA, J. C.; RIBEIRO, O. C. F.; NUNES JUNIOR, P. C. Lazer e promoção de saúde: uma aproximação conveniente. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n.2, p. 1-16, jun.2012.

CARVALHO, Y. M. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 9-21, jan. 2001.

COSTA, B. V.; BOTTCHER, L. B.; KOKUBUN, E. Aderência a um programa de atividade física e fatores associados. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 25-36, jan./mar. 2009.

CURY, C.R.J.; ZINGONI, P. **Lazer e cidadania**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, R. M. A política da vida e a saúde. In: FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. (Orgs.). **As práticas corporais no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 52-82.

MAGNANI, J. G. C.; SPAGGIARI, E. (Orgs.). **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições SESC, 2018.

MASCARENHAS, N.B.; MELO, C. M. M.; FAGUNDES, N. C. Produção do conhecimento sobre promoção da saúde e prática da enfermeira na Atenção Primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, p. 6, p. 991-999, nov./dez. 2012.

MELO, C. G. **Política pública e qualidade de vida**: um estudo sobre os grupos de ginástica da Prefeitura Municipal de Valinhos - SP. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOTA, J. Actividade física e lazer: contextos actuais e idéias futuras. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 1, n.1, p. 124-129, jan. 2001.

PACHECO, R. T. B. **O espetáculo da educação**: os Centros Educacionais Unificados do município de São Paulo como espaços públicos de lazer. 2009. 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, J. P.; FERNANDES, C. A. Lazer e sociabilidade: sobre as memórias e motivações de idosos participantes de uma experiência de educação não formal na Zona Leste da cidade de São Paulo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 201–225, dez. 2016.

SAWITZKI, R. L. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 1–16, mar. 2012.

BLOCO 4

INTERVENÇÕES ENTRE A

RECREAÇÃO E A EDUCAÇÃO

DO LAZER

MARATONA RECREATIVA: CONTRIBUIÇÃO DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA NA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA EM PERNAMBUCO

Karlla Giselle Coelho Farias da Silva; José Morais Souto Filho

O ser humano é dotado de grande variedade de habilidades cognitivas, deste modo a definição tradicional de inteligência baseada na teoria psicométrica (teste QI) já não define o conceito atual de inteligência individual. Conforme apontam os estudos de Gardner (Gardner & Hatch, 1989, Armstrong, 2009) a inteligência humana é composta por diversas vertentes, cada uma de igual valor e importância. Estas linhas expõem precisamente que tipo de inteligência é mais expressa ou mais característica em cada indivíduo encontrando-se presente com maior ou menor pronunciamento no cérebro de todos os seres humanos (Travassos, 2001).

A teoria das inteligências múltiplas foi desenvolvida em 1980 por um grupo de pesquisadores americanos liderado por Howard Gardner, da universidade de Harvard, impactou fortemente o mundo da educação e recebeu reações divergentes da comunidade científica

(Brualdi Timmins, 1996). Alguns psicólogos acreditavam que o conceito de inteligência não era unânime e não suportado pelas provas empíricas, outros apontavam que a teoria das inteligências múltiplas era atrativa, pois sugeria que todos podem ser inteligentes de alguma forma, o que deixaria o estudo do tema tendencioso (Shearer and Karanian, 2017).

A compreensão do perfil de inteligência individual facilita, por exemplo, a elaboração de estratégias metodológicas para o processo de ensino aprendizagem em idade escolar de forma mais efetiva e significativa, além de contribuir para o comportamento na vida social. As potencialidades apontadas por eles em cada inteligência são uma base oportuna para a compreensão do perfil e comportamento de crianças e jovens em idade escolar.

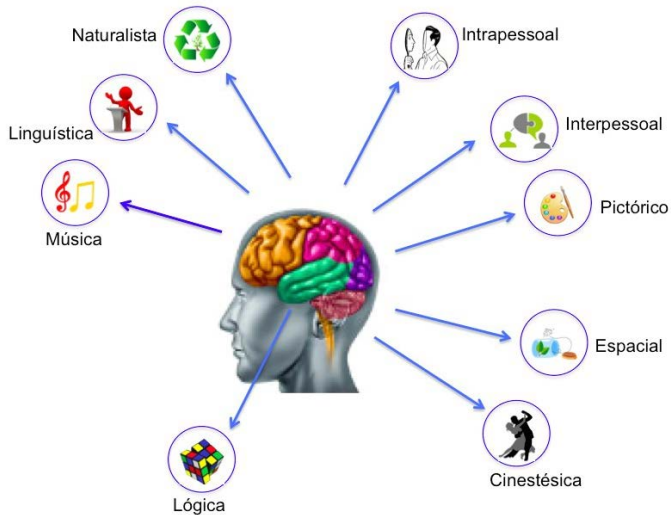
O lúdico vem sendo instrumento frequentemente utilizado no processo de ensino aprendizagem, sobretudo na educação básica (Hedges, 2000, Thomas *et al.*, 2011). Cada vez mais recorrente como estratégia educacional, consente aos indivíduos experiências que perpassam pela essência do ser e auxilia nas questões humanas do sentir, do fazer, do estar, do ser coletivo e da co-responsabilidade social, corroborando para a inclusão de temáticas transversais tão importantes na educação infantil e de jovens (Bastos, 2010). Assim, tanto quanto é relevante aprender conteúdos disciplinares matemáticos, gramaticais e históricos, devem ser reforçados os meios

simplórios de abordagens para oportunizar que tal aprendizagem e formação integral do sujeito seja consistente, porém amena.

Esta metodologia permite descomplicar o processo de alfabetização assim como a aquisição de conhecimentos plurais, visto que a partir de proposições lúdicas é possível alcançar valiosos conhecimentos que colaboram positivamente para a relação das pessoas entre si e com o ambiente, permitindo ao indivíduo se conectar com o mundo e exteriorizar seus sentimentos, seus anseios, seus instintos, característicos da sua cultura com seus conteúdos éticos, morais, psicológicos, entre outros (Silva, Pires Junior e Fortunato, 2016).

Gardner e seus colaboradores descreveram nove tipos de inteligências nos seres humanos (Brualdi, 1998) que podem ser relacionadas com áreas mais abrangentes do intelecto em benefício da vida em sociedade, sendo elas classificadas em: linguística; lógico-matemática; espacial; pictórica; musical; corporal sinestésica; naturalista; interpessoal e intrapessoal (**figura 1**).

Figura 1. Área do cérebro que comanda cada inteligência.



Fonte: Autoria própria.

Inteligência Lógico Matemática: trata-se da capacidade de avaliar e solucionar abstrações e relações de princípios numéricos e matemáticos (Niroo *et al.*, 2012).

Inteligência Linguística: caracteriza-se pelo gosto e habilidade da expressão oral (Yogatama *et al.*, 2019).

Inteligência Musical: Capacidade inata para compor, executar músicas e discernir ritmos (Sheoran *et al.*, 2019b).

Inteligência Espacial: A capacidade de compreender o mundo visual (Riastuti *et al.*, 2017).

Corporal-cinestésica: Sinfonia do movimento do corpo e percepção do seu entorno por meio do tato são evidências (Arulselvi, 2018).

Inteligência Intrapessoal: O autoconhecimento e a capacidade da autodeterminação são as características principais (Sholikhati and Saputro, 2017).

Inteligência Interpessoal: Capacidade de empatia desenvolvida e demonstrada pelo indivíduo, e pode se correlacionar com as ações voltadas para a compreensão do significado da inclusão e compreensão das necessidades do outro, preceito crucial à convivência harmônica em sociedade (Lai *et al.*, 2017).

Inteligência Naturalista: Trata-se da afinidade com os objetos e fenômenos de padrões naturais (Sheoran *et al.*, 2019a).

Inteligência Pictórica: Alta sensibilidade para os aspectos que envolvem artes plásticas, pinturas e cores (Rodríguez Gómez, 2018).

Para a criança como para o jovem, a adequação de um meio de aprendizagem propício ao estágio cognitivo no qual se encontra, centrado na pessoa e nas suas individualidades, favorece a maior interação afetivo-social, a expressão da criatividade, e torna este processo mais divertido e significativo.

Deste modo, discutir os efeitos das estratégias e metodologias que têm por base o lúdico como instrumento de auxílio no ensinamento holístico das crianças e jovens, pode ser um caminho viável no avanço do conhecimento, na formação profissional e na

proposta de medidas alternativas para simplificar problemas de aprendizagem e de relacionamento interpessoal no ambiente escolar.

É nesta perspectiva do potencial educativo através do lúdico contido na elaboração, no desenvolvimento e na aplicação dos jogos e brincadeiras vivenciados que se torna notável a robustez do projeto Maratona Recreativa.

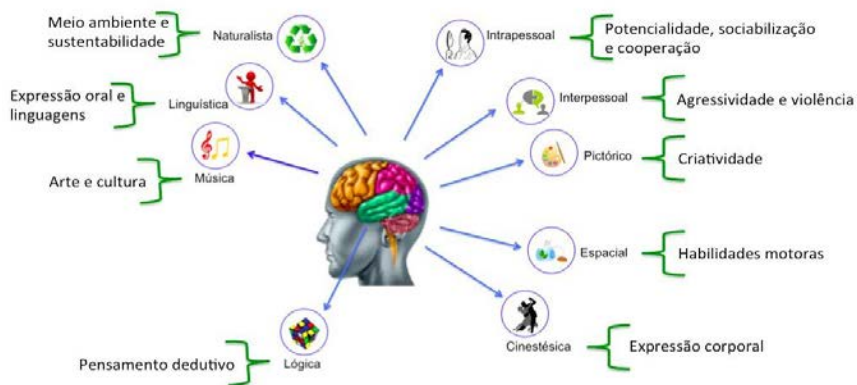
ATUAÇÃO DA RECREAÇÃO DO SESC PERNAMBUCO COM O MARATONA RECREATIVA

O SESC Pernambuco presta serviço à população desde 1947 e dispõe de três tipos de instalações (Unidades Executivas, SESC Ler e Centros de Turismo e Lazer) espalhados em 15 cidades do estado (Souto Filho and Apolinário, 2018). Estas instalações apresentam uma vocação específica nas ações direcionadas à comunidade local, permitindo que as mesmas tenham abrangência por todo estado (Região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão). Embora cada unidade possua uma atuação característica, a Atividade Recreação desenvolve ações no campo do lazer com diferentes projetos comuns elaborados dentro do princípio da unicidade, respeitando as características locais onde as mesmas estão inseridas.

Por acreditar na educação inclusiva, democrática e que respeita a diversidade de potencialidades apresentadas pelos indivíduos, o projeto Maratona Recreativa estima provocar um ambiente onde não

se almeja enquadrar as pessoas, contudo explora e valoriza de forma lúdica suas características e experiências cognitivas, físicas e afetivas, a fim de desenvolver transversalmente às atividades lúdicas, aspectos biopsicossociais contidos em abordagens temáticas como: a) expressão corporal; b) habilidades motoras; c) criatividade; d) mediação de conflitos em torno da agressividade e violência; e) sociabilização; f) potencialidades individuais e de cooperação; g) meio ambiente e sustentabilidade; h) expressão oral e linguagens; i) arte e cultura, j) pensamento dedutivo, entre outros. Estes aspectos são subdivididos e dialogam com os demais pilares que compõem as inteligências múltiplas (**figura 2**).

Figura 2. Aspectos trabalhados no Projeto Maratona Recreativa com base nos pilares das Inteligências Múltiplas.

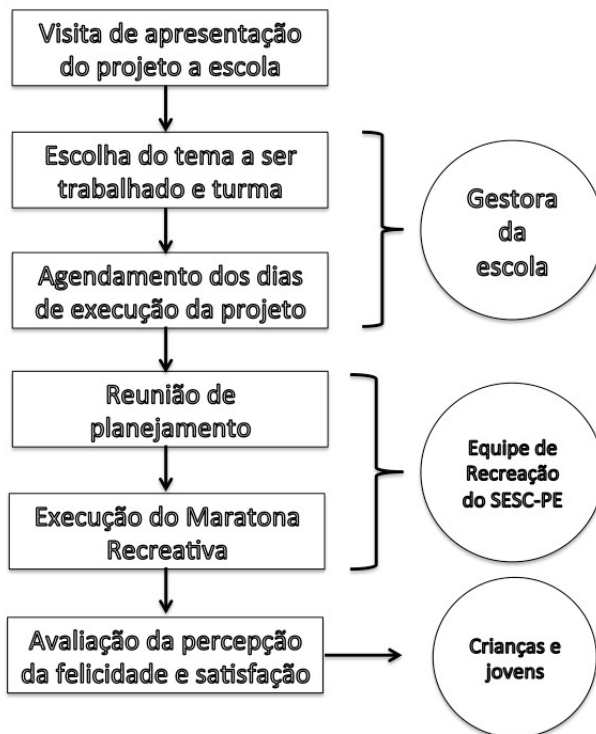


Fonte: Autoria própria.

Sistematizado em 2016 e posteriormente implantado em diversas cidades da região metropolitana e do interior do estado, atua com a educação pelo lazer, buscando contribuir com o desenvolvimento de competências e valores inerentes à vida escolar de crianças e jovens matriculados exclusivamente na rede pública de ensino do litoral ao sertão do estado. Estimula diferentes formas de manifestação da inteligência humana, demonstrando a efetividade de transformações que a prática do lazer e da recreação sistematizada bem orientada são capazes de proporcionar ao indivíduo (Farias, 2016).

A metodologia de aplicação do projeto consiste em mapear nos municípios, onde as Unidades SESC estão presentes, escolas que possuem crianças e jovens com a faixa etária (04 e 17 anos) de aplicação projeto. Após esta seleção é realizada uma visita de apresentação e familiarização para apresentação da proposta do projeto à escola. Diante da realidade apresentada em cada escola ou em uma turma específica, a gestão escolar aponta possíveis temáticas pertinentes às idades e contexto social das crianças e jovens que vivenciarão o projeto, e na sequência realiza o agendamento dos dias de execução do mesmo. A equipe por sua vez, de posse das informações apontadas pela escola (temas a serem desenvolvidos, idade dos participantes, número de alunos e espaço disponível e data para a execução) inicia o processo de planejamento (**figura 3**).

Figura 3. Processo de execução do Projeto Maratona Recreativa.



Fonte: Autoria própria.

As atividades que serão realizadas são discutidas e elaboradas entre os recreadores de cada Unidade Executiva e SESC Ler, levando em consideração a faixa etária, espaço disponibilizado e temática escolhida. As crianças e jovens vivenciam de uma a duas vezes por semana durante um mês, ações constituídas de possibilidades que correlacionam a teoria das inteligências múltiplas à essência de um planejamento com intencionalidade para a prática coerente das

proposições. A exemplo desses jogos e brincadeiras, abaixo estão listadas algumas das sugestões contidas nos programas recreativos.

Inteligência Linguística: As atividades que envolvem o significado, conceitos e identificação das palavras são brincadeiras que expõem esta habilidade. Um convite livre às crianças e jovens a contarem suas experiências também é visto como uma possibilidade de identificar e trabalhar esta competência nos participantes. Jogos de caça palavras, união silábica, formar frases e completar histórias exemplificam na prática esta competência.

Inteligência Lógico-matemática: As atividades lúdicas que impõem o raciocínio matemático como os jogos que necessitam de contagem de peças, casas para o deslocamento ou movimentos limitados, são exemplos de atividades que impulsionam nos participantes esta capacidade. Neste momento, participantes que apresentam maior desenvoltura neste tipo de atividade, naturalmente assumem um papel de colaborador do grupo auxiliando os demais a compreenderem e vivenciarem a atividade proposta.

Inteligência Musical: Para expor às crianças e jovens vivências com atividades onde o desenvolvimento de timbres, sons diferentes e ritmação são recorrentes, diversos instrumentos convencionais e improvisados podem ser utilizados em busca de um ambiente lúdico propício para a exploração desta habilidade. Também podem ser desenvolvidas oficinas de criação de instrumento e releitura de músicas do cotidiano que são cantadas e transformadas, como cantar

uma canção popular na linguagem do “i”. *“A barca virou, tornou a virar, foi por causa de fulano que não soube navegar”*; canta-se: “I birci viri, tirnii i virir, fii pircisi de filini qui nii siibi nivigir”, estratégia que evidencia a importância de investir em brincadeiras do tipo musicais.

Inteligência Espacial: Aqui é possível explorar as atividades que permitem a modificação, recriação e percepção visual tanto no plano real como imaginário. Necessariamente estas atividades não necessitam de estímulos físicos, mas uma percepção do corpo em relação ao espaço em que ocupa. Podem ser desenvolvidas por meio de desafios como camas de gato e circuitos silenciosos nos quais o participante deverá cumprir sem encostar o corpo no emaranhado de objetos.

Corporal-cinestésica: A dança, atividades expressivas e o esporte são ações bastante utilizadas para trabalhar e demonstrar este potencial individual. Algumas expressões de sensações levam à compreensão de diferentes sentidos e sistematização da percepção pelas quais o corpo perpassa durante uma atividade específica como a de descobrir gostos, texturas e cheiros de olhos vendados. É comum perceber a associação de gatilhos mentais representados por cores, cheiros e gostos ficarem evidentes ao observar alguém dizer o nome de uma fruta se referindo a uma cor, ou que um cheiro alude a um determinado sabor de fruta ou comida, o mesmo acontece perfumes e essências que conseguem conectar pessoas com lugares.

Inteligência Intrapessoal: Atividades desafiadoras compõem este quesito e embora esta inteligência seja termômetro de auto motivação nos indivíduos, é levado em conta o cuidado para não tornar esta capacidade um agente neutralizador do comportamento cooperativo, assim sendo sugeridas atividades mistas que envolvam também o cuidado coletivo e a preocupação com o outro. Uma boa opção para exercício da inteligência intrapessoal são os jogos e estafetas semicooperativas, pois concede ao participante reconhecer em si mesmo potencialidades que beneficiarão o todo e a si próprio como elemento de fundamento importância para o grupo.

Inteligência Interpessoal: Vivenciar e refletir situações pelas quais outras pessoas passam, perceber temperamentos e desejos alheios sugerem atividades que permitam ser o outro e refletir sobre suas limitações, dificuldades, aptidões. Jogos que limitem sentidos e ações, como cabra cega, que pode ser vivenciado para ensinar sobre deficiência visual, ou que imponham mobilidade, para elevar a sensibilidade à deficiência física dos cadeirantes e outros neste sentido são levados em consideração na elaboração deste plano.

Inteligência Naturalista: Atividades em meio à natureza ou com temática pautada no meio ambiente são boas abordagens. A criação das atividades e jogos com materiais recicláveis ou reutilizados gera bastante interesse nas crianças e jovens com este perfil. Além disto, os brinquedos do chão (Piorski, 2016) demonstram a importância de reinventar e ressignificar os elementos do espaço ao

nosso redor. O contato com folhas secas que viram aviões e gravetos que se tornam pincéis desenhando formas e nomes fictícios na terra batida, são demonstrações de afeto e sensibilidade agregados à liberdade em sua representação mais genuína do brincar sutil e improvisado, remetendo aos primórdios da vida humana, com os primeiros homens que vestiam peles de animais e abrigavam-se em tetos de pedras.

Inteligência Pictórica: Atividades com argila, pinturas em telas e desenhos são explorados com foco nesta capacidade. Brincadeiras que estimulam a construção de artefatos, oficinas de recortes e criação de papel maché estão presentes nesta atuação estimulando a criatividade e vigorando virtudes que muitas vezes não são reconhecidas pelas pessoas.

Após a última vivência, é disponibilizada uma impressão em papel que remete ao sentimento de satisfação dos estudantes que participaram das proposições do projeto. Na folha entregue a cada um deles existem algumas indicações de humor em escala de satisfação: muito triste, triste, indiferente, feliz, muito feliz, representados por rostinhos que expressam emoções. O processo simples consiste marcar um x na opção que mais lhe representar. Após esta coleta, a finalização é feita através de rodas de conversa proposta pela equipe, que contextualiza aspectos das temáticas trabalhadas com a avaliação escrita e sentimentos relatados pelos participantes.

Desta forma, durante um mês é possível organizar em blocos as inteligências contidas na teoria de Gardner unidas à execução das atividades para que de maneira cuidadosa e compartimentada seja desenvolvido o conteúdo programático pretendido para cada faixa etária, com atividades lúdicas fundamentadas em cada inteligência dialogando entre si, possibilitando assim maior envolvimento dos participantes com o processo de ensino aprendizagem, pois o mesmo vai se dando de maneira natural e democrática, com o maior tempo de contato dos participantes com a equipe atuante favorecendo as relações interpessoais e a cumplicidade entre todos os incluídos na ação.

DISCUSSÃO

O referido artigo teve por objetivo relatar o processo de planejamento, aplicação e ações efetivas do projeto Maratona Recreativa, desenvolvido pelo SESC Pernambuco.

A vivência no projeto Maratona Recreativa proporciona o encontro, o reconhecimento e a relação das crianças e jovens com algumas de suas competências, vistas por diferentes olhares sem a cobrança de enquadramento em padrões de inteligência previamente estabelecidos. Esta interação pacífica é compreendida por meio das proposições de atividades, jogos e brincadeiras que corroboram com conceitos de empatia e autenticidade do sujeito consigo, com o outro e

com o projeto, atestando o objetivo deste último em valorizar as potencialidades individuais e comuns dos indivíduos envolvidos nesta intervenção, tal como despertar o sentimento de naturalidade em meio às diversidades existentes em cada um (Lombardi, 2005).

A experimentação deste processo proporciona um pensamento crítico e reflexivo e ressignifica o conceito de cooperação. A criança que visualiza por meio do lúdico que possui uma potencialidade, e que cada indivíduo pode apresentar habilidades distintas, identifica nesta diversidade de inteligência uma capacidade de interação mútua enxergando sua importância e a do outro para a solução do problema proposto durante a atividade, bem como para uma convivência em sociedade de forma que extraia positivamente o melhor da capacidade individual para o bem comum (Formiga, 2017).

Esta vivência respeita as peculiaridades da inteligência individual ao passo que contribui para o seu desenvolvimento sem que o sujeito se perceba deficiente nesta ou naquela inteligência que é comumente motivo de enquadramento de comportamento, o que contribui para que o jovem venha a tornar-se um adulto segregado de múltiplas funções. A sistematização do projeto Maratona Recreativa pelo departamento de Recreação do SESC-PE proporciona um passo significativo na abordagem do lúdico como instrumento pedagógico que auxilia no processo de formação do indivíduo de forma prazerosa, significativa e que respeita a individualidade do ser humano na sua totalidade. As ações desenvolvidas no Maratona Recreativa com foco

em cada inteligência e de acordo com cada faixa etária proporciona a sua compreensão o seu desenvolvimento de forma clara e em tempo hábil, proporcionando à criança e/ou jovem não se perceber como insuficiente mas com um potencial importante que precisa ser explorado.

Quanto à avaliação escrita, procurou-se um instrumento que pudesse mensurar nível de satisfação ou utilizasse o princípio da Escala Likert (Bernstein, 2005), porém que se adequasse ao perfil de faixa etária dos participantes. Optou-se por criar uma maneira simples de rápida de expressão da emoção traduzida pelos estudantes. Já as rodas de conversa permitiram conhecer verbalmente as histórias e relatos dos participantes do projeto.

CONCLUSÃO

O projeto Maratona Recreativa criado e sistematizado pelo SESC em Pernambuco tem uma grande abrangência de realização nas escolas públicas no estado. Seu processo de planejamento se mostra eficaz uma vez que a temática e os aspectos trabalhados são apontados pela gestão escolar com base na realidade encontrada pelos seus alunos. A metodologia de utilizar os aspectos das inteligências múltiplas como base para a elaboração das atividades torna as ações significativas e motivadoras para cada criança e jovem que vivencia o projeto.

Embora sejam reconhecidos os efeitos positivos da utilização do lúdico como instrumento no processo de ensino aprendizagem, e que este por si só já permite trocas de experiências, apontamos a necessidade de novas pesquisas e instrumentos que avaliem o desenvolvimento das inteligências múltiplas nas crianças e jovens que vivenciam o projeto Maratona Recreativa realizado pelo SESC Pernambuco para que este seja objeto de fomento no âmbito do Lazer.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, T.. Multiple intelligences in the classroom. **Ascd**, 2009.

ARULSEVI, Evangelin. Incorporating Multiple Intelligences in the English Classroom. **Excellence in Education Journal**, v. 7, n. 2, p. 101-121, 2018.

BASTOS, D. M. Jogos Transversais: uma proosta de abordagem dos temas transversais nas aulas de Educação Física. **Revista Digital Buenos Aires** - ano 14, n. 142. Disponível em: <http://www.efdesportes.com/>

BERNSTEIN, I. H. Likert Scale Analysis. **Encyclopedia of Social Measurement**, v.2, p.497–504, 2005.

BRUALDI, A. Gardner's theory. **Teacher Librarian**, v. 26, n. 2, p. 26, 1998.

BRUALDI, A; TIMMINS, C. Multiple intelligences: Gardner's theory. *Practical Assessment, Research, and Evaluation*, v. 5, n. 1, p. 10, 1996.

FARIAS, K. G. C. Projeto maratona recreativa: um espaço narrativo de vivências lúdicas nas escolas municipais de Jaboatão dos Guararapes. **Anais...** Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2016, Natal-RN. 05/10/2016. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/6conece/28enarel/paper/view/8379>.

FORMIGA, N. S. Valores humanos e hábitos de lazer: Um estudo correlacional em jovens. **Psicologia argumento**, v. 27, n. 56, p. 23-33, 2017.

GARDNER, H.; THOMAS, H. Educational implications of the theory of multiple intelligences. **Educational researcher**, v. 18, n. 8, p. 4-10, 1989.

HEDGES, H. Teaching in early childhood: Time to merge constructivist views so learning through play equals teaching through play. **Australasian Journal of Early Childhood**, v. 25, n. 4, p. 16-21, 2000.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: USP, 1971.

LAI, F.P. et al.,. Gender Difference in Interpersonal Intelligence: A Meta-Analysis. **International Journal of Environmental and Science Education**, 2017.

LOMBARDI, M. I. **Lazer como prática educativa**: as possibilidades para o desenvolvimento humano. 2005.

NIROO, et al., The effect of Gardner theory application on mathematical/logical intelligence and student's mathematical functioning relationship. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 47, p. 2169-2175, 2012.

PIORSKI, G. **Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar**. Editora Peirópolis LTDA, 2016.

RIASTUTI, N.; MARDIYANA, M.; PRAMUDYA, I. Students' errors in geometry viewed from spatial intelligence. **Journal of Physics: Conference Series**, 2017, IOP Publishing. p.012029.

GÓMEZ, R.; MERCEDES, M. El desarrollo de la inteligencia naturalista a través de la lengua inglesa en Educación Infantil. 2018.

SHEARER, et al., The neuroscience of intelligence: Empirical support for the theory of multiple intelligences? **Trends in neuroscience and education**, v. 6, p. 211-223, 2017.

SHEORAN, S. et al., Assessing relationship of human ecological factors with naturalistic intelligence of young adolescent girls. **Indian Journal of Health and Wellbeing**, v. 10, n. 4-6, p. 103-105, 2019a.

_____. An experimental study on factors influencing the musical intelligence of young adolescents. **Indian Journal of Positive Psychology**, v. 10, n. 2, p. 96-99, 2019b.

SILVA, T. A. C., PIRES JUNIOR, A. R.; FORTUNATI, I. **O jogo, as brincadeiras e as questões d egênero na educação**. In: GUIMARÃES, V. S.; VERGUEIRO, V.; FORTUNATO, I (Org.). *Gênero e cultura: perspectivas formativas*. São Paulo: Hipótese, 2016. p. 170-177.

SHOLIKHATI, R.; SAPUTRO, D. R. S. Students' thinking level based on intrapersonal intelligence. **Journal of Physics: Conference Series**, 2017, IOP Publishing. p.012007.

SOUTO FILHO, J. M.; APOLINÁRIO, V. S. Trabalho em rede: um modelo eficaz na gestão do esporte do SESC Pernambuco. **Revista de Educação Física/Journal of Physical Education**, v. 87, n. 3, 2018.

THOMAS, et al. Play-based learning and intentional teaching in early childhood contexts. **Australasian Journal of Early Childhood**, v. 36, n. 4, p. 69-75, 2011.

TRAVASSOS, L. C. P.. Inteligências múltiplas. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 1, n. 2, p. 0, 2001.

YOGATAMA, D. et al.,. Learning and evaluating general linguistic intelligence. arXiv **preprint** arXiv:1901.11373, 2019.

RECREIO ESCOLAR: POSSIBILIDADES EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSPIRADA NA PEDAGOGIA WALDORF

*Nathalia Dória Oliveira; Karine dos Anjos Santos; Monike Rayane
Silveira de Menezes; Jose Américo Santos Menezes*

O ambiente escolar possui tempos e espaços regulamentados por leis, sendo organizado a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP). O horário do recreio se constitui tanto como um espaço obrigatório, como também essencial na estrutura e organização escolar, podendo ser explorado pedagogicamente pelo corpo docente.

O Parecer nº002/2003 da Câmara da Educação Básica (CEB) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) afirmam que "as atividades livres ou dirigidas, durante o período do recreio, possuem um enorme potencial educativo e devem ser consideradas pela escola na elaboração da sua Proposta Pedagógica" (BRASIL, 2003, p. 02).

Porém, habitualmente, o recreio é compreendido como um momento de descanso das atividades escolares tanto pelos alunos como pelos professores, sendo considerado um tempo informal de aprendizado, muitas vezes, abandonado pelo corpo escolar. Segundo

Faria (2002), o recreio é um tempo construído historicamente a partir da reformulação do cotidiano da escola no qual os alunos descansam das aulas, mas por outro lado, gasta a energia acumulada.

Para tanto, o recreio deve ser visto como um período de suma importância na vida escolar dos alunos. Ressalta-se que além de ser um espaço de diversão, constitui em si um ambiente propício à aprendizagem e socialização. Assim, o recreio torna-se cada dia mais importante na vida dos estudantes, devido ser um espaço/tempo por eles desejado, sendo “um momento de socialização entre os atores sociais, expressa liberdade, permite a interação dos pares” (SOUZA, 2009, p. 68).

Esse momento deve proporcionar ao aluno situações ou circunstâncias que “formem” um ser autônomo e criativo capaz de fazer escolhas e refletir sobre elas, sendo um espaço de construção do conhecimento, aprendizagem e formação da personalidade dos alunos. Para Barros (2012) é nele que o aluno tem experiências positivas e negativas, que são fatores importantes para construção da sua personalidade, independente da duração.

Sendo assim, no contexto de micropolítica da escola, como fazer o exercício singular e coletivo para possibilitar interações e experiências positivas para a ampliação e desenvolvimento do sujeito nos seus aspectos individuais, físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social?

De tal modo, esta pesquisa se instituiu em uma escola pública municipal de Aracaju/SE com o objetivo de oferecer possibilidades de vivências e interações de práticas e movimentos corporais no tempo/espço do recreio de acordo com a proposta da pedagogia Waldorf. Sendo esta pedagogia ancorado na Antroposofia¹⁹, filosofia à qual procura integrar de maneira holística o desenvolvimento físico, espiritual, anímico, intelectual e artístico dos alunos.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa se originou dentro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) com os discentes do curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O referido programa, possui um papel crucial na formação dos educadores, como também proporciona a ampliação de pesquisas voltadas para área escolar.

TRAÇANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O caminho metodológico se configurou na abordagem qualitativa na perspectiva da pesquisa fenomenológica, ela nasce a partir de Edmund Husserl que destaca a transcendentalidade na pesquisa, ou seja, na característica da vivência subjetiva da

¹⁹ A Antroposofia é um método de conhecimento científico, filosófico e espiritual também elaborado por Rudolf Steiner para compreender a natureza, o ser humano e o universo, que se caracteriza por integrar e transcender o conhecimento científico produzido pela cosmovisão materialista e cientificista (STEINER, 1988)

consciência ao alcançar intuitivamente as coisas, sendo esta possível através do cotidiano e da experiência do fenômeno. Assim, "o objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito" (GIL, 2008, p. 14).

Buscamos a partir de uma coerência filosófica, no que tange os sentidos e finalidades da pesquisa, o método da pesquisa-intervenção. Esse tipo de pesquisa é mais comumente usada na área de Psicologia, porém crescentemente, no Brasil, vem sendo utilizada na área educacional, pois acredita que "a prática é afetada pela subjetividade, pois considera-se que não é possível dissociar razão, emoção, afetos e representações recalcadas, componentes estruturantes do psiquismo humano" (ALMEIDA; AGUIAR, 2017, p. 90).

Assim, o objetivo da pesquisa-intervenção é sair da normatização do cotidiano, crenças e valores estabelecidos pela sociedade, para alterar tanto o campo como os pesquisadores. Desta forma, ele se configura como um processo inesperado e imprevisto diante das circunstâncias em que acontece as relações interpessoais.

[...] a reflexão sobre a prática, notadamente a pedagógica, centrada no termo práxis. O conceito, no sentido aristotélico, é uma atividade que não se esgota e nem se exaure na produção. A práxis, assim entendida, é uma atividade que questiona o modelo de uma relação instrumental, sujeito e objeto, com o fim de transformar a relação entre esses dois polos em uma interação entre sujeito e sujeito mediante um processo de subjetivação mútuo. O sujeito é compreendido como sujeito de si mesmo e da práxis, sendo constantemente transformado a partir da experiência e do engajamento no que ele faz

e no que o faz, ao mesmo tempo. (ALMEIDA; AGUIAR, 2017 *apud* IMBERT, 2000).

A fim de contribuir com as reflexões metodológicas, Paulon (2005) elaborou um quadro que mostra algumas diferenças básicas entre a pesquisa-ação e a pesquisa-intervenção. Assim, podemos observar algumas características que envolvem e competem a nossa pesquisa no que tange a relação do pesquisador, campo e sujeitos.

Quadro 1 - Diferenças básicas entre a Pesquisa-ação e Pesquisa-intervenção

PESQUISA-	- AÇÃO	- INTERVENÇÃO
CARÁTER/ FINALIDADE	Intencional Planejada Reflexiva + Conhecimentos	Interpor-se / vir entre Intrusão ↔ Intersecção Mediação
CONCEPÇÃO DO SUJEITO DE PESQUISA	SUJEITO ATIVO ↓ Objeto - Sujeito	MODOS DE SUBJETIVAÇÃO ↓ Processos de Singularização
"LUGAR" DO PESQUISA-DOR	Inserção do pesquisador no campo	Análise de Implicação
REFERENCIAL	Materialismo-dialético Psicossociologia	Filosofia da Diferença Análise Institucional
OBJETIVO	Fornecer Instrumentos e meios para uma AÇÃO TRANSFORMADORA ↓ Conscientização	Criar / identificar dispositivos analisadores que favoreçam a PRODUÇÃO DE ACONTECIMENTOS ↓ Auto-análise e Auto gestão
"LEMA"	"Conhecer para Transformar"	"Todo conhecer é um Fazer"

Fonte: Paulon (2005, p. 22).

Para a geração dos dados da pesquisa, utilizamos o registro em diários de campo, além das constantes rodas de conversa entre os educadores que ocorriam antes, durante e após a intervenção. As rodas, eram elaboradas a fim de dialogar sobre a prática educacional e relações interpessoais, fazendo sempre uma autoanálise.

A nossa pesquisa-intervenção foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Doutor José Calumby Filho, localizada na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe. A intervenção aconteceu nos meses de janeiro a março de 2018 durante duas vezes por semana, no tempo/espço do recreio com duração de trinta minutos e com a presença de crianças de 3 a 5 anos, dentro de quantitativo variável de 30 a 40 alunos.

A INTERVENÇÃO: OS CORPOS E AS INTERAÇÕES

Para fazer uma análise de implicação de nossa intervenção, inicialmente iremos descrever a escola e a criança nos primeiros sete anos de vida do ponto de vista do desenvolvimento que, a partir do olhar da pedagogia Waldorf apresenta-se como um ser sensorial, aberto ao mundo e suscetível as impressões do ambiente e por isso, um ser imitativo que usa da brincadeira, sua linguagem própria, para imitar e entender a vida, e por este motivo a base do aprendizado nesta fase se dá através do brincar livre, da imitação e fantasia por constituírem as atividades próprias da criança, responsáveis pelo seu

pleno desenvolvimento. Em seguida, trataremos as atividades desenvolvidas e processos de interação dos sujeitos no horário do recreio.

A Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Doutor José Calumby Filho, localizada em um bairro da periferia do município de Aracaju/Sergipe, foi construída em 2017 com uma estrutura adequada para o funcionamento de creche e escola de educação infantil em tempo integral. Assim, a escola possui um espaço amplo com salas de aula, refeitório, pátio central e área livre com um extenso espaço verde.

Figura 1 - Espaço ao redor das salas



Fonte: Os autores.

Figura 2 - Casa de alvenaria



Fonte: Os autores.

Segundo Salles e Fonseca (2019), a EMEI Dr. José Calumby Filho foi a primeira escola de origem pública a adotar oficialmente a Pedagogia Waldorf no Brasil²⁰, tal implantação se deu a partir do

²⁰ Atualmente existem no Brasil dois tipos de escolas públicas que adotam a Pedagogia Waldorf. As escolas associativas conveniadas, que foram criadas por uma

interesse de um grupo de professoras da cidade de Aracaju/SE que faziam o curso de formação em Pedagogia Waldorf e construíram o projeto de uma escola inspirada nesta orientação pedagógica. Dessa forma, o que foi proposto se realizou com o apoio tanto da gestão municipal do período em que o projeto foi gestado, como da administração sucessora, assim, a escola permanece atuando e teve sua aula inaugural em 10 de Abril de 2017.

A Pedagogia Waldorf tem como princípio básico olhar para o humano em sua integralidade e respeitar suas respectivas fases de desenvolvimento em prol de uma evolução saudável busca. Deste modo, na educação infantil, a prioridade é atender as necessidades da criança, respeitando suas individualidades e ritmos próprios, não havendo, portanto, uma preocupação precoce com o ensino e abstração, mas sim com os elementos que desenvolvam suas capacidades e dimensões humanas a partir do que é essencial neste momento da vida.

Segundo Vieira (2015) nas escolas Waldorf de Educação Infantil a escolarização, no sentido de aprendizagem formal da leitura, escrita e matemática, não faz parte do seu cotidiano. Isso porque, de

associação, que geralmente é proprietária da estrutura física da escola e que estabelecem um convênio com a prefeitura local e a prefeitura provê manutenção da equipe de funcionários, alimentação e materiais básicos inerentes a toda e qualquer escola pública municipal. E as escolas públicas de origem, que atuam inspiradas pela Pedagogia Waldorf por iniciativa do próprio poder público, ou por iniciativa de gestores e educadores Waldorf que transformam as escolas em que atuam, inspirados por essa pedagogia (SALLES; FONSECA,2019).

acordo com a concepção que orienta tal pedagogia, a criança não está pronta para ser sobrecarregada intelectualmente através das funções da memória e do raciocínio, mas sim para o desenvolvimento corpóreo. Desta forma, desviar essa formação corpórea ideal traria prejuízos, posteriormente, para a saúde da criança.

Nesta perspectiva, entende-se por desenvolvimento corpóreo todo o desenvolvimento, organização e estruturação do corpo físico que se dá através do brincar livre nesta fase da vida. Segundo Steiner (1923), toda educação é, no caso da criança, educação física, ou seja, a educação nesta fase tanto se dá através do movimento que a criança realiza, como este atua na formação do seu próprio corpo. A educação do Ser é completa, em todas as dimensões, sendo que a criança se desenvolve através do brincar transmitindo bons sentimentos e respeitando suas individualidades e ritmos.

Os três primeiros anos de vida — e conseqüentemente os demais até o sétimo — são de suma importância para o desenvolvimento integral do homem, pois a condição humana da criança é totalmente diversa de uma condição posterior. A criança é de fato, nos primeiros anos, um organismo totalmente sensorial. (STEINER, 1923, p. 2).

O fato da criança ser suscetível às experiências do mundo, influenciada pelo que lhe acontece, ou melhor, imitando o que acontece em seu redor, a faz utilizar-se da brincadeira, sua atividade própria, para imitar e fantasiar. É justamente a relação das esferas físicas, espiritual, anímico, intelectual e artístico que permite que ela

imite a vida e compreenda o que acontece ao seu redor, resultando em aprendizagens que servirão de base para os anos que hão de vir.

Para Steiner, a criança é um ser imitativo, exatamente pelo fato de ainda não estar intelectualizada que pode exercer a imitação, ou seja, é por este motivo que se entrega ao mundo com abertura e confiança ilimitadas, imitando tudo ao seu redor. Assim, não se deve introduzir na educação infantil trabalhos infantis mentalmente elaborados. Atividades como combinar palitos, trançar papel e outras similares, pois não passam de invenções. Portanto, só se deve ter nesta etapa da educação básica, a figura daquilo que os adultos também fazem, e não o que é especialmente criado, ou seja, as coisas executadas pelas crianças precisam ser extraídas diretamente da vida, não sendo inventada pela cultura intelectual do adulto, o que ela realmente precisa é imitar a vida. (STEINER, 1923).

Nos primeiros sete anos da vida infantil o brincar é responsável por grande parte do seu desenvolvimento, a escolha das atividades e dos brinquedos merecem um cuidado especial para que este desenvolvimento ocorra de forma adequada. Os brinquedos e atividades propostas, portanto, devem assumir um caráter impulsionador para o desenvolvimento da criatividade, autoconfiança e coragem, não sendo aconselhável, por isso, brinquedos totalmente acabados, mas sim que a criança possa sempre completá-los, permitindo assim que ela sempre tenha a vivência com brinquedos verdadeiros que as auxiliem a aprender sobre a própria vida.

A imaginação e a fantasia são acolhidas e estimuladas nesta fase por serem as precursoras do pensar lógico da criança. Mas, este pensar lógico é um pensar concreto, incitado no dia a dia escolar através de brincadeiras, canções, rodas cantadas, jogos infantis, contos de fadas e atividades que fazem parte da essência da criança e são verdadeiros alimentos não só cognitivos, como também anímicos e físicos para o desenvolvimento (MATWIJSZYN, 2003).

Baseado nestes princípios é que o recreio foi pensado, buscando contemplá-los e oferecendo possibilidades para tal desenvolvimento através das intervenções realizadas. Pois, apesar do esforço do corpo docente e dos gestores da escola, o espaço do recreio carecia de materiais e atividades para que esse tempo se materializasse um espaço mais amplo de aprendizagem.

Além disso, a ausência de planejamento escolar para o recreio, resulta em uma falta de atenção e orientação com os alunos, visto que normalmente este momento é utilizado pelos professores para descansar e realizar outras atividades, distante de sua turma. Um outro fator preponderante é o contexto de grande vulnerabilidade social ao qual viviam a maioria das crianças envolvidas, pois careciam de atenção e interações positivas diante das brincadeiras e jogos.

Nesse sentido, os educadores devem prestar atenção para melhor conhecer a essência de cada criança, para então estimular e propor atividades que correspondam às necessidades evolutivas momentâneas de cada uma delas, além disso, tais atividades devem

fazer sentido, pois esta é uma forma de contribuirmos para o desenvolvimento e aprendizagem infantil.

Em nossa pesquisa, a intervenção se deu após a observação de todo o cotidiano escolar, da aproximação com os pedagogos e principalmente com as crianças. Para isso, foi imprescindível tal participação nos momentos em sala, no lanche e eventos na escola para que elas estabeleçam uma relação de respeito e confiança conosco.

A realização das intervenções se deu nas terças e sextas no tempo de trinta minutos estabelecidos para o recreio escolar, durante os meses de janeiro a março de 2018. Toda a proposta foi dialogada anteriormente com o corpo escolar e teve o intuito de ceder todos os materiais utilizados para a escola, a fim de dar continuidade das ações desenvolvidas no recreio.

Em relação aos materiais utilizados, construímos alguns brinquedos, dentre os quais destacamos os recicláveis, como avião de madeira, bonecos e fantoches para histórias, carrinho de mão, jogos de palito, vai e vem, pé de lata, entre outros. Como também foram disponibilizados texturas e formatos diversificados de pedaços de madeira para que as crianças através da sua imaginação criassem objetos e seus próprios brinquedos, sendo isto importante para estimular a criatividade, não oferecendo um produto acabado. Bem como, estimulamos as atividades manuais com areia e barro para que as crianças construíssem o seu próprio mundo.

Figura 3 - estação com os brinquedos



Fonte: Os autores.

Figura 4 - atividades manuais



Fonte: Os autores

Assim, cada brinquedo que a criança tem acesso deve ter um significado especial e, por meio dele, a criança forma inconscientemente a sua relação com o mundo e com as pessoas que a cercam. Ela precisa vivenciar na sua primeira infância a experiência “de ser humano”. Por exemplo, a boneca representa o ser criança, ou seja, o seu ser humano na boneca (BOGARIM, 2012).

Utilizamos, também, os espaços já oferecidos pela escola para ampliar os movimentos e desafios através de atividades alternativas de aventura. Sempre observando os cuidados com o risco e segurança das crianças, com acompanhamento direto e indireto. As crianças tinham autonomia em escolher a atividade, e para fortalecer sua imaginação, dialogar com sua linguagem e tornar o movimento ainda mais atrativo contávamos histórias como atravessar o rio cheia de jacaré, passar pela floresta encantada, entre outras em que as crianças imaginavam e criavam experimentando a vivência.

Figura 5 - Desafios com equilíbrio



Fonte: Os autores.

Figura 6 - *Slackline*



Fonte: Os autores.

Assim, através dos desafios e aventuras proporcionamos o lúdico e a experimentação da prática corporal de aventura adequada para a faixa etária, ampliando o acervo motor e integrando o sujeito à novas práticas. Uma das práticas utilizadas foi uma adaptação ao *slackline*, em que além do equilíbrio estático, outras habilidades são desenvolvidas, “a exemplo do equilíbrio em relação ao objeto ou material, força, resistência, agilidade, flexibilidade durante a realização dos movimentos de maneira a ser harmonioso “(PIMENTEL, *et. al*, 2017, p. 189)

Para a pedagogia Waldorf, a atividade lúdica é quando através das atividades imanentes da criança busca-se contemplar o que ela deseja e necessita para desabrochar sua plenitude humana, ou seja, através da imitação, do brincar, e da fantasia oferecer vivências e brinquedos lúdicos impregnados de um conteúdo prático da vida.

[...] o que a ludicidade traz de novo é o fato de que o ser humano, quando age ludicamente, vivencia uma experiência plena. [...] Enquanto estamos participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além desta atividade. Não há divisão. Estamos inteiros, plenos, flexíveis, alegres, saudáveis. [...] Brincar, jogar, agir ludicamente exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo. (LUCKESI, 2000, p. 21).

Deste modo, o fenômeno da ludicidade como experiência interna de cada sujeito ao experimentar de forma harmônica entre o seu pensar/sentir/agir é que possibilita o desenvolvimento integral do Ser. Logo, é essencial atividades em contexto e que tenha significado para o sujeito que está vivenciando.

Assim, também experimentamos algumas brincadeiras e jogos presentes no cotidiano das crianças, como pular corda, pega-pega, balanço (feito com saco e corda de sisal), entre outras brincadeiras que as crianças desejam e davam como sugestões advindas dos seus acervos culturais e sociais. As crianças aprendem através da brincadeira: ter paciência e respeitar o colega, ao por exemplo esperar a sua vez no balanço; lidar com as emoções, como quando se ganha ou perde; estabelecer regras, quando estipula um jogo novo; a ter afeto e deixar-se ser afetado, nas relações de amizade; entre outros aspectos em que a medida que as educadoras estavam envolvidas no processo estimulava com diálogos e exemplos positivos.

Figura 7 - Balanço



Fonte: Os autores.

Figura 8 - Pula corda



Fonte: Os autores.

É importante ressaltar a dimensão dos conflitos que acontecem mais comumente no recreio. Acreditamos que o conflito é inerente ao humano e se faz necessário para o seu desenvolvimento, porém é necessário que seja mediado pelos pais, professores ou gestores e que em conjunto e com diálogo busque a melhor solução para o problema ou conflito apresentado. Desse modo, "obtenção de relações equilibradas e satisfatórias (o que não significa que os conflitos estarão ausentes) não são frutos de um dom gratuito ou de desenvolvimento maturacional; mas sim, decorrentes de um processo de construção e aprendizagem" (VINHA; TOGNETTA, 2009, p. 538).

As dimensões física, espiritual, anímica, intelectual e artística puderam ser contempladas ao buscar oferecer diferentes possibilidades a partir da imitação, brincar livre e fantasia, elementos estes que constituem as necessidades próprias da criança nesta fase da vida. Por exemplo, o desenvolvimento físico pôde ser desenvolvido através da

exploração de diferentes possibilidades de movimento; a dimensão espiritual na busca primordial pelo respeito a individualidade das crianças, seus ritmos próprios, oferecendo-lhes autonomia, amor e os alimentos de que precisam para se desenvolver. No âmbito anímico podemos citar as inúmeras possibilidades de sentir o próprio corpo em diferentes situações, sensações e emoções a partir dos diferentes estímulos de movimento, brincadeiras, jogos, contação de histórias, etc. No âmbito intelectual o pensar foi estimulado por meio da imaginação e fantasia através da condução de brincadeiras, jogos e contação de histórias. E a dimensão artística foi permeada neste espaço/tempo através de músicas e danças desenvolvidas nos jogos cantados e também no próprio processo criativo das crianças em imitar/transformar os elementos da vida real em brincadeiras.

Portanto, à medida que a intervenção se desenvolveu, as interações entre os sujeitos (alunos-alunos, alunos-educador, educador-educador) nos aspectos individuais, físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social foram transformadoras. Assim, fomos implicando e sendo implicados pela práxis numa constante troca, estimulando a constante auto avaliação e análise antes, durante e depois do processo educacional, político e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recreio se constitui como um grande ambiente de aprendizado que atua nas diversas dimensões da vida humana e nos aspectos individuais, físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social. O objetivo de oferecer possibilidades no tempo\espaço do recreio de acordo com a pedagogia Waldorf foi alcançado na medida em que as vivências e interações de práticas e movimentos corporais, como pode ser visto, no movimento próprio da criança, nos jogos populares e experiências corporais, estimularam e desafiaram as habilidades individuais, anímicas, cognitivas, e físicas dos alunos, possibilitando-os a exploração e o aprendizado do novo.

Além disso, a construção do conhecimento, aprendizagem e formação da personalidades dos alunos foram mediados por brinquedos e vivências lúdicas impregnadas tanto de um conteúdo prático da vida como da integração de novas práticas, ampliando o acervo motor e oferecendo vivências de expressões e linguagem corporal, no qual desafia as habilidades corporais dos alunos possibilitando a exploração e aprendizagem do novo, além de desabrochar a plenitude humana vivenciadas pela adequação da prática aos princípios Waldorf.

Ainda mais, percebemos que o recreio com seu potencial educativo e essência da diversão, aprendizagem e socialização representa também o ambiente propício para o aprendizado das relações\interações, tanto por tratar-se do maior momento de encontro dentro do espaço escolar, como por ser muito desejado pelos alunos.

Compreendemos também, que a intervenção teve seus limites e incompletudes, em que é preciso mais intervenções e pesquisa para ampliar a discussão sobre o recreio na escola. Sendo este, que deve ser pensado e planejado no Projeto Político Pedagógico da escola como espaço de formação e aprendizagem.

Portanto, percebemos que um ambiente pedagógico onde está presente a socialização, o respeito ao outro e a criatividade, favorece o desenvolvimento da aprendizagem, além de constituir relações afetivas e o respeito entre os sujeitos envolvidos. Assim, o conjunto de aprendizados em diferentes facetas da condição humana ajuda significativamente no desenvolvimento do ser humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. F; AGUIAR, R. M. A pesquisa-intervenção na formação continuada de professores e o dispositivo de análise das práticas profissionais, de orientação psicanalítica: revisitando algumas questões e considerações. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 64, p. 89-101, abr./jun. 2017.

BRASIL; Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB n. 02/2003**. Recreio como atividade escolar, 2003.

BARROS, P. C. **Jogos e brincadeiras na escola: Prevenção do bullying entre crianças no recreio**. 2012. Tese de doutorado (doutorado em Estudos da Criança), Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2012.

BOGARIM, M. C. S. P. B. **A qualidade da educação infantil no contexto da pedagogia waldorf:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Brasília, 2012.

FARIA, E. L. **Apesar de você:** o brincar no cotidiano da escola. Licere. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 13-22, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas. 2008.

LUCKESI, Cipriano C. Educação, Ludicidade e Prevenção das Neuroses Futuras: uma Proposta Pedagógica a partir da Biossíntese. **Ludopedagogia**, Salvador, BA: UFBA/FACED/PPGE, v. 1, p. 9-42, 2000.

MATWIJSZYN, M. **A imitação no desenvolvimento infantil e suas implicações para a educação segundo as concepções Antroposófica e Walloniana.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SALLES, R.; FONSECA, R. **A Pedagogia Waldorf na escola pública:** histórico – desafios - perspectivas. [2019]. Disponível em: <<https://www.institutoruthsalles.com.br/category/projetos/pesquisa/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SOUZA, A.P.V. **As culturas infantis no espaço e tempo do recreio:** constituído singularidade a criança. 2009. Dissertação de Mestrado (Mestrado em educação), Instituto das ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém. 2009.

STEINER, R. **Andar, Falar, Pensar** - A atividade lúdica. São Paulo: Antroposófica, 1923.

STEINER, R. **A Arte da Educação I: O Estudo Geral do Homem – uma base para a Pedagogia.** São Paulo: Antroposófica, 1988.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18-25, set-dez: 2005.

PIMENTEL, G. G. A. et. al. Atividades Alternativas na Educação Física Escolar. **Revista Educação Física UNIFAFIBE**, Bebedouro/SP - v. 5, set. 2017.

VINHA, T.; TOGNETTA, L. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v.9, n.28, p.525-540, set./dez. 2009

VIEIRA, C. V. C. S. **Formação de professores em uma perspectiva ludoestética:** contribuições para a prática pedagógica de docentes na Escola Waldorf Dendê da Serra. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PROJETO PARKOUR PARA CRIANÇAS

Marcelo Vieira; Dimitri Wuol Pereira

O Parkour (PK) é uma prática de aventura bem recente, tendo surgido no fim do século XX, sob influência do Método Natural Ginástico de George Hébert, que preconizava o desenvolvimento humano através de exercícios em contato com a natureza, sem uso de equipamentos artificiais (SOARES, 2003). Esse método foi aprendido por Raymond Belle, soldado francês que encarou a guerra do Vietnã e em seu retorno à terra natal, transformou-se em bombeiro tendo salvado muitas vidas graças as suas habilidades corporais. Ele passou a seu filho David o conhecimento que juntos ao amigo Sebastian Foucan e outros garotos de Lisses, periferia de Paris, criaram o parkour com objetivo de se fortalecer e se divertir pelas ruas, praças e prédios da cidade.

As metas do PK são a superação física de obstáculos e a capacidade de sair de um ponto e chegar ao outro com a maior eficiência possível, permitindo que a pessoa desenvolva um componente essencial provindo de George Hébert: “Ser forte para ser útil”, revelando o altruísmo e coragem dos indivíduos (STRAMANDINOLLI; REMONTE; MARCHETTI, 2012).

O PK é uma prática contestadora na cultura corporal, porque não se baliza pelas normas do esporte competitivo, por outro lado, suas características seguem o caminho da liberdade, reconfigurando o espaço urbano ordenado (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Mas essa oposição à ideia de competição pode estar ameaçada, Vechioli (2017) nos informa que a Federação Internacional de Ginástica tem intenção de levar o PK para os Jogos Olímpicos e está apoiando a iniciativa de alguns grupos para criar uma organização esportiva competitiva nos modelos da Ginástica Artística.

Pereira, Honorato e Aurichio (2020) consideram que o PK pode se tornar uma modalidade olímpica, pois existe forte pressão econômica para que isso ocorra, apontando para uma “esportivização” da modalidade, adaptando-se aos valores capitalistas, individualistas e globalizantes, bastante divergentes do espírito no qual foi criada a atividade.

Neste contexto de atividade física altamente complexa, o PK foi espalhando-se pelo mundo usando a tecnologia como principal forma de veiculação da informação. Os jovens praticantes filmavam suas peripécias e colocavam na internet suas façanhas atraindo cada vez mais jovens com as imagens de movimentos ousados que acabavam em filmes e propagandas.

Pelas peculiaridades do PK enquanto cultura corporal, acredita-se nele como possibilidade educacional interessante para a Educação Física escolar.

O PK pode ser um tema de fundamental importância para a Educação Física Escolar, pois, além de colocar em prática as habilidades em situações reais, pode simular situações de perigo, desenvolve habilidades tanto na esfera da motricidade quanto na cognitiva, pois dessa forma, ao assumir riscos, mesmo que de modo controlado, o aluno deverá resolver situações problemas que dentre outras coisas, exercitará seu tempo de reação, senso de iniciativa e rapidez de adaptação, características essas que estimulam uma postura crítica e de tomada de decisões. Sendo assim o educador auxiliará o seu educando na aquisição de competências para o enfrentamento de situações da vida real (ALVES; CORSINO, 2013, p. 253 – 254).

Para Vaghetti et al. (2019, p.11):

Diante das exigências físicas da modalidade, o PK apresenta-se como uma promissora ferramenta pedagógica para a EF, como conteúdo curricular nas escolas, para o ensino da modalidade como atividade recreacional e de aventura, e na sua utilização como método para desenvolver aptidão física.

Por fim, os professores de educação física escolar começam a ser questionados pelos próprios alunos a respeito desta novidade e a maioria deles, pouco podia contribuir e muito menos inserir o PK em suas aulas, pela falta de conhecimento sobre a prática. É nesta área ainda pouco explorada que se insere este texto.

METODOLOGIA

O Projeto Parkour começou no ano de 2009 no CEU Inácio Monteiro, Zona Leste de São Paulo, e a ideia de trazer essas informações aos professores é poder contribuir com sua formação continuada, pois os aspectos pedagógicos presentes respondem algumas questões, como: O que fazer? Como aplicar? Por onde começar? Quais os cuidados para evitar acidentes? Entre outras questões.

Centros Educacionais Unificados (CEU) são equipamentos públicos e gratuitos criados pela Secretaria Municipal de Educação ligando num mesmo espaço educação, esporte e cultura. Todos eles ficam nas regiões mais carentes da cidade e totalizam mais de 120 mil estudantes. As atividades são propostas desde a educação infantil, passando pelos ensinos fundamental e médio e chegando ao EJA.

O Projeto Parkour foi sugerido com mais uma opção para o contraturno dos alunos e as aulas aconteciam de duas a três vezes por semana, nos períodos da manhã e tarde, com duração de uma hora cada. O grande desafio era demonstrar aos alunos e aos educadores do CEU que o PK poderia ser uma atividade segura e divertida para as crianças e jovens, afinal, pela novidade da proposta era algo visto com preconceito e desconfiança na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As aulas de PK iniciaram-se com crianças de 3 a 5 anos e um aspecto foi fundamental para criar o projeto. Percebeu-se que elas gostavam de serem desafiadas em jogos e brincadeiras e que os movimentos do PK adaptado poderiam ser uma opção de se divertirem e descobrirem seus potenciais. O mais interessante é que esse projeto no contraturno era voltado à dança, mas as crianças não estavam se sentindo motivadas nessas aulas. Em uma brincadeira de saltar uma linha no chão buscando ir o mais longe possível na aula de dança foi o ponto de partida para recriar o objetivo da proposta.

No começo eram brincadeiras de saltar apenas com as linhas do chão e cair de formas variadas, mas como as crianças sempre vinham com suas mochilas, começamos a usá-las como obstáculo. E o mais legal, é que eles mesmos criavam situações diferentes para sobrepor as mochilas, colocando-as em ordem, ou uma sobre a outra, ou uma à frente da outra, ou três enfileiradas e assim por diante.

Depois foi sugerida a brincadeira da imitação dos animais e eles saltavam como: o sapo, o coelho, o canguru, entre outros. Logo, as crianças começaram a fazer outros bichos que corriam: leão, cachorro, gato; que rolavam: macaco, tatu; que rastejavam: cobra, jacaré etc. Essa atividade deu origem ao “Animais na floresta”, em que as crianças recebiam máscaras de macacos, felinos, lobos, raposas entre outros e num espaço multiuso com bancos e mesas era possível

criar um ambiente “selvagem” para que percorressem as trilhas da floresta sem serem pegos pelo professor “caçador”.

Percebendo a melhora na destreza das crianças surgiram outras opções nas aulas que combinavam movimentos. Usando o espaldar, elas podiam correr e se pendurar e no fim saltar. Assim, o repertório motor deles foi se ampliando e a cada dia, mais alegria e sorrisos eram colhidos ao final da aula. Ofereceu-se então outros desafios como equilíbrios, giros, saltitos, quedas, rolamentos, caminhadas, e agregando-os aos que já faziam como os saltos, os rastejos, as corridas e as escaladas, a gama de explorações corporais ficou bastante rica. E aos poucos foram sendo criados circuitos cada vez mais complexos e desafiadores. Os percursos estavam começando.

Uma preocupação central, era sempre elogiar e reforçar as atitudes de esforço e superação das crianças. Mesmo as que tinham mais dificuldade eram sempre enaltecidas e aos poucos esse comportamento passou a ser feito pelas próprias crianças, uma encorajando a outra, todas queriam ver o sucesso dos coleguinhas.

A intenção era permanecer brincando com as crianças, todavia, como eles evoluíram muito rapidamente, comecei a trazer a cultura do PK de forma mais específica contando quem eram seus criadores e quais eram os movimentos que faziam. A cada novo vídeo sobre parkour, eles diziam que sabiam fazer aquilo e reconheciam os movimentos dos animais em várias imagens.

Ensinou-se o cat balance, que é o movimento de andar em quatro apoios sobre um muro imitando um gato, tendo um banco sueco como obstáculo. E todos miavam nas aulas, pois para eles a incorporação do personagem era algo extremamente natural. Então, eles criaram uma brincadeira, aqueles que estavam no muro miavam como gatos e os demais que estavam fora do muro latiam como cachorros, assim os gatos se esmeravam para não cair.

O cat leap, que consiste na transposição de um muro com um salto, foi o movimento seguinte a ser aprendido por eles. Como estavam acostumados com o banco sueco, foi uma transição fácil e os exercícios de passar com as duas mãos apoiadas, com uma mão apoiada, rolando com as costas sobre o banco e saltando sem apoio foram surgindo gradualmente.



Figura 1. Aula no CEU Inácio Monteiro, ressignificando o espaço.

Fonte: imagens do autor.

Com o decorrer do tempo e com o acervo motor mais ampliado, as crianças iam aprendendo o salto de precisão, o tic tac, os rolamentos, os valts, o monkey, o underbar, o wall run, entre outros e quase sem querer já sabiam a maioria das técnicas do parkour, sempre através de brincadeiras.



Figura 2. Os movimentos feitos com cada vez mais fluidez.

Fonte: imagens do autor.

Apesar de pouca idade e tamanho, impressionava a determinação e coragem deles, pois arriscavam-se com ousadia e iam criando situações cada vez mais complexas, obrigando o professor a ficar sempre atento para garantir a segurança de todos. Foi preciso criar combinados do que podia ser feito com liberdade e daquilo que

era necessário pedir auxílio e autorização do professor, pois alguns estavam indo rápido, alto e forte demais, os verdadeiros lemas olímpicos aparecendo nas brincadeiras das crianças.

Muito bom foi observar que nosso espaço não era naturalmente seguro para crianças, pois um elevador próximo a sala, a área externa com mais de 300 metros quadrados, espelhos da sala de dança e janelas baixas eram potencialmente perigosas. Mesmo assim, nenhum acidente aconteceu, o que demonstra que o PK ajudou na compreensão dos riscos que o ambiente contém e dos cuidados e precauções que as crianças devem ter ao brincar e que eram enfatizados em cada nova atividade proposta. Pode-se dizer que os alunos estavam mais atentos ao espaço agora que o desafiavam e que conheciam melhor seu corpo e suas habilidades.



Figura 3. Garotos do Projeto Parkour com o professor Marcelo Vieira.

Fonte: imagens do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de Aventura contêm uma rica oferta de possibilidades educacionais. O PK, na proposta apresentada, mostrou-se para a educação infantil, uma boa possibilidade de oferecer uma variedade de movimentos dentro do ambiente lúdico, que faz parte do mundo imaginário da criança, apontando para uma reflexão a respeito da Base Nacional Comum Curricular que define a Aventura somente para o ensino fundamental II, por se acreditar que os professores não seriam capazes de desenvolver atividades com segurança para as crianças pequenas pelos riscos e perigos inerentes à prática.

Esta proposta educacional mostrou ser perfeitamente possível trazer o PK para as crianças. As estratégias utilizadas consideram o universo da criança como um espaço para a ludicidade e o desenvolvimento da autonomia, sempre estando atenta a ouvir os interesses das crianças e suas possibilidades criativas de inovações em jogos e brincadeiras, pois alheios às amarras do pensamento, eles deixam fluir suas fantasias e aprendem com elas (PEREIRA; ARMBRUST, 2010).

Vagheti *et al.* (2019) afirmam que o PK não necessita de equipamentos para sua prática sendo uma boa opção para as escolas, principalmente se considerarmos os poucos recursos destinados à Educação Física na escola pública brasileira.

Considera-se que começar o PK próximo ao solo seja a maneira mais segura e eficiente, primeiro porque as quedas perto do chão favorecem os apoios dinâmicos que são impulsos para novos movimentos e para o equilíbrio recuperado e depois porque fazer atividades em três apoios e quatro apoios desenvolve força em membros inferiores, superiores e tronco que permitirão realizar proezas cada vez maiores e mais seguras a cada dia, pois o corpo estará mais preparado (PEREIRA; HONORATO; AURICCHIO, 2019).

O Projeto Parkour foi um diferencial na educação das crianças e jovens da periferia paulistana, hoje não se encontra mais no local em que começou devido às mudanças políticas de governos municipais que alteram os projetos sociais das unidades do CEU, mas ele continua vivo nos jovens que continuam realizando seus percursos pelas praças da cidade e se apresentando em eventos e oficinas com o professor Marcelo Vieira, idealizador do projeto.

O Projeto Parkour ainda vive enquanto encantamento pela cidadania em cada criança que por ele passou e alguns dos meninos, hoje são membros do Grupo Parkour “A arte de transpor obstáculos” e levam seus conhecimentos, habilidades e sorrisos para outras crianças de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. S. R.; CORSINO, L. N. O parkour como possibilidade para a Educação Física escolar. **Motrivivência**. Florianópolis, ano 25, n. 41, p. 247-57, 2013.

CARVALHO, R. G.; PEREIRA, A. L. Percursos alternativos – O Parkour enquanto fenómeno sub (cultural). **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. v. 8, n. 3. p. 427-440, 2008.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I, **Pedagogia da Aventura**: os esportes radicais, de aventura e ação na escola. Jundiaí: Fontoura, 2010.

PEREIRA, D. W.; HONORATO, T.; AURICCHIO, J. R. Parkour do princípio filosófico ao fim competitivo. Belo Horizonte: **Licere**, v. 23, n. 1, p. 134 – 152, mar. 2020.

SOARES, C. L. Uma educação pela natureza: O método de Educação Física de Georges Hébert. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 37, n. 2, p.151-157, 2015.

STRAMANDINOLI, A. L. M.; REMONTE, J. G.; MARCHETTI, P. H. Parkour: História e conceitos da modalidade. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 11, n. 2, p. 13-25, 2012.

VAGHETTI, C. A. O.; BORGES, M. C. da S.; MERINO, E.; PEREIRA, D. W.. De telhado em telhado: o parkour na Educação Física. **Revista Didática Sistêmica**, 21, n. 2, p. 8-18, 2019.

VECCHIOLLI, D. **Por olimpíada e sem nome, parkour agora é uma modalidade de ginástica**. Blog olhar olímpico, 11 de maio de 2017. Disponível em:
<http://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2017/05/11/por-olimpiada->

e-sem-nomeparkour-agora-e-uma-modalidade-da-ginastica/ Acesso em: 05 maio 2017.

SOBRE OS AUTORES

Adenildo Vieira de Souza - Professor da Educação Básica - Educação Física na Secretaria Municipal de Educação em Manaus (SEMED). Graduado em Educação Física e Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. E-mail: souza.adenildo@yahoo.com.br.

Aline Andrade Santos - Mestranda em Turismo-Instituto Federal de Sergipe – IFS. Especialização em Marketing-Faculdade Futura. Tecnóloga em Gestão de Turismo - Instituto Federal de Sergipe – IFS. E-mail: aline.andsantos@hotmail.com.

Caroline Giolo-Melo - Professora de Educação Física concursada na Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Valinhos – SP. Mestra em Ciências da Atividade Física (USP). Especialista em Educação Especial (IEC). Licenciada Plena em Educação Física e Bacharela em Treinamento em Esportes (UNICAMP). E-mail: caroline_giolo@alumni.usp.br.

Christianne Luce Gomes - Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. É líder do Grupo de Pesquisa LUCE - Ludicidade, Cultura e Educação (UFMG/CNPq) e do Grupo OTIUM - Lazer, Brasil & América Latina. Graduada em Educação Física e Doutora em Educação. E-mail: chris@ufmg.br.

Claudio Nascimento da Costa - Membro dos Grupos de Pesquisa Gestão, Estado e Educação na Amazônia (GESTAMAZON). Docente do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Possui Licenciatura em Educação Física, Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Mestre em Educação em Educação. E-mail: claudiocostaprof@yahoo.com.br.

Cleber Mena Leão Junior - Docente de Graduação e Pós-Graduação. Doutorando em Educação Física (UEM). Mestre em Ensino (UNESPAR). Especialista em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino (UTFPR) e Educação Física Escolar (PUCPR). Graduado em Educação Física (PUCPR) e em Pedagogia (FAPAN). E-mail: prof.cleberjunior@hotmail.com.

Dimitri Wuo Pereira - Pesquisador e professor de Aventura e cursos de graduação em Educação Física. Professor de Escalada do curso de pós-graduação em aventura da FMU. Professor do ensino médio técnico do SENAC - SP. Doutor em Educação, Mestre e Licenciado em Educação Física pela EEFUEUSP. Criador do Grupo de Estudos em Esporte de Aventura (GEEDAE) da Universidade Nove de Julho. E-mail: dimitriwuo141@gmail.com.

Fabrcio dos Santos Palmito - Discente do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do

Centro de Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer (CEGEL).
E-mail: fp.palmito@hotmail.com.

Fernando Amaro Pessoa - Professor e pesquisador do CEFET/RJ - campus Petrópolis. Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado), mestrado e doutorado em Geografia.
E-mail: fernando.pessoa@cefet-rj.br.

Fernando Augusto Starepravo - Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física UEM-UEL. Possui graduação, mestrado e doutorado em Educação Física.
E-mail: fernando.starepravo@hotmail.com.

Gisele Maria Schwartz - Livre Docente em Atividades Expressas pela Universidade Estadual Paulista. Licenciada e Mestre em Educação Física; Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. E-mail: gisele.schwartz@unesp.br.

Giselle Helena Tavares - Professora adjunta da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, da Universidade Federal de Uberlândia - FAEFI-UFU. Possui graduação em Educação Física e Doutorado em Ciências da Motricidade. E-mail: ghtavares@ufu.br.

Giuliano Gomes de Assis Pimentel - Líder do Grupo de Estudos do Lazer (GEL) e docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui licenciatura, bacharelado, mestrado e doutorado em Educação Física. E-mail: ggapimentel@uem.br.

Jacqueline da Silva Nunes - Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Graduada em Educação Física, em Letras e em Pedagogia. Mestre e Doutora em Educação. E-mail: jacknunes13@hotmail.com.

João Luiz da Costa Barros - Licenciado e Mestre em Educação Física; Doutor em Educação, com estágio pós-doutoral em Ciências da Educação pela Universidade do Estado do Ceará (UECE). E-mail: jlbarros@ufam.edu.br.

José Américo Santos Menezes - Professor no curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Corporeidade (GPECC). Possui graduação em Educação Física; Mestrado e Doutorado em Educação. ID Lattes: 0081429721134965. E-mail: americoufs@bol.com.br.

José Morais Souto Filho - Professor no curso de Bacharelado em Educação Física da FIS - Faculdade de Integração do Sertão, Professor

no curso de Licenciatura em Educação Física da AESA- Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde-PE, Supervisor de Esportes e Recreação do SESC Triunfo - PE. Doutorando e Mestre em Educação Física pela UCB; Graduado em Educação Física. E-mail: morais.edpe@gmail.com

José Ribamar Junior - Bacharel em Turismo. Mestrando em Turismo EACH-USP. E-mail: jose.ribamarjunior@usp.br.

Juliana Ferreira dos Santos - Doutoranda em Educação. Mestra em Turismo. Bacharela em Turismo e História. Especialização História do Brasil e Recursos Humanos - UESC. E-mail: jubahia@usp.br.

Juliana Guimarães Saneto - Atua como professora substituta da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora, mestre e licenciada plena em Educação Física. É membro pesquisadora do COEDUC - Grupo de Estudos Corpo, Educação e Cultura (UFMT). E-mail: julianasaneto@gmail.com.

Karine dos Anjos Santos - Graduação em Turismo Bacharelado e em Educação Física Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). ID Lattes: 8554671487655988. E-mail: karine.anjoss@hotmail.com.

Karlla Giselle Coelho Farias da Silva - Recreadora do SESC Pernambuco. Bacharel e Licenciatura em Educação Física em Educação Física. Especialização em Ludopedagogia e Psicomotricidade. E-mail: karllagiselle@gmail.com

Karoliny Diniz Carvalho - Docente do curso de Bacharelado em Turismo (UFMA, campus São Bernardo). Mestre em Cultura e Turismo e Bacharel em Turismo. E-mail: karolinydiniz@gmail.com.

Marcelo Faria Porretti - Docente do CEFET/RJ Campus Petrópolis para Ensino Médio integrado e para graduação em Turismo. Graduado em Educação Física, Mestre em Ciências da Atividade Física. E-mail: marceloporretti@gmail.com.

Marcelo Vieira da Silva - Formador de SME, Coordenador de Projetos e Programação Cultural e Esportiva da Secretaria Municipal de São Paulo licenciado em Pedagogia, licenciado em Ed Física e Pós Graduado em Esportes e Atividades de Aventura. E-mail profmarcelovieiradancer@gmail.com.

Monike Rayane Silveira de Menezes - Graduada em Educação Física Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe e formação complementar em Pedagogia Waldorf. ID Lattes: 4866179363391011. E-mail: smonikerayane@yahoo.com.br.

Nathalia Dória Oliveira - Mestranda em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com bolsa da CAPES. Graduada em Educação Física/Licenciatura. Membro do Grupo de pesquisa Observatório da Mídia Esportiva (OME) da UFS e Laboratório de Estudos em Educação Física, Esporte e Mídia (LEFEM) da UFRN. E-mail: nathalia_doria@hotmail.com.

Patrícia do Socorro Chaves de Araújo - Membro do Grupo de Estudos do Lazer (GEL) e docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Possui licenciatura, mestrado e doutorado em Educação Física e Pedagogia. E-mail: patriciadaraujo@uepa.br.

Raquel da Mota Câmara - Mestranda em Turismo - EACH-USP. E-mail: raquelmotac@gmail.com.

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco - Professor da EACH-USP, no curso de Bacharelado em Lazer e Turismo e orientador credenciado junto ao Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo. Possui graduação em Educação Física e em Ciências Sociais (USP). Especialista em Lazer e Recreação (UNICAMP). Mestre e Doutor em Educação (USP) e realizou estágio pós doutoral na Universidade de Girona, na Catalunha (Espanha). E-mail: repacheco@usp.br.

Rodrigo Olavo Costa Sousa - Graduando em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA, campus São Bernardo).
E-mail: rodrigo.sousa@discente.ufma.br

Saulo Kuster - Possui Bacharelado e Licenciatura em Educação Física pela Universidade Vila Velha. É mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mail: saulokusteref@gmail.com.

Tadeu João Ribeiro Baptista - Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Corpo, Estética, Exercício e Saúde (COEESA) e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui licenciatura em Educação Física e mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás.
E-mail: tadeujrbaptista@yahoo.com.br.

Tatyanne Roiek Lazier-Leão - Professora da rede pública estadual do Paraná e Tesoureira da ABRE - Associação Brasileira de Recreadores. Graduada em Pedagogia (FAPAN). Licenciada, Bacharela (UNIGUAÇU) e Mestra em Educação Física (UEM).
E-mail: tatyannelazier@hotmail.com.

Temistocles Damasceno Silva - Docente do curso de licenciatura plena em Educação Física da UESB e coordenador do Centro de

Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer (CEGEL).
Licenciado em Educação Física; bacharel em Gestão Pública; mestre
em Desenvolvimento Regional e Urbano e cursa o doutorado na
Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: tom@uesb.edu.br.